

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Talles de Almeida Oliveira

**O discurso anticomunista no tempo presente: entre continuidades e discontinuidades
(2013-2018)**

JUIZ DE FORA

2021

TALLES DE ALMEIDA OLIVEIRA

**O discurso anticomunista no tempo presente: entre continuidades e discontinuidades
(2013-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim.

JUIZ DE FORA

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira, Talles de Almeida.

O discurso anticomunista no tempo presente : entre continuidades e discontinuidades (2013-2018) / Talles de Almeida Oliveira. -- 2021. 95 p.

Orientador: Fernando Perlatto Bom Jardim

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. anticomunismo. 2. nova direita. 3. mito político. I. Bom Jardim, Fernando Perlatto, orient. II. Título.

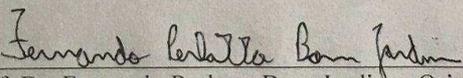
TALLES DE ALMEIDA OLIVEIRA

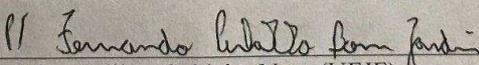
O discurso anticomunista no tempo presente: entre continuidades e
descontinuidades (2013-2018)

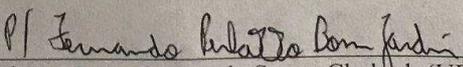
DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de
Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 20/08/2021.

Banca Examinadora


Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim - Orientador


Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto (UFJF)


Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub (URFJ)

Aos meus pais, à minha avó e à minha irmã.

AGRADECIMENTOS

A produção de uma pesquisa acadêmica não é um processo fácil. Idas e vindas, períodos difíceis, vezes que a pesquisa não caminha, que a escrita trava. O contexto por vezes não ajuda. Um governo cujo projeto é o absurdo e uma pandemia que ceifou mais de 500 mil vidas tornam tudo ainda mais pesado e cansativo. E é por isso, pela pesquisa em si e pelo contexto, que agradecer àqueles que me apoiaram e me auxiliaram, tornando todo esse processo menos pesado e mais ameno, ganha ainda mais importância.

Pelos momentos bons e de leveza, de felicidade e de alegria, pelas conversas e risadas, que tornaram essa caminhada menos árdua e mais leve, agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Maria Lúcia e João Marcos, à minha avó, Maria Aparecida, e à minha irmã, Thais; aos amigos que fiz na época do ensino médio no Colégio Stella Matutina, e, em especial, ao Gustavo, pelos mais de 15 anos de amizade; e aos amigos que fiz na graduação em História, principalmente os confusos e barulhentos Ana Cecília, Dara, Érica e Pedro, que me ajudaram durante este processo e me ajudam até hoje. Sem vocês, família e amigos, sem os momentos que compartilharam comigo e sem o apoio e carinho de sempre, eu não teria chegado até aqui. Só tenho a agradecer. Muito obrigado por tudo!

Agradeço ao meu orientador, Fernando Perlatto, por ter me acompanhado desde a graduação, por todo o incentivo, por todas as leituras, pelas críticas e considerações e pela dedicação e atenção, fundamentais para minha caminhada e para produção desta pesquisa. Ao corpo docente do Colégio Stella Matutina e da graduação e pós-graduação em História da UFJF pelos aprendizados e conhecimentos que me formaram para a vida e como historiador.

Aos professores Jorge Chaloub e Odilon Caldeira Neto por participarem das bancas de qualificação e defesa e pelas considerações que muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às políticas de fomento à pesquisa e à CAPES, responsáveis pelo avanço da pesquisa científica no Brasil e que estão sendo atacadas e sucateadas, por financiarem este trabalho e à Universidade Federal de Juiz Fora, que foi minha segunda casa por tanto tempo.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o recrudescimento de discursos anticomunistas na esfera pública brasileira, mobilizados entre os anos de 2013 e 2018. Por meio da análise de petições públicas (plataforma *Change.org*) e propostas legislativas (plataforma *Ideias Legislativas*) e da seção destinada às cartas de leitores dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, procuramos examinar os discursos utilizados por sujeitos portadores de retóricas anticomunistas para se oporem àquilo que identificam como a ideologia e a prática comunistas. Partimos da hipótese mais geral segundo a qual o anticomunismo brasileiro do tempo presente é constituído de *continuidades e discontinuidades* em relação ao anticomunismo de outros momentos da história do país. Assim, entendemos o anticomunismo enquanto um *processo*, que carrega elementos estruturais próprios dos mitos políticos e aspectos contingenciais, sujeitos às dinâmicas políticas e sociais de cada conjuntura específica.

Palavras-chave: anticomunismo; nova direita; mito político.

ABSTRACT

This research aims to investigate the resurgence of anti-communist discourses in the Brazilian public sphere mobilized between 2013 and 2018. Through the analysis of public petitions (*Change.org* platform) and legislative proposals (*Ideias Legislativas* platform) and the section dedicated to letters from readers of the newspapers *Folha de São Paulo* and *O Globo*, we sought to examine the discourses used by subjects carrying anti-communist rhetoric to oppose what they identify as communist ideology and practice. We propose the general hypothesis that the current anti-communist discourse is constituted by *continuities and discontinuities* in relation to the anti-communism of other moments in the country's history. Thus, we understand anti-communism as a *process*, which carries structural elements specific to political myths and contingent aspects, subject to the political and social dynamics of each specific situation.

Keywords: anticommunism; new right; political myth.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
BSH	Brasil Sem Homofobia
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MESP	Movimento Escola Sem Partido
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SPM	Secretaria de Política para Mulheres
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Debate historiográfico e fontes	12
Mitos, crise política e anticomunismo	20
CAPÍTULO 1: A NOVA DIREITA NO BRASIL	27
1.1 Nova direita brasileira e sua inserção no contexto mundial	27
1.2 Nova direita brasileira e sua inserção no contexto nacional	32
1.3 Anticomunismo e fortalecimento da nova direita: uma nova onda anticomunista?	39
CAPÍTULO 2: O COMUNISMO COMO AMEAÇA	42
2.1 Antipetismo	43
2.2 Doutrinação no ensino	53
2.3 Pautas morais e anticomunismo religioso	58
2.4 Conclusão	65
CAPÍTULO 3: TOTALITARISMO, COMUNISMO E NAZIFASCISMO	67
3.1 A história e o debate em torno do termo “totalitarismo”	68
3.2 Totalitarismo, nazifascismo e comunismo no Brasil contemporâneo	78
3.3 Conclusão	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

A ideia de construir uma pesquisa sobre a temática do anticomunismo surgiu na disciplina História do Brasil República III da graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. Entrei em contato, primeiramente, com o livro *Em guarda contra o perigo vermelho*, de Rodrigo Patto Sá Motta (2002), e depois me aprofundei nas leituras sobre o tema. Decidi, assim, elaborar meu Trabalho de Conclusão de Curso abordando os discursos anticomunistas presentes na imprensa juiz-forana nos três primeiros meses de 1964. Nesse período, me inscrevi para a seleção de mestrado em História na mesma instituição com um projeto de pesquisa cuja proposta inicial era estender temporalmente o que eu havia feito no TCC, abarcando o período de 1961 a 1965 (OLIVEIRA, 2018).

Porém, com o início do mestrado, e muito influenciado pela conjuntura que vivíamos no Brasil, resolvi mudar o período a ser analisado, passando a abarcar o intervalo de tempo que vai de 2013 a 2018. A opção pelo ano de 2013 como marco inicial da presente pesquisa se deu em função das grandes manifestações de junho de 2013, as chamadas “Jornadas de Junho”, que levaram às ruas milhões de pessoas em todo o país. Com sua heterogeneidade e capilaridade nacional, significaram, em grande medida, a abertura de uma nova conjuntura, com um aumento do conflito no espaço público e a contestação de práticas e sujeitos que predominaram no Brasil nos últimos vinte anos (BRINGEL; PLEYERS, 2015). As manifestações de 2014 e 2015, por exemplo, com suas diferenças em relação às de 2013, fazem parte dessa “abertura societária” (Ibidem). Por outro lado, a escolha do ano de 2018 como marco final ocorreu pelo fato de este ter sido um ano eleitoral, que significou, entre outras coisas, a chegada da chamada “nova direita” ao poder, com a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro e de diversos representantes dessa vertente política para o Congresso Nacional. Nesse sentido, os anos de 2013 a 2018 compreendem um período que vai do fortalecimento mais significativo da corrente ultraliberal-conservadora até sua consolidação política mais substantiva (ROCHA, 2018).

Vivenciando esse processo, percebia naquele momento um recrudescimento do discurso anticomunista, tão presente em outros períodos da história brasileira. As manifestações de rua mobilizadas pelas direitas, principalmente as de 2015, demonstravam como este discurso havia se intensificado ao longo dos últimos anos. A campanha de um candidato como Jair Bolsonaro para as eleições de 2018, que trazia à tona muitos dos elementos anticomunistas, bem como sua vitória eram outros indicativos de que a retórica

anticomunista renascia no imaginário de uma direita (ou “nova direita”) mais radicalizada e intransigente. Mais ainda: a indicação de ministros com um discurso claramente anticomunista para compor o governo, como o Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o ex-Ministro da Educação, Abraham Weintraub, demonstravam que o anticomunismo havia penetrado no aparato estatal brasileiro.

Diante dessas questões, resolvi adentrar mais a fundo na temática do anticomunismo, procurando entender alguns dos elementos que o compõem no tempo presente, e se estes elementos constituem uma novidade própria da conjuntura mais recente ou se se ligam a outros períodos da história brasileira em que o anticomunismo apareceu de forma mais significativa. Procurei, em suma, compreender alguns aspectos de continuidade e descontinuidade presentes no anticomunismo do tempo presente, particularmente no período que vai de 2013 a 2018.

Na presente Introdução, pretendemos, em resumo, abordar algumas questões levantadas pela historiografia brasileira do anticomunismo que nos parecem fundamentais e apresentar as fontes utilizadas - as cartas dos leitores e as petições públicas -, além de abordar as questões relacionadas aos mitos políticos especialmente à luz da obra de Raoul Girardet. Como veremos, a temática dos mitos políticos na argumentação de Girardet nos ajuda a entender o anticomunismo enquanto uma construção mítica sobre o comunismo (ligada, principalmente, ao “mito do Complô” e ao “mito do Salvador” analisados pelo autor) e a compreender um ponto fundamental: o fenômeno ganha força em períodos de maior turbulência, em que os indivíduos procuram respostas imediatas para as perturbações sociais, como as vivenciadas pela sociedade brasileira no período abordado por esta pesquisa.

Debate historiográfico e fontes

As pesquisas e estudos sobre a temática do anticomunismo começaram a ganhar mais destaque, no âmbito da historiografia brasileira, no final do século XX. Mas foi no começo do século XXI que esse objeto recebeu maior atenção entre os historiadores. Desde então, as pesquisas têm investigado as mais variadas temáticas, ancoradas em fontes diversas. O recorte temporal mais estudado é o que abrange o período de 1917 a 1964, com especial atenção para os contextos de maior agitação política, como a conjuntura que culminou no golpe de 1964¹.

¹É curioso notar que existem poucos estudos que abordam as décadas posteriores à ditadura civil-militar. Talvez isso ocorra porque, em comparação ao contexto de 1964, por exemplo, tratam-se de períodos da história brasileira que são considerados menos turbulentos, em que as manifestações anticomunistas não aparecem com força notável.

No que diz respeito ao aporte teórico, podemos dizer que os mais recorrentes são aqueles relacionados aos conceitos de “imaginário”, com base em autores como Bronislaw Baczko (BEGHETTO, 2004; RODEGHERO, 2002; SILVA, R., 2017); “representações” e “práticas”, em diálogo com Roger Chartier, por exemplo (GROPPO, 2007; MOTTA, 2000; OLIVEIRA, M., 2008; RAAD, 2005); e “mito”, principalmente com referência ao trabalho de Raoul Girardet (ADÃO, 2017; ARAÚJO, 2009).

Entre as temáticas abordadas pelas pesquisas que serão importantes para nosso trabalho, temos a questão da identidade, que perpassa muitos deles, mesmo aqueles que não a analisam prioritariamente, e a da homogeneização, fortemente conectada à primeira (ADÃO, 2017; ASSUNÇÃO, 2006; OLIVEIRA, 2004; SAMWAYS, 2014); a relação entre anticomunismo e imprensa (ALMEIDA, 2003; MARIANI, 1996; NOGUEIRA, 2009; SANTOS, 2017); e o anticomunismo cristão, especialmente o católico (BETT, 2010, 2015; LEIRIAS, 2016; RODEGHERO, 2002). No que diz respeito à identidade, em grande medida, as pesquisas ressaltam como o anticomunismo atua como um elemento formulador de coesão, um “unificador ideológico” (OLIVEIRA, 2004) que aglutina os mais diversos grupos políticos e, a partir disso, gera mobilização.

Como mencionamos, muito ligada à identidade está a questão da homogeneização que o anticomunismo promove, de modo que grupos de esquerda os mais diversos são encarados como comunistas, desde uma esquerda mais moderada a uma esquerda, de fato, revolucionária. Para Luciano Bonet (2004), o anticomunismo, em países democráticos e em que o movimento comunista não é significativo, atua como legitimador do sistema, isolando as forças comunistas e homogeneizando grupos que, mesmo que vagamente, fazem referência ao marxismo (BONET, 2004). Partindo de uma reflexão sobre o prefixo “anti”, para Rodrigo Patto Sá Motta (2019), devemos entender o anticomunismo enquanto uma recusa integral e mais visceral a qualquer elemento da ideologia ou prática comunistas (MOTTA, 2019), de modo que, por um lado, o anticomunista tende a enxergar o comunismo em qualquer espaço ou discurso - evidenciando seu caráter homogeneizante e conspiracionista - e, por outro, procura rejeitar o diálogo com um comunista, entendido como encarnação do mal. Essa simplificação do mundo político-social confere mais unidade entre os anticomunistas, tornando o inimigo mais visível e, assim, mais fácil de combater.

No tocante à relação entre imprensa e anticomunismo, o que as pesquisas demonstram é a maneira pela qual, por meio de quais discursos, os jornais - principalmente da grande mídia - operaram para, notadamente em contextos de crise política, conformar uma ideia segundo a qual o comunismo era sinônimo de caos. A imprensa ajudou na disseminação da

ideia do “perigo vermelho” em determinadas conjunturas, seja selecionando e dando espaço a notícias e vozes que professavam essa concepção, seja compartilhando dessa opinião nos editoriais. Como afirma Motta, após pontuar que não se deve superestimar o impacto da imprensa na opinião pública:

[...] os jornais seguem sendo instrumento poderoso de pressão, no mínimo influenciando para a formação das idéias das classes médias e superior. Como se verá, em algumas conjunturas os órgãos de imprensa exerceram enorme influência na propagação das representações anticomunistas, secundando e às vezes se antecipando ao Estado nas campanhas de repressão aos comunistas (MOTTA, 2000, p.14).

Bethania Mariani ressalta a mesma problemática. Em sua Tese de Doutorado, intitulada *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*, de 1996, ela procura analisar a construção de um discurso jornalístico a respeito do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Abarcando um longo período, de 1922, data da fundação do PCB, a 1989, e investigando o que ela chamou de “a ordem do discurso jornalístico” por meio do método da Análise do Discurso, a autora desenvolve sua argumentação no sentido de demonstrar como o PCB foi sendo construído como o inimigo da Pátria, um “Outro” que deveria ser combatido. Tal construção, que teve a imprensa como agente homogeneizador do mundo, apagando as diferenças políticas, possibilitou, como afirma a autora, a afirmação da brasilidade por meio de vários mitos, que eram colocados sempre em contraposição ao inimigo maior, o comunismo. Esse processo de construção, portanto, significou, nas palavras da autora, a “[...] reafirmação da identidade nacional”. (MARIANI, 1996, p.242).

O anticomunismo católico também foi amplamente discutido. As pesquisas, de maneira geral, procuram demonstrar como a Igreja Católica e o catolicismo atuaram de forma assídua para fazer frente ao comunismo, seja por meio da edição de Encíclicas, de Cartas Pastorais, da atuação na imprensa e nos meios operários, de manifestações de rua (como a que ocorreu no contexto que culminou no golpe de 1964), seja através da representação do comunismo como algo inerentemente mau e associado ao Diabo, ao inferno, à degradação moral e ao caos. A Igreja se aliou a setores da elite, do Estado e da sociedade civil para combater o inimigo vermelho, disseminando a ideia de que o perigo era iminente.

No que diz respeito a trabalhos que tenham como objeto de estudo o anticomunismo atual, constatamos, entre teses e dissertações, que há duas dissertações de 2018, ambas não desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em História. As duas pesquisas, *O ódio como ideologia: expressões do anticomunismo no século XXI*, de Demétrio Pires Weber Candiota da

Rosa, e *Memes de discussão pública: o mito político do comunismo no Facebook*, de Guilherme Popolin, procuram trabalhar com fontes digitais: a primeira utiliza a seção de comentários do site do *GI*, e a segunda utiliza “memes” da página “O Retrógrado”, no Facebook. No caso da pesquisa de Popolin, ele procura ressaltar que há um processo de reatualização do mito do comunismo, disseminado por meio da publicação de memes. Demétrio, por sua vez, busca compreender os discursos de ódios direcionados à Dilma, Lula e o PT. Por se tratarem de estudos sobre um anticomunismo mais recente, estes trabalhos nos ajudam, em especial, a perceber alguns elementos de novidade (o antipetismo, por exemplo) e de permanência (referências à Cuba, por exemplo) em relação ao anticomunismo de outros momentos da história brasileira.

A presente pesquisa insere-se nas discussões acima mencionadas, trazendo para a reflexão a questão da identidade e da homogeneização, a relação entre imprensa e anticomunismo, bem como o debate em torno do anticomunismo católico e do anticomunismo no tempo presente. O que trazemos de novo para pensarmos o anticomunismo é o foco na discussão a respeito das *continuidades e descontinuidades* em relação ao anticomunismo no Brasil de outras épocas históricas e a utilização das petições públicas como fontes - que serão discutidas mais à frente. Tais espaços digitais ainda não foram empregados como fonte para a investigação do anticomunismo. Acreditamos que eles, em articulação com as cartas de leitores de jornais de grande circulação, podem ser trabalhados de modo que entendamos, entre outras coisas, como o discurso anticomunista - ou pelo menos parte dele - circula “por baixo”², através dos abaixo-assinados, que aparecem como uma forma de se fazer oposição ao comunismo ou a uma suposta ameaça comunista.

Além disso, pretendemos, nesta pesquisa, realçar a discussão relacionada à comparação entre nazifascismo e comunismo e a utilização do termo “totalitarismo” e seus

²Sobre o termo “por baixo”, dialogamos com autores que partiram da noção de “esfera pública”, de Jürgen Habermas, para propor conceitos como “contrapúblicos” e “esferas públicas subalternas”. Dois autores, John Downey e Natalie Fenton (2003), mobilizando o conceito de “contrapúblicos”, adotam uma abordagem que considera aqueles discursos e práticas que circulam “por baixo”, entre grupos marginalizados da esfera pública da mídia de massa, além de chamarem atenção para a importância da disseminação da internet nesse processo. Camila Rocha (2020) também emprega o conceito de “contrapúblicos”, mas adota a concepção de Michael Warner (2002), que considera os públicos que lançam mão de textos e discursos indecorosos, que, em determinado contexto, seriam tratados com hostilidade e que, enfim, não utilizam uma argumentação necessariamente crítico-racional, mobilizando, em contrapartida, um caráter performativo para se opor a um público considerado dominante. Fernando Perlatto (2015), utilizando os conceitos de “esfera pública seletiva” e “esfera pública subalterna”, compartilha da concepção de Downey e Fenton, mas deles se difere por não adotar o elemento de oposição a um público dominante próprio do conceito de “contrapúblicos”. O conceito proposto pelo autor englobaria aqueles grupos que, embora atuando “por baixo”, fora da esfera pública seletiva, compartilham com esta esfera algumas concepções e, portanto, em alguns casos, não se opõem a ela. Tal noção nos permite entender que o anticomunismo não é apenas um discurso de oposição, de reação a um público dominante ou supostamente dominante, mas que ele transita entre ambas as esferas.

derivados, que se coloca, nos dias de hoje, como um elemento de continuidade em relação ao passado histórico. De todos os trabalhos a que tivemos acesso e que, em algum momento, mencionaram o termo “totalitarismo” e suas derivações, alguns não problematizaram sua presença nos textos anticomunistas e não destacaram a associação entre totalitarismo e comunismo nos discursos anticomunistas que analisavam e, em alguns casos, o próprio autor do trabalho lançava mão do conceito. Outras pesquisas se diferenciam das demais por refletirem, mesmo que brevemente, sobre a comparação entre nazifascismo e comunismo ou a respeito da utilização dos termos “totalitarismo” ou “totalitário” em suas fontes (BETT, 2010; MENDES, 2004; MOTTA, 2019; NOGUEIRA, 2009). Um de nossos propósitos é mergulhar mais a fundo nessa discussão.

Este trabalho será desenvolvido ancorado em dois tipos de fontes principais. Primeiramente, analisamos abaixo-assinados com teor anticomunista que circulam na internet. A primeira plataforma investigada foi o portal e-Cidadania, administrado, segundo o site, pela “Coordenação de Apoio ao Programa e-Cidadania, unidade que integra a Secretaria de Comissões, subordinada à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal” e que tem o objetivo de estimular a participação das pessoas nos assuntos tratados pelo Senado Federal por meio de três ferramentas: o *Ideia Legislativa*, o *Evento Interativo* e a *Consulta pública*. Para a presente pesquisa, analisamos apenas a primeira ferramenta, porque é a que engloba as petições, que objetivam sugerir alterações na lei ou propostas de criação de novas leis. Nesta plataforma, as propostas têm o prazo de quatro meses desde sua criação para alcançarem 20.000 assinaturas. Caso alcancem esse número, são encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), transformando-se, formalmente, em Sugestões Legislativas que serão discutidas pelos senadores.

Para que uma pessoa crie um abaixo-assinado nesta plataforma, é preciso, primeiramente, que ela se cadastre no site. Nesta parte, o indivíduo pode entrar com sua conta do *Facebook* ou do *Google+*³ ou se cadastrar diretamente, informando seu nome completo, seu e-mail, a senha que pretende utilizar e a unidade federativa em que reside, não necessitando informar qualquer documento de identificação. Terminado o cadastro, ele pode acessar o espaço de criação da proposta. Nesta área, a plataforma pede que a pessoa selecione a área temática (dentre várias possíveis), informe o título do abaixo-assinado e descreva sua ideia (seu objetivo central). Como campo opcional, a pessoa pode escolher se quer expor mais informações sobre sua reivindicação. Por outro lado, para apoiar um requerimento, a pessoa

³A rede social *Google+* foi desativada em abril de 2019. Ver: <https://support.google.com/googlecurrents/answer/9195133?hl=pt-BR&authuser=0>.

deve apenas passar pelo cadastramento na plataforma e, encontrando alguma petição do seu interesse, confirmar seu apoio.

A segunda plataforma examinada é o site *Change.org*, um grande espaço de abaixo-assinados criado em 2007. Esta plataforma tem duas especificidades. A primeira é que, diferentemente do *Ideias Legislativas*, ela permite a postagem de comentários de outras pessoas nas petições, o que abre espaço para maior discussão. A segunda especificidade é que há uma opção para que o criador de uma petição diga quem ele pretende “pressionar” com a criação daquele abaixo-assinado. Levaremos em conta essas características, de modo a perceber o teor e o conteúdo dos comentários nas petições e a quem as petições são endereçadas.

Neste espaço, para criar uma petição, é preciso ser cadastrado no site. Na área de cadastro, o indivíduo, assim como no caso da *Ideia Legislativa*, pode entrar com sua conta do *Facebook* ou do *Google+* ou se cadastrar diretamente, informando seu nome, sobrenome, e-mail e a senha de sua preferência. Na parte de criação da petição, a pessoa deve informar o título da reivindicação, o destinatário (quem ela quer “pressionar”), a descrição de sua ideia e, caso queira, existe a opção de anexar imagens junto ao abaixo-assinado. O site também permite que o autor atualize sua proposta, editando o abaixo-assinado com, por exemplo, a postagem de um novo texto ou de notícias a respeito da temática abordada. É possível, ainda, “declarar vitória”, caso a reivindicação alcance pelo menos cinco assinaturas.

Por outro lado, para apoiar uma petição, a pessoa não precisa ser cadastrada na plataforma. É necessário apenas encontrar a ideia que pretende apoiar, informar seu nome, seu sobrenome e seu e-mail e assinar a proposta. Após a assinatura, há as opções de “turbinar” a petição por meio do pagamento de uma quantia em dinheiro e através do compartilhamento do abaixo-assinado pela internet, para que ele atinja um maior número de pessoas. Ademais, como já destacamos acima, há a possibilidade de enviar comentários às petições, de modo a interagir com o autor e com outras pessoas que compartilhem - ou não - a mesma ideia.

Tendo como base as discussões feitas acima, para selecionar estas fontes procedemos da seguinte maneira: utilizamos a barra de pesquisa de cada plataforma para pesquisar termos relacionados ao comunismo, de maneira a abarcar o máximo de referências a essa temática, tais como: “comunismo”, “comunista”, “marxismo” e “marxista”. Analisamos 158 petições que foram criadas entre os anos de 2013 e 2018. A partir dos resultados, examinamos o conteúdo de cada petição ou proposta legislativa. Nos capítulos seguintes, portanto, um de nossos objetivos é apresentar e discutir os discursos anticomunistas contidos nas propostas e,

no caso da plataforma *Change.org*, nos comentários de outras pessoas que deixaram suas opiniões acerca da temática tratada no conteúdo da petição.

Duas considerações importantes acerca das petições. A primeira é que grande parte delas pede, já em seu título, a criminalização do comunismo ou da ideologia comunista, e isso acontece com mais recorrência no site do Senado Federal. Entendemos que isso ocorre, provavelmente, porque os indivíduos veem, principalmente no site do Senado, uma forma mais institucional e, portanto, mais direta de se oporem ao comunismo. Assim, recorrem a espaços que constituem uma possibilidade de mudança real – nesse caso, a proibição, por lei, do comunismo –, por poderem influir na decisão dos indivíduos que têm o poder de modificar as legislações.

A segunda consideração essencial é em relação à ação de *bots*⁴. Não possuímos ferramentas que possibilitem a detecção desses *softwares*, mas a análise dos sites investigados nos indica que, quanto a isso, eles são seguros. No *Change.org* tem-se, ao final da página inicial, a informação de que a plataforma é protegida pela ferramenta *reCAPTCHA*, um programa (atualmente pertencente ao *Google*) desenvolvido justamente para barrar a ação de *bots* nos sites que o adquirem. No portal *e-Cidadania*, por sua vez, tem-se, na página destinada aos “Termos de uso e Política de privacidade do Portal e-Cidadania”, na parte de “Sanções”, artigo 40, que o portal poderá advertir o usuário, bloquear o cadastro ou a conta ou não publicar algum texto enviado caso, entre outras coisas, seja detectado o uso de um “sistema automatizado” (entre eles, *bots*) ou “padrões suspeitos” na utilização do espaço. Além disso, no espaço de cadastramento - necessário tanto para criar como para apoiar um abaixo-assinado -, há uma ferramenta *anti-bot* do programa *reCAPTCHA* em que o indivíduo deve marcar a opção “Não sou um robô”.

Além das petições públicas, trabalhamos com a imprensa, utilizando jornais de grande circulação nacional: *O Globo* e *Folha de São Paulo*. O foco recaiu sobre os painéis de leitor (espaço nos jornais destinado à publicação de cartas que as pessoas enviam aos periódicos) de ambos os periódicos, examinando, ao longo do período abarcado, os discursos anticomunistas selecionados e publicados pelos editores dos jornais⁵. Escolhemos a *Folha de São Paulo* e *O Globo* por serem dois dos periódicos com maior circulação no Brasil, segundo a apuração do

⁴*Bots* (abreviação do inglês *robot*) são tecnologias programadas para atuarem de modo específico, na maioria dos casos, por meio da repetição de um conjunto de padrões preestabelecidos. Recentemente, tem ganhado notoriedade a utilização de *bots sociais*, que dizem respeito a algoritmos de computador que simulam o comportamento humano, criando conteúdo e interagindo com pessoas reais na internet (FERRARA et al., 2016).

⁵As cartas dos leitores foram utilizadas em outros trabalhos, como, por exemplo, a pesquisa já mencionada de Rodrigo Patto Sá Motta (2000).

Instituto Verificador de Comunicação⁶. Sobre estas fontes, é preciso que se faça uma consideração: existem estudos que tratam a imprensa como objeto de pesquisa, colocando em segundo plano o discurso anticomunista presente nos periódicos, e aqueles que utilizam a imprensa como fonte, trazendo o anticomunismo para o centro da discussão como objeto de pesquisa. Os estudos sobre anticomunismo do início do século XXI destacavam justamente esse ponto: é preciso examinar o anticomunismo enquanto objeto e não apenas como um elemento complementar. Em nosso caso, estamos tratando estes periódicos como fontes de pesquisas, ou seja, estamos analisando, seguindo a argumentação de Tania Regina de Luca (2006), a História por meio da imprensa, e não a História da imprensa. Tendo em vista estas considerações e as reflexões sobre o anticomunismo feitas anteriormente, analisamos as opiniões publicadas nos painéis de leitor de ambos os jornais, desde o ano de 2013 até o ano de 2018 - período abarcado por essa pesquisa.

As cartas dos leitores, no jornal *Folha de São Paulo*, podem ser enviadas por e-mail, por *fax* ou para o endereço disponibilizado pelo próprio jornal. Na seção do leitor de cada exemplar, que geralmente se encontra nas páginas A2 ou A3, a *Folha* deixa claro que a edição e a publicação de trechos das cartas enviadas são de responsabilidade do periódico, evidenciando que há, de fato, seleção de quais partes irão para circulação. No caso do *O Globo*, assim como a *Folha*, os editores aceitam mensagens enviadas por carta, *fax* e e-mail, cartas enviadas pelo site do periódico e até 2016 publicavam mensagens das redes sociais (*Twitter*, *Facebook* e *Google+*). No corpo do jornal não há qualquer menção à questão da seleção das mensagens. Isso ocorre apenas no espaço disponibilizado online, em que eles afirmam que não aceitam mensagens “insultuosas” e que a publicação das opiniões está condicionada pelo tamanho da página impressa. Ainda sobre o jornal *O Globo*, diferentemente da *Folha*, para publicar pelo site, o leitor precisa informar seu nome, seu e-mail, onde mora, seu telefone, o assunto da carta e, por fim, a mensagem em si.

Além disso, ainda a respeito das fontes, é importante ressaltar que, na citação direta dos textos, optamos por manter a grafia original, sem qualquer alteração. Os erros gramaticais e as palavras em maiúsculo não foram corrigidos. Além disso, decidimos não identificar a autoria dos discursos que coletamos, preservando o anonimato das fontes.

Tendo em vista esses apontamentos, o que observamos é que, entre os anos aqui analisados - 2013 a 2018 -, discursos anticomunistas circularam amplamente, seja na internet, seja nas cartas dos leitores de jornais de ampla circulação nacional. No caso particular das

⁶Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml>

petições, é importante destacar que as pessoas procuraram influenciar na constituição legislativa do Estado brasileiro, ou seja, procuraram atuar politicamente para fazer valer a circulação de suas ideias.

Mitos, crise política e anticomunismo

No dia a dia e no senso comum a palavra “mito” comumente tem o significado de “ideia falsa”, que, eventualmente, pode ser desmascarada com um exame mais detalhado da realidade, trazendo a “verdade” à tona. Mas, em tempos recentes, o termo ganhou outro significado. Após as primeiras aparições do atual presidente Jair Bolsonaro, com suas falas indecorosas e preconceituosas em canais de televisão, conforme foi ganhando mais notoriedade, seus apoiadores passaram a chamá-lo de “mito”, no sentido de uma pessoa que sempre tem uma resposta na ponta da língua, que sempre fala com sinceridade, que não tem medo de falar o que pensa, mesmo que isso seja, nos termos de seus apoiadores, como Rodrigo Constantino, “politicamente incorreto”. Aqui, a palavra passou a ter uma conotação positiva, em uma espécie de ressignificação do termo.

Estes dois significados mais cotidianos de “mito” não dão conta de explicar a complexidade inerente ao conceito de “mito” ou de “mito político”. Vários estudiosos procuraram contribuir para essa tarefa, formulando interpretações que vão desde a que endossa a visão mais recorrente de “ideia falsa” até a que, na antropologia, liga o mito à história das religiões, passando pelas análises da produção de mitos - no sentido de mistificações - na publicidade contemporânea (MIGUEL, 1998). No que diz respeito ao “mito político”, Georges Sorel é um dos pioneiros na tentativa de conceituá-lo, tratando especificamente do mito revolucionário. Para Sorel, a principal função do mito político seria a de mobilização, de chamado para a ação (Ibidem). Este elemento é retomado por Raoul Girardet em seu livro *Mitos e mitologias políticas*, no qual ele afirma que uma compreensão adequada do mito político deve levar em conta as seguintes interpretações, apreendendo-as em sua unidade: o mito como animação criadora - que ele resgata de Sorel -, o mito como ilusão e o mito como narrativa que explica o presente - que diz respeito à função social de explicação da realidade que o mito carrega (GIRARDET, 1987).

Para nossa pesquisa, as ideias de Girardet contribuem sobretudo no que diz respeito às suas formulações em torno do “mito da Conspiração” e do “mito do Salvador”. Para explicar o “mito da Conspiração” (ou “mito do Complô”), Girardet parte de três narrativas diferentes: a do complô judeu, a do complô jesuítico e a do complô maçônico. Apesar de diferentes,

Girardet pontua que todas têm a mesma “construção morfológica”, ou seja, há uma “identidade de estruturas” nas três narrativas. Elas, por exemplo, partem da ideia de que existe uma Organização secreta cujo objetivo é dominar o mundo, e, para tanto, tal Organização não mede esforços: espiona, delata, controla a sociedade através dos meios de informação. Outro objetivo é tomar a riqueza pública, além de procurar corromper os costumes e as tradições sociais e morais, tendo como principal alvo as crianças. Assim, “Diante da vontade conquistadora e disciplinada da Organização não se erguerá mais que uma massa aviltada, dividida e desvairada, desapossada tanto de seus bens como de sua dignidade, atingida nas fontes mais profundas da vida”. (Ibidem, p.41). As semelhanças com a ideia de “marxismo cultural”⁷, uma das expressões do anticomunismo atual, são visíveis.

O “mito do Complô” tende, ainda, a desenvolver a ideia de subterrâneo, onde os membros da Organização se reúnem, longe da luz, sob a sombra da noite. Os membros são reduzidos, na narrativa, a animais que rastejam, que se infiltram, que infectam. A ideia de que os membros devoram seus inimigos (“devoração bucal”) também está presente nessas representações de “redução à animalidade”.

Tais narrativas que constituem o “mito do Complô” podem, também, ser manipuladas por grupos que procuram ganhar ou garantir seu poder:

E como negligenciar, por outro lado, a função essencialmente tática que lhe foi no mais das vezes atribuída? Todo mundo sabe: do terror jacobino ao terror stalinista, a acusação de complô não cessou de ser utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores, para legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e seus próprios fracassos (Ibidem, p.49-50).

Essa “função tática”, no entanto, não explica o fenômeno inteiro. As pessoas, como destacado por Rodrigo Patto Sá Motta (2000) a respeito do anticomunismo, realmente acreditam na narrativa, e é a partir dessa consideração que se deve investigar o fenômeno. Compreender os mitos políticos apenas pela ótica da manipulação é algo reducionista.

Outro elemento é que o mito só ganha força onde já existe certa receptividade a ele. Além disso, parte de suas expressões tem ligação efetiva com fatos da realidade. O mito se

⁷A teoria da conspiração do marxismo cultural versa sobre um suposto plano de dominação global e multicultural, estabelecido pelos teóricos da Escola de Frankfurt, por Antonio Gramsci e por György Lukács e adotado pelos comunistas do mundo inteiro, que visa suprimir as bases e os valores da civilização ocidental através da hegemonia cultural (COSTA, 2020). Um dos primeiros, senão o primeiro, a formular mais detidamente esta teoria foi Michael Minnicino, em artigo de 1992 intitulado “The new dark age: the Frankfurt School and ‘Political Correctness’”. No Brasil, o principal divulgador e expoente desta concepção é Olavo de Carvalho, que, em artigo para o *Jornal do Comércio*, em 2005, escreveu que o marxismo cultural é “[...] a arma mortífera concebida dentro do próprio Ocidente para destruir sua civilização”. Ver: <https://olavodecarvalho.org/alquimia-da-islamizacao/>.

constrói em cima de dados “relativamente precisos”, mas, claro, existe uma distância notória entre determinado fato e a narrativa mítica que se faz a partir dele. Este é um problema essencial, segundo Girardet: “Em suma, o problema essencial permanece colocado – o da passagem da veracidade do fato à sua interpretação mítica, do invencível movimento de transgressão que parte do acontecimento historicamente definível para conduzir à sua leitura imaginária”. (GIRARDET, 1987, p.53). O que o explica é que essa construção mitológica nasce ou se dissemina com mais força em contextos sociais turbulentos, de crise, em que a angústia é dominante. Os indivíduos, então, procuram certezas, explicações para seus medos, não importando a realidade objetiva da ameaça. Eis a “função social de explicação” do “mito do Complô”:

Em outras palavras, tudo se passa como se uma chave interpretativa se encontrasse estabelecida e na qual se visse inserido o conjunto dos acontecimentos do tempo presente, aí compreendidos, com certeza, os mais desconcertantes e os mais angustiantes. Por isso mesmo o desconhecido infinitamente temível das questões sem resposta cede diante de um sistema organizado de evidências novas. O destino volta a ficar inteligível; uma certa forma de racionalidade, ou pelo menos de coerência, tende a restabelecer-se no curso desconcertante das coisas... (Ibidem, p.55).

É a partir disso que os inimigos do Complô contrapõem à Organização do mal uma Organização sua, que representa o Bem: é preciso combater a Conspiração com as mesmas armas que ela utiliza.

Para discutir o “mito do Salvador”, Girardet parte do exemplo de Antoine Pinay, primeiro-ministro francês em 1951, comparando-o a um caso da ficção, a saber, o herói de um poema dramático de Paul Claudel. A questão que se apresenta, no caso real de Pinay, é como se dá a passagem do ser real e histórico para o mito, ou seja, como ocorre sua “heroificação”. Girardet aponta os momentos dessa heroificação: tempo da espera (o Salvador desejado); tempo da presença (o Salvador aparece, e é aqui que pode ocorrer certa dose de manipulação); e o tempo da lembrança (o Salvador sujeito à memória). Ligado, assim como o “mito do Complô”, a períodos de especial incerteza,

[...] o homem providencial aparece sempre como um lutador, um combatente. Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa submeter-se ao destino. Quer restaure a ordem estabelecida ou a subverta, quer organize ou anuncie aquele que está por vir, é sempre, por outro lado, sobre uma linha de ruptura dos tempos que se situa seu personagem. É na manifestação de presente imediato – presente de decadência, de confusão ou de trevas – que ele se afirma e se define; com ele, graças a ele, o “depois” não será mais como o “antes” (Ibidem, p.80-81).

Bem como o “mito do Complô”, o “mito do Salvador” deve ter certa correspondência com a realidade na qual está inserido:

Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história. O mito tende, assim, a definir-se em relação à função maior que se acha episodicamente atribuída ao herói, como uma resposta a uma certa forma de expectativa, a um certo tipo de exigência (Ibidem, p.82).

O mito, assim, atua como “revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade”. (Ibidem, p.83).

Os momentos em que o “mito do Salvador” tende a aparecer são períodos de crise de legitimidade, quando os governantes e as instituições passam a ser vistas como inimigos, como “outros”.

É no interior das consciências, e não sem desorientação, não sem ansiedade, que as regras até então observadas da normalidade cívica encontram-se brutalmente postas em causa, que a suspeita, a dúvida ou o desprezo substituem os hábitos adquiridos de identificação e de submissão à ordem institucional estabelecida [...] (Ibidem, p.90).

O Salvador atua, nesse sentido, como “agente socializador das almas”, que reestrutura, psicologicamente, indivíduos angustiados e amedrontados. O paralelo com a situação atual, em que muitos votaram em Jair Bolsonaro por estarem “contra tudo o que está aí”, é evidente.

Além destes dois mitos, o que nos interessa é que Girardet, após toda a sua investigação sobre os mitos políticos, procura chegar a uma interpretação mais global que perpassa toda sua obra. Ele conclui, em síntese, que os mitos políticos, apesar de sua diversidade, tendem a aparecer de forma mais intensa em períodos de crise social. É nesses períodos de inquietação, de angústia, que os mitos políticos são construídos ou trazidos à tona, que “[...] afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração”. (Ibidem, p.180). Ele afirma:

Como, especialmente, negligenciar o fato de que os quatro grandes sistemas de representação mítica dos quais tentamos esboçar os contornos – e encontrando-se cada um deles solidamente estruturado em torno de um núcleo bem definido – vêm reunir-se, cotejar-se e por vezes confundir-se em torno de um mesmo tema, isto é, na expressão de uma mesma contestação ou de uma mesma angústia, na formulação de um mesmo apelo ou de uma mesma esperança? (Ibidem, p.179).

Estabelecendo um diálogo com a psicologia, Girardet aponta que o mito político nasce e se fixa quando o “traumatismo social se transforma em traumatismo psíquico” (Ibidem,

p.181). Desse modo, a função primordial do mito é a reestruturação mental do indivíduo angustiado, por meio, principalmente, da inteligibilidade conferida a um presente caótico e desestruturado. Funciona, assim, como narrativa explicativa, que, por outro lado, também é mobilizadora, porque impele o sujeito à tentativa de reestruturação social. Não há, portanto, como separar o individual do coletivo.

Pensar o anticomunismo enquanto uma leitura mítica a respeito do comunismo é ressaltar que o fenômeno ganha proeminência em períodos de maior turbulência, em que os indivíduos procuram respostas para perturbação que sentem e que vivem. O que Girardet afirma sobre os mitos que analisa em seu estudo parece caber para a construção mítica que se forma em torno do comunismo. Este mito político

[...] canalizado, disciplinado em uma sociedade com estruturas hierárquicas bem assentadas, regulada por trocas harmoniosas de solidariedade e de complementaridade, se exalta e se febricitava quando as defesas postas em ação para salvaguardar o equilíbrio dessa sociedade se encontram bloqueadas ou suprimidas (Ibidem, p.189-190).

Como destaca Luciano Bonet (2005) em sua proposta de conceituação do fenômeno, do ponto de vista internacional, o anticomunismo tende a ganhar a força em períodos de instabilidade (BONET, 2005). Portanto, em períodos de crise - no caso do tempo presente, uma crise da democracia liberal no Brasil e no mundo (CASTELLS, 2018) -, através dos elementos que o constituem, ele se manifesta, ao mesmo tempo, como ilusão (por exemplo, a ideia de que vivemos em uma ditadura comunista), como um conjunto explicativo da realidade (como na ideia de que tudo está ruim porque vivemos sob o comunismo) e como discurso mobilizador (presente na concepção segundo a qual é preciso mobilizar-se para combater as supostas ditadura ou ameaça comunistas vigentes).

Na presente pesquisa, notamos que há duas ideias mais recorrentes por meio das quais as pessoas mobilizam um discurso anticomunista. A primeira está ligada à noção de *conspiração*, de ameaça comunista. Como veremos, a ideia, em síntese, é a de que a democracia brasileira corre perigo porque determinados atores políticos, considerados “comunistas”, atuam para enfraquecê-la, com o objetivo de beneficiar determinados grupos – principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus representantes – que, supostamente, teriam implantado um esquema de corrupção que destruiu o país. Um dos espaços mais utilizados pelos “comunistas” seria o ensino. Aqui, o projeto de poder dos “bolivarianos” poderia se consumir por meio da desvirtuação do caráter de crianças e adolescentes, que seriam submetidos a uma lavagem cerebral constante. Para evitar que tudo isso aconteça,

assim como ocorreu em 1964, alguns pedem uma intervenção militar por parte das Forças Armadas para que a ordem seja estabelecida. Pedidos de intervenção, nacionalismo, penetração comunista, riscos à democracia, desordem social e moral: como não lembrar daqueles discursos que, no contexto de 1964, apelavam para a ideia segundo a qual o governo de João Goulart estava infiltrado de comunistas que procuravam subverter a democracia brasileira?

As semelhanças são inegáveis, mas há novos elementos. A ideia de conspiração comunista, atualmente, é constituída por elementos como o “antipetismo” e o “antibolivarianismo”, por incorporarem críticas à chamada “ideologia de gênero” e pelas referências em relação ao “Foro de São Paulo”. Por meio, em grande medida, desses elementos, as pessoas buscam dar uma explicação para a desordem que vivenciam. Em uma espécie de mistura entre o “mito do Complô” e o “mito do Salvador”, o comunismo e seus supostos elementos de subversão tornam-se, assim, para essas pessoas, a explicação central para a crise atual que atinge os mais diversos âmbitos da sociedade brasileira.

A segunda concepção diz respeito à *equiparação* entre a ideologia comunista e a ideologia nazista. Este elemento muitas vezes aparece ligado à utilização do termo “totalitarismo”, bem como à menção aos milhões de mortos vítimas da implantação dos regimes socialistas ao longo do século XX. Por meio desses elementos, os indivíduos, principalmente nas petições, pedem a criminalização de qualquer apologia ao comunismo ou a seus representantes e bandeiras.

É necessário frisar que ambas as concepções estão em constante relação. Como iremos demonstrar nos próximos capítulos, na mesma fonte podemos encontrar um indivíduo que mobiliza o discurso da ameaça comunista ao mesmo tempo em que faz alusão ao caráter totalitário de tal ameaça. Assim, é possível considerar que a ideia de *equiparação* é um elemento que constitui a visão mitológica a respeito do comunismo - visão marcada principalmente pela ideia de ameaça e conspiração, como indicamos acima. Nos capítulos seguintes, separamos ambas apenas como uma forma de apresentar o que encontramos nesta pesquisa.

Sugerimos, aqui, a hipótese segundo a qual o anticomunismo do tempo presente, no período abarcado por esta pesquisa, é constituído por *continuidades* e *descontinuidades* em relação a outros momentos históricos. Isso nos leva a entender o anticomunismo brasileiro enquanto um *processo*, que, por um lado, como *construção mitológica* a respeito do comunismo, carrega em seu interior algumas características fundamentais, que podemos chamar de estruturais: confere uma explicação à realidade, homogeniza e superestima o

Outro, constrói identidades e chama à ação aqueles que pretendem combater o inimigo comunista e contém elementos de ilusão e mistificação. Estes aspectos foram manuseados e mobilizados por grupos e instituições - o Estado, a Igreja, o movimento integralista, o Exército, o complexo IPES/IBAD, entre outros - para fazerem frente ao comunismo, de sorte que estes atores produziram discursos próprios que, ao longo dos anos, se interligaram e conformaram o anticomunismo brasileiro.

Por outro lado, como demonstram os discursos produzidos pelos atores anticomunistas, o anticomunismo esteve e está sujeito a modificações em seus elementos constituintes e na intensidade com a qual eles vêm à tona, os quais, por assim dizer, são maleáveis e contingenciais, pois dependem das mudanças conjunturais. Nesse caso, o principal exemplo é o da referência à Intentona Comunista de 1935: o imaginário em torno desse acontecimento foi amplamente mobilizado pelo discurso anticomunista como prova da ameaça e da conspiração que, no contexto da década de 1930, eram representadas principalmente pelo judaísmo e pelo comunismo. Em outras conjunturas, como a que analisamos nesta pesquisa, a referência a este evento praticamente não existe. Por sua vez, a relação entre antipetismo e anticomunismo não ocorria em contextos anteriores, pelo fato óbvio da inexistência do PT até 1980, no presente contexto ele é um aspecto essencial para compreendermos o anticomunismo e, no futuro, pode vir a ser uma questão que tenha ficado no passado, a depender das dinâmicas políticas e sociais.

Além desta Introdução, a dissertação está dividida em três capítulos. No Capítulo 1, faremos uma discussão a respeito do contexto brasileiro do tempo presente, marcado notadamente pelo fortalecimento da chamada “nova direita”. No Capítulo 2, iremos apresentar e analisar de que forma a visão *conspiracionista* da ameaça comunista e os elementos mais significativos que a constituem - o antipetismo, a ideia de doutrinação comunista no ensino e as concepções em torno do anticomunismo moral e religioso - se manifestam nos textos examinados. No Capítulo 3, examinaremos a *equiparação* entre ideologia comunista e ideologia nazista e a utilização dos termos “totalitarismo” e “totalitário”, mostrando suas recorrências principalmente nas petições analisadas e de que maneira eles se conectam com o anticomunismo de outros períodos históricos.

CAPÍTULO 1: A NOVA DIREITA NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo principal apresentar alguns elementos que marcaram a conjuntura 2013-2018, caracterizada, entre outras coisas, pelo intenso conflito político-social e pelo fortalecimento da chamada “nova direita”. A consolidação desta vertente, seus ideais e suas práticas foram - e ainda têm sido - analisados por diversos pesquisadores. Para a construção do presente capítulo, optamos por partir do artigo de Fernando Perlatto e Jorge Chaloub (2016)⁸, no qual ambos procuram apontar alguns aspectos mais gerais para a compreensão da nova direita, com o intuito de estabelecer um diálogo com outros autores que vêm pesquisando esta temática.

1.1 Nova direita brasileira e sua inserção no contexto mundial

Perlatto e Chaloub (2016) apontam seis hipóteses que contribuem para explicar o fortalecimento desta vertente e seus discursos na sociedade brasileira nos últimos anos. Em primeiro lugar, a nova direita deve ser entendida na sua inserção em um contexto mundial de avanço das direitas, de maneira mais ampla. Segundo eles, grupos neoconversadores, com a derrocada do Estado de bem-estar social e a crise teórica do marxismo, e principalmente após a queda do Muro de Berlim, ganharam proeminência e passaram a projetar com mais destaque suas vozes no debate público. No continente europeu, o avanço de grupos direitistas mais radicais é notório. Como aponta Michael Löwy (2015), eles são diversos e os pontos em comum entre eles são o nacionalismo chauvinista (oposição à globalização), a xenofobia, o racismo, o ódio aos imigrantes e ciganos, o anticomunismo e a islamofobia. São a favor do aumento da repressão contra a "insegurança", que associam aos imigrantes, além de, em muitos casos, utilizarem a retórica social (a defesa dos trabalhadores, por exemplo). Apesar destes pontos em comum, suas posições frente a temas como machismo, homofobia, antisemitismo, neoliberalismo variam muito.

Löwy pontua ainda que, em comparação à vertente europeia, a extrema-direita brasileira tem algumas especificidades e algumas semelhanças. Quanto às especificidades, a primeira é que, no Brasil, a maior parte dos grupos não tem ligação direta com o fascismo dos anos 1930; “[...] grupos neofascistas existem, porém são marginais” (LOWY, 2015, p.662). A

⁸Embora Chaloub e Perlatto tratem especificamente da ascensão dos *intelectuais* da nova direita (como Luiz Felipe Pondé, Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, entre outros), consideramos que suas reflexões nos ajudam a compreender o crescimento dessa corrente e a conjuntura na qual ela estava inserida do ponto de vista mais geral.

referência ao integralismo, por exemplo, não faz parte da retórica da maioria da extrema-direita brasileira atualmente. Na Europa, ao contrário, há grupos de extrema-direita fortes politicamente que fazem alusão explícita aos fascismos da década de 1930. A segunda característica dissonante é que, no caso brasileiro, não existem partidos de massa que coloquem o racismo como bandeira central de sua atividade política. A terceira diferença estaria ligada ao fato de que o apelo aos militares e os pedidos de intervenção militar são muito mais presentes entre os grupos brasileiros do que nas organizações europeias (Ibidem).

No tocante às semelhanças, Löwy afirma que, tanto na Europa como no Brasil, os grupos de extrema-direita manipulam o discurso anticorrupção para fins políticos. Além disso, a defesa da violência policial e da repressão e a intolerância para com as minorias (em especial, os homossexuais) são outros aspectos em comum, pelo menos entre a extrema-direita francesa e brasileira (Ibidem).

Seguindo a argumentação de Marina Basso Lacerda (2019), as semelhanças com uma direita estadunidense da década de 1970 e 1980, que a pesquisadora chama de “neoconservadora”⁹, são notórias. Segundo ela, é possível estabelecer paralelos entre esta coalizão neoconservadora norte-americana e o neoconservadorismo brasileiro, notadamente após 2015. Constituindo-se a partir da reação às pautas e avanços do movimento LGBT e feminista e tendo como peculiaridades “a centralidade que atribui às questões relativas à família, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos” (Ibidem, p.29) e o protagonismo da direita cristã, o neoconservadorismo nos Estados Unidos e no Brasil tem como principais pautas o debate em torno da moral sexual; o idealismo punitivo; o apoio a Israel; a defesa do neoliberalismo; e o anticomunismo, representado principalmente pelo antibolivarianismo. Através da análise de discursos, propostas e votações de parlamentares na Câmara dos Deputados, ela demonstra que, no Brasil, há uma reelaboração do movimento iniciado nos Estados Unidos na década de 70 e 80, que reuniu grupos direitistas diversos em torno da candidatura de Ronald Reagan à presidência (Ibidem).

Para a temática que estamos analisando nesta pesquisa, há duas questões mais específicas e importantes que vem à tona com a pesquisa de Lacerda: a primeira, e mais óbvia, é a presença do discurso anticomunista entre parlamentares da Câmara dos Deputados,

⁹Uma definição de “neoconservadorismo” que complementa a de Lacerda é a de Silvio Luiz de Almeida. De acordo com ele, o neoconservadorismo “[...] estrutura-se como reação ao *Welfare State* [Estado do bem-estar social], à contracultura e à nova esquerda, fenômenos atrelados ao pós-Segunda Guerra Mundial e ao advento do regime de acumulação fordista. Para os neoconservadores, a crise econômica que atingiu o capitalismo no final dos anos 1960 era antes de tudo uma crise moral, ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais que governam a sociedade desde os primórdios da civilização, feito em nome de um igualitarismo artificialmente criado pela intervenção estatal” (ALMEIDA, 2018, p.28).

o que aponta para o grau de penetração dessa concepção. A segunda é a que diz respeito ao apoio à Israel presente em parlamentares anticomunistas. Se olharmos a história do anticomunismo, perceberemos que, em alguns momentos, atores anticomunistas professaram aversão à Israel e ao povo judeu. É o caso, por exemplo, da ideia do complô judaico-comunista, presente no Brasil notadamente durante a década de 1930, e que teve como representação mais significativa o *Plano Cohen*, documento fabricado para legitimar o golpe de Estado de Getúlio Vargas em 1937 (WIAZOVSKI, 2008). Podemos considerar, portanto, que o apoio à Israel por parte de atores políticos que possuem uma retórica anticomunista se trata de um elemento de novidade na história do anticomunismo.

Nesse processo de disseminação internacional das direitas, é preciso considerar um outro elemento significativo: a conexão entre a extrema direita brasileira, principalmente na figura de Olavo de Carvalho, com representantes da extrema direita de outros países. A relação, por exemplo, entre Steve Bannon, Alexandr Dugin e Olavo é reveladora dessa rede transnacional. Esses três indivíduos, que se conheceram entre si, tiveram ampla participação política em seus respectivos países. Nos Estados Unidos, Bannon atuou ativamente na campanha do então candidato à presidência Donald Trump. A principal arma foi a criação de uma estratégia eleitoral e político-cultural na qual sua empresa, Cambridge Analytica, aplicava técnicas de coletas de dados de milhões de pessoas nas redes sociais para, então, bombardeá-las com mensagens que as fizessem apoiar Trump e as incentivasse a participar da eleição. Bannon, após a vitória de Trump, passou a figurar entre os conselheiros do presidente estadunidense, auxiliando-o em algumas decisões. Posteriormente, depois de algumas polêmicas envolvendo seu nome e alguns membros do governo, Bannon foi demitido (TEITELBAUM, 2020).

Na Rússia, quando iniciou seu contato com o Tradicionalismo, Dugin nutria um profundo ódio contra a então União Soviética, adotando o nazifascismo como arma para atacar o comunismo. Depois, após a dissolução da URSS, passou a utilizar o fascismo e o comunismo como forma de condenar o mundo ocidental, chegando a criar o Partido Nacional-Bolchevique. Além disso, através de seus contatos no interior do Exército russo, fez caminho até estabelecer e influenciar amplamente a política russa, inclusive o presidente Vladimir Putin, consolidando uma “relação simbiótica” que “aumentava sua exposição na mídia” (Ibidem).

No Brasil, Olavo de Carvalho começou sua intervenção política por meio de publicações de artigos em jornais e, depois, através de textos e vídeos postados na internet, em que denunciava o marxismo cultural que para ele dominava o Brasil, principalmente

através da imprensa e das universidades federais. Sempre com um tom polêmico e agressivo, suas ideias e opiniões se disseminaram pela internet, atingindo um número cada vez maior de pessoas. Com o passar do tempo, devido a sua influência e reverberação nesses espaços, ele passou de um filósofo que expunha suas ideias nas redes a um conselheiro - um “guru” - do então recém-eleito presidente, Jair Messias Bolsonaro.

O que esses três indivíduos têm em comum em sua história de vida é, antes de qualquer coisa, a ligação com a ideologia do Tradicionalismo, como nos mostra Benjamin Teitelbaum (2020). Essa corrente de pensamento foi criada por René Guénon, um intelectual esotérico francês, e mais decisivamente disseminada, ganhando um número maior de adeptos, por Julius Evola, filósofo italiano que estabeleceu relações com o fascismo de Mussolini (Ibidem).

O Tradicionalismo, de modo geral, prega a superioridade da espiritualidade sobre a materialidade, atacando a modernidade como um período em que as sociedades abandonaram a espiritualidade e a cultura de cada povo em benefício da economia e da “formalidade burocrática”. Como rechaçam a modernidade, rejeitam - e por isso nutrem um sentimento antissistema - também as ideias e instituições que surgiram ou se consolidaram com seu avanço: a ideia de progresso, as universidades, a mídia, a secularização, o feminismo, o marxismo e o que eles chamam de globalismo - representado, por exemplo, na figura de instituições como a ONU. A existência dessas ideias e instituições é sinal de um declínio geral da sociedade. Como entendem que a história se move em ciclos, acreditam que, após a era de declínio, uma era de virtude e positividade de tempos anteriores chegará para toda a humanidade. Nesse sentido, em um aparente paradoxo, os Tradicionalistas, buscando resgatar uma ordem perdida, entendem que a destruição e o declínio significam o advento de um tempo superior e, portanto, melhor (Ibidem).

Alguns ativistas Tradicionalistas, como os que citamos acima, procuram disputar espaços no âmbito da cultura, por meio de uma estratégia chamada “metapolítica”. Eles entendem que o espaço no qual a mentalidade e os valores são formados - elementos que, para eles, moldam mais fundamentalmente os seres humanos - é o setor cultural, seja na religião, na educação, no entretenimento etc. No intuito de ocupar espaços culturais, “[...] as campanhas metapolíticas em geral assumem uma destas duas formas: ativistas buscam injetar suas mensagens em canais culturais já existentes ou procuram criar canais alternativos próprios para competir com os da ideologia dominante” (Ibidem, p.62). Alguns ativistas, como Steve Bannon, lançaram mão de ambos os métodos.

É interessante notar que o termo “metapolítica” dá nome ao *blog* do ex-ministro das Relações Exteriores do governo de Jair Bolsonaro, Ernesto Araújo. Neste espaço, Araújo publica artigos com o objetivo de “ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista”, que ele define como “globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural” e que, para ele, pretende “romper a conexão entre Deus e o homem, tornando o homem escravo e Deus irrelevante”. Assim, o “projeto metapolítico significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história”.

Foi, inclusive, a partir da leitura de um artigo de Araújo que Olavo de Carvalho diz tê-lo conhecido e se interessado por suas ideias. Neste artigo, “Trump e o Ocidente”, publicado em 2017 nos Cadernos de Política Exterior, ligado ao Ministério das Relações Exteriores, é relevante o fato de Ernesto Araújo ter mencionado o “mestre tradicionalista” René Guénon como uma referência a ser lida por, primeiro, ajudar a compreender um discurso que Trump havia dado em Varsóvia à época e, em segundo lugar, por ter influenciado Steve Bannon (ARAÚJO, 2017). Olavo de Carvalho, então, atuou para que Bolsonaro indicasse Ernesto Araújo. O presidente atendeu ao pedido e o nomeou como Ministro.

A segunda questão destacada por Perlatto e Chaloub (2016), dentre as hipóteses para explicar o fortalecimento desta “nova direita” - e que está, de certa maneira, ligado à temática discutida acima -, é a disseminação de entidades que propagam um ideário pró-mercado¹⁰. Essa difusão faz parte de um movimento maior, global, de alastramento, desde a década de 1970, de organizações que defendiam os princípios do livre mercado (HOEVELER, 2016). Como afirma Rejane Hoeveler: “Num espaço de tempo relativamente curto, foram fundadas ou revitalizadas diversas outras entidades comprometidas com o ideário neoliberal e neoconservador” (Ibidem, p.86). No Brasil, tal processo, segundo Flávio Henrique Calheiros Casimiro, tem ligação com uma:

reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 e que tem como uma de suas manifestações, entre várias outras, o surgimento de um novo *modus operandi* de ação político-ideológica. Essa representação política não partidária dos segmentos da direita liberal conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta, configura-se, portanto, como aparelhos privados de hegemonia, cuja ação foi ganhando amplitude e intensidade, assim como foi radicalizando seu discurso ao longo do tempo (CASIMIRO, 2018, p.41-42).

¹⁰Essa defesa mais intransigente do livre mercado tem como inspiração fundamental a Escola Austríaca de economia. Como afirma Luis Felipe Miguel (2018), seus seguidores pregam a ideia de um Estado mínimo, de modo que o mercado é considerado, do ponto de vista moral e ético, o melhor regulador das relações sociais. Aqui, tudo é reduzido ao direito de propriedade e a contratos “livremente” estabelecidos. No que diz respeito à igualdade, eles a veem como uma barreira à liberdade. Assim, é preciso evitar qualquer interferência externa (em suma, do Estado) na autonomia individual de cada pessoa.

Nessa esteira, se proliferaram institutos como o Instituto Liberal, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto Millenium, Instituto Ludwig Von Mises, entre outros, que buscavam fazer com que os ideais liberais ganhassem capilaridade na sociedade. Reunindo, como afirmam Perlatto e Chaloub (2016), jornalistas, empresários, economistas, juristas, entre outros, tais organizações estabeleceram ligações com grupos empresariais e da mídia brasileiros. Mas suas conexões vão além dos limites nacionais. Para ficar em um só exemplo significativo, algumas delas têm vinculação com o *Atlas Network*, grupo criado nos Estados Unidos, em 1981, pelo empresário Anthony Fischer, cujo objetivo seria auxiliar, financeira e intelectualmente, instituições que defendem os princípios pró-mercado (HOEVELER, 2016)¹¹. O nome “Atlas” talvez seja uma referência à obra *A Revolta de Atlas*, da filósofa Ayn Rand, ferrenha anticomunista e uma das referências dos autointitulados “libertários” (Ibidem).

1.2 Nova direita brasileira e sua inserção no contexto nacional

Os elementos seguintes levantados pelos autores dizem respeito ao contexto propriamente brasileiro. Nesse sentido, o terceiro aspecto a se considerar na investigação do fortalecimento da nova direita no Brasil, de acordo com a leitura de Perlatto e Chaloub (2016), está conectado às transformações por que passou a indústria cultural no Brasil ao longo dos últimos anos. Leonardo Nóbrega da Silva (2018), partindo do exemplo da editora Record e de seu editor de não-ficção, Carlos Andreazza, mostra como as mudanças no mercado editorial brasileiro, relacionadas à abertura de mais espaços para autores do campo direitista, nos ajuda a compreender “as mudanças pelas quais passa a sociedade brasileira” (SILVA, 2018, p.83). Além disso, como pontuam Perlatto e Chaloub, devemos considerar a composição dos jornais de maior circulação - que deram mais espaço para aqueles que os autores chamam de “colunistas ideológicos” - e a forte disseminação da internet nos últimos anos, aspectos que contribuíram significativamente para a disseminação dos ideais dessa nova corrente, através de seus intelectuais (PERLATTO; CHALOUB, 2016).

Um ponto importante a ser destacado aqui é o que Vera Alves Cepêda (2018) aborda: a nova direita, muitas vezes, mobiliza uma “[...] luta ideológica fora do escopo da argumentação racional” (Ibidem, p.49), lançando mão de argumentos irracionais e até mesmo falsos do ponto de vista factual, “[...] com o recurso à falsificação da história e do marco teórico, com associações perversas entre temas, eventos, ideias que de fato não ocorreram”

¹¹ Ver: <https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean>.

(Ibidem, p.49). Este elemento, que está estritamente ligado ao que chamamos de *fake news*, tem forte conexão com a disseminação da internet. É fundamental ressaltar a importância dessa difusão para a conformação da nova direita. Como afirma Camila Rocha (2018), este “amalgama ultraliberal-conservador” (ROCHA, 2018, p.15), no Brasil, tem origem, fundamentalmente, em grupos de internet que professavam ideais ultraliberais na parte econômica e ideais conservadores em temáticas como direitos humanos e direitos de minorias (muitos influenciados por Olavo de Carvalho, que também atuou em páginas da *web*), no auge do lulismo (2006-2010). Ela afirma:

Foi justamente durante esses anos que surgiram na internet grupos de oposição ao governo que não se sentiam representados pelos partidos de centro-direita e direita tradicionais e discutiam ideias polêmicas, como a necessidade de uma intervenção militar, ou de que a cobrança de impostos seria equivalente a um “roubo” praticado pelo Estado, esta última defendida por militantes que atuavam em defesa do ultraliberalismo, percebido pelos mesmos como uma forma mais radical e verdadeira de liberalismo econômico em comparação ao neoliberalismo (Ibidem, p.17).

Esses indivíduos formaram na internet aquilo que a autora designou como um “contrapúblico ultraliberal-conservador”, que acabou, mais tarde, influenciando partidos e movimentos que atuaram no contexto do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Além disso, segundo Rocha, entender a formação desse contrapúblico nos ajuda a explicar por que Jair Bolsonaro chegou à presidência em 2018 (Ibidem).

Um outro elemento - o quarto - a se levar em conta como hipótese para o surgimento da “nova direita” é o distanciamento temporal em relação à ditadura militar, período histórico identificado com a direita do espectro político. Essa diferença de tempo fez com que grupos que antes se sentiam envergonhados ao defenderem ideias ligadas à direita, agora “[...] se sintam mais à vontade para esposar suas opiniões publicamente, sem maiores constrangimentos” (PERLATTO; CHALOUB, 2016, p.27). Segundo Perlatto e Chaloub, outro fator ligado a isso é que, nos últimos anos, sobretudo durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a interferência do Estado na economia cresceu substantivamente, principalmente com a redução das desigualdades, abrindo espaço para críticas de setores liberais ou ultraliberais mais simpáticos a um Estado mínimo. Tais críticas, que estão ligadas também à disseminação dos *think-tanks* mencionados acima, têm comumente um caráter de moralização da economia. A presença estatal é vista quase como algo imoral e, desse modo, é negativada. Ela pode ser entendida, ainda, como em Friedrich Hayek (1944), como uma

ameaça de maior grau, de modo que a ingerência do Estado é associada à proliferação da ideologia socialista.

Uma outra questão - a quinta - a se considerar nessa discussão está ligada aos fracassos e sucessos dos governos do PT entre 2003 e 2016. Segundo os autores, mesmo o “reformismo fraco” da administração petista “[...] mexeu em pontos sensíveis da estrutura social brasileira, acabando por despertar fortes reações de alguns segmentos [...]” (PERLATTO; CHALOUB, 2016, p.30). Quanto aos sucessos, é preciso considerar o processo de redução das desigualdades (já indicado acima), que se deu, segundo Laura Carvalho (2018), fundamentalmente através de políticas de transferência de renda¹² e de valorização do salário mínimo. Esse processo, aliado ao acesso maior ao crédito, fez com que famílias de baixa renda incorporassem mais produtos ao seu consumo para além de artigos básicos de sobrevivência ligados à alimentação. Enquanto esse processo aumentava o consumo de setores de baixa renda, recrudescia também a inflação, ao mesmo tempo em que a renda dos grupos de classe média crescia em ritmo menos acelerado. De acordo com Carvalho, parte do descontentamento que levou às manifestações de 2013, de 2015 e de 2016 pode ser encontrada nesse aspecto:

Nesse sentido, o descontentamento dessas classes e a participação delas nos protestos de junho de 2013 e nas manifestações em favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2015 e 2016 têm bases materiais. Ainda que todas as classes tenham se beneficiado do processo de crescimento dos anos 2000, sua posição relativa mudou. Em alguma medida, o que era inflação para uns, foi ganho de renda para outros (Idem, p.46-47).

Para além desse resultado material mais direto, há também um efeito simbólico próprio da redução das desigualdades, que pode ser ilustrado com o seguinte exemplo: no livro *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia*, de 2012, Luiz Felipe Pondé, reconhecido autor da nova direita, afirma logo no início de seu texto:

Estou voando, na classe executiva, não suportaria estar numa classe econômica, um galinheiro de gente. Costumo dizer que os aeroportos e os aviões, além de todos os lugares do mundo, viraram um grande churrasco na laje. O futuro do mundo é ser brega. Isso é um fato, apesar de ser um pecado mortal afirmá-lo (PONDÉ, 2012, p.5).

¹²Apesar disso, como pontua Carvalho, não houve redistribuição de renda do topo para o meio ou para a base da pirâmide: “[...] não houve queda na parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico no Brasil ao longo dos anos 2000” (CARVALHO, 2018, p.50). “Em outras palavras, ainda que os salários tenham ficado menos concentrados nos anos 2000 graças ao crescimento acelerado dos rendimentos de trabalhadores da base da pirâmide – fruto da valorização do salário mínimo e do crescimento de setores muito intensivos em mão de obra menos qualificada –, a renda do capital cresceu ainda mais e se manteve altamente concentrada na mão dos mais ricos” (Ibidem, p.50).

Em entrevista¹³ ao jornal *Público*, de Portugal, o filósofo comentou tais linhas, assinalando que se trata de uma ironia, que seu objetivo era dizer aquilo que as pessoas de fato pensam mas não afirmam publicamente por medo de serem julgadas pelo “politicamente correto” como elitistas e preconceituosas. Enfatizou, ainda, que: “No Brasil, por conta do milagre económico, todo o mundo viaja hoje em dia e no mundo intelectual existe um hábito de mentir no sentido que falo no livro”. Este breve exemplo nos mostra os contornos mais gerais do efeito simbólico causado pela redução das desigualdades. Como pontua Luis Filipe Miguel (2018), a ascensão das classes mais baixas fez com que a classe média perdesse, até certo ponto, o caráter que as distinguia dos mais pobres - no caso, o acesso mais significativo ao consumo.

Outros elementos que não estão relacionados diretamente à área econômica também nos ajudam a explicar a reação de certos setores da sociedade aos sucessos do PT no governo. Por exemplo, os avanços nas conquistas de direitos por parte das minorias - principalmente étnico-raciais, LGBTT's (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis) e mulheres - durante os governos petistas, que, apesar de ainda tímidos, geraram certa reação de grupos conservadores que compõem a nova direita. Como pontuam Fernando Perlatto e Cláudia Viscardi (2018), desde a Constituição de 1988, as minorias vêm ganhando direitos e proteções que fortaleceram sua cidadania. Fruto de diversas disputas políticas, a redemocratização e a “Constituição Cidadã” abriram “[...] uma nova janela de possibilidades” (PERLATTO; VISCARDI, 2018, p.449). No período dos governos petistas, Perlatto e Viscardi apontam, no tocante à temática de gênero, o papel importante, por exemplo, da criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em 2003, que institucionalizou, no âmbito federal, um lugar que conduziria as políticas para as mulheres. Tal inovação, além disso, influenciou o desenvolvimento de políticas públicas em outras áreas que pensassem a transversalidade de gênero, fazendo com que a temática não ficasse restrita apenas às políticas direcionadas exclusivamente às mulheres. Outros programas e leis importantes foram criados, como a Lei Maria da Penha, em 2006, a PEC das Domésticas, em 2012, o programa Mulher, Viver sem Violência, em 2013, entre outros. Ademais, é notório o fortalecimento do movimento feminista de maneira geral.

Quanto aos direitos étnico-raciais, sob pressão do movimento negro, os governos petistas deram um novo impulso às conquistas que haviam ocorrido em governos anteriores. Ocorreu, por exemplo, a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), do Conselho Nacional de Participação da Igualdade Racial e a

¹³Ver: <https://www.publico.pt/2012/10/14/jornal/ponde-no-seu-melhor-ou-no-seu-pior-25331364>.

constituição da Política Nacional de Promoção à Igualdade Racial. Em 2010, foi promulgado o Estatuto da Igualdade Racial e o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de garantir a implementação do Estatuto. Além disso, é notório o avanço em torno das políticas de ação afirmativa no campo educacional, como as cotas raciais, bem como a aprovação da Lei nº10639, que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira na Rede Básica. Outros avanços ocorreram no sentido de, assim como na temática de gênero, garantir a transversalidade, “[...] de modo a assegurar o recorte étnico-racial em todas as políticas executadas pelo governo federal” (Ibidem, p.461). No que se refere aos grupos indígenas, temos o exemplo apontado por Perlatto e Viscardi da demarcação, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), da Terra Indígena Raposa Terra do Sol, em Roraima, contrariando os interesses de setores ruralistas.

Com relação aos direitos dos grupos LGBTQI+, é preciso pontuar que as reivindicações desses grupos não foram amplamente resguardadas pela Constituição de 1988. Devido à pressão de movimentos sociais ligados a essas pautas, a partir dos anos 2000 suas exigências foram mais bem acolhidas. No governo Lula, por exemplo, foi criado, em 2004, o programa Brasil sem Homofobia (BSH) - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, que, segundo Perlatto e Viscardi, se colocou como uma “primeira política pública mais sistemática conduzida pelo governo federal orientada para o combate à homofobia e a qualquer forma de discriminação por orientação sexual” (Ibidem, p.458). Mais recentemente, temos, em 2011, o importante reconhecimento, pelo STF, do casamento entre pessoas do mesmo sexo, bem como a autorização, em 2016, do uso do nome social por parte dos travestis e transsexuais na esfera da administração pública federal (Idem).

Estas mudanças simbólicas, como afirmam Perlatto e Chaloub (2016), de fato, tocaram nas estruturas mais profundas da sociedade brasileira. Mesmo que o avanço tenha sido pequeno em alguns casos, a afirmação de alguns direitos e a voz que os grupos historicamente excluídos ganharam trouxe reações de alguns setores mais conservadores. Como vimos acima, tais grupos se unem principalmente em torno da reação à ascensão de grupos marginalizados historicamente e suas pautas, especialmente os movimentos LGBTQI+ e feminista (LACERDA, 2019). Esses atores, é preciso pontuar, ganharam força ainda nos governos petistas. Assim, por exemplo, o afastamento em relação aos direitos LGBTQI+, principalmente no governo Dilma, consumou-se em favorecimento dos evangélicos atuantes no Congresso Nacional (BULGARELLI, 2018). Ocorreu o fortalecimento de um fundamentalismo religioso, que se baseia na ideia de que há uma verdade revelada e que, a

partir dela, os indivíduos devem atuar no mundo (MIGUEL, 2018). Um dos representantes mais aguerridos dessa vertente é Silas Malafaia, que faz ataques às minorias com base na “verdade revelada” pela Bíblia. Além dele, temos, por exemplo, a “Bancada Evangélica” no Congresso, que, entre outras coisas, procura combater a “ideologia de gênero” e o “homossexualismo [sic]” e opera no sentido de barrar políticas que favoreçam grupos marginalizados, particularmente os grupos LGBTT e as mulheres. Como afirma Lucas Bulgarelli:

Embora sejam muitas as denominações e vertentes religiosas de matriz evangélica que compõem a FPE [Frente Parlamentar Evangélica], sua atuação em votações envolvendo gênero e sexualidade costuma ser direcionada à defesa de ideias como “família” e “vida”, bem como a uma oposição ao que é considerado um desvio dos “valores cristãos” (BULGARELLI, 2018, p.99).

Quanto aos limites do PT no poder, segundo Perlatto e Chaloub (2016), é preciso considerar, sobretudo, a falta de reformas mais estruturais e os casos de corrupção que ocorreram durante seus governos. Ambos enfraqueceram a agenda política da esquerda. No primeiro caso, é preciso assinalar algo essencial: a não adoção de reformas mais estruturais por parte dos governos petistas não só debilitou a esquerda, mas também tornou frágeis os direitos de cidadania duramente conquistados pelos grupos marginalizados. Discorrendo sobre a compatibilidade entre a democracia brasileira dos últimos 30 anos e a estrutura racista da sociedade brasileira, Ana Luiza Pinheiro Flauzina argumenta que os direitos da população negra são instáveis e vulneráveis justamente por não modificarem as estruturas mais fundamentais do racismo. Por isso, segundo ela, tais direitos são “[...] passíveis de revogação diante da mudança da temperatura política da vez” (FLAUZINA, 2019, p.68). Tendo em vista o que já indicamos, pensamos que esse argumento pode ser estendido para o caso dos outros grupos minoritários.

No caso específico da corrupção, os casos foram instrumentalizados pelos grupos direitistas como forma de atacar o PT e seus representantes e, por extensão, a esquerda como um todo. A ideia, basicamente, é a de que os casos de corrupção indicam uma crise moral mais generalizada ligada à esquerda, que deveria ser combatida para que houvesse o restabelecimento da boa prática política.

Outro aspecto destacado por Perlatto e Chaloub (2016), e que tem conexões com as manifestações anticorrupção abordadas acima, diz respeito à crise do sistema partidário brasileiro. Segundo eles, há um discurso corrente de desconfiança em relação aos políticos, uma retórica de “terra arrasada” que coloca em xeque a legitimidade do sistema político do

Brasil. Este aspecto também tem conexões com o contexto mundial, que assiste a uma crise da democracia liberal, principalmente em relação às questões da representatividade e da legitimidade. Segundo o diagnóstico de Manuel Castells (2018), em seu livro *Ruptura: a crise da democracia liberal*, há, em todo o mundo, o aumento da desconfiança em relação às instituições, o que tem levado a uma rejeição à política. Os cidadãos não acreditam mais nos políticos. O lema “Não nos representam” é a principal expressão desse rompimento entre governantes e governados. Há, enfim, “um colapso gradual de um modelo de representação” (CASTELLS, 2018, p.10).

Para Castells, a raiz desse problema se encontra na crise financeira e econômica de 2008:

Foi, na realidade, a crise de um modelo de capitalismo, o capitalismo financeiro global, baseado na interdependência dos mercados mundiais e na utilização de tecnologias digitais para o desenvolvimento de capital virtual especulativo que impôs sua dinâmica de criação artificial de valor à capacidade produtiva da economia de bens e serviços (Ibidem, p.20).

Esse processo, segundo o autor, levou a crises na indústria pela falta de crédito injetado; ao aumento do desemprego; à implementação de políticas de austeridade, “De modo que o Estado protetor priorizou a proteção dos especuladores e fraudadores sobre as necessidades dos cidadãos, golpeados pela crise e pelo desemprego” (Ibidem, p.22). E foi justamente nesse momento que casos de corrupção começaram a estourar em alguns países, gerando ainda mais desconfiança quanto ao sistema político.

Esta questão pode ser percebida, além disso, nos discursos correntes de que é necessário fazer política sem ideologia - ideia que é, por si só, ideológica - ou que é preciso ser um bom gestor estatal, estabelecendo uma gestão sem tomar partido, para que o Estado seja mais eficiente. Como pontua Sabrina Fernandes (2019), discorrendo a respeito dos conceitos de “pós-política” e “pós-ideologia: “[...] a disputa influenciada diretamente por posições ideológicas é rejeitada; ou seja, o fazer da política torna-se subordinado a uma presumida imparcialidade atribuída à tecnocracia e aos especialistas esclarecidos” (FERNANDES, 2019, p.217). Este discurso acaba por legitimar projetos como o Escola Sem Partido, que denuncia um suposto excesso de ideologia nas escolas com base na ideia de doutrinação ideológica, e discursos de neutralidade e eficiência neoliberais no âmbito da administração estatal.

1.3 Anticomunismo e fortalecimento da nova direita: uma nova onda anticomunista?

É no contexto marcado pelos elementos que discutimos acima que visualizamos o recrudescimento da retórica anticomunista, assumida pelos grupos pertencentes à nova direita e que, colocada em perspectiva histórica, mistura elementos de continuidade e descontinuidade. Em sua história, de acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2000), o Brasil atravessou três momentos de crise social ou acirramento das lutas políticas em que o anticomunismo apareceu de maneira mais intensa. A primeira onda anticomunista¹⁴ se deu entre 1935 e 1937, no contexto da chamada “Intentona Comunista” e do golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo, em que ocorreu uma junção entre antissemitismo e anticomunismo. É notório, nesse período, a atuação do movimento integralista, notadamente na figura de dois membros da Ação Integralista Brasileira (AIB): Gustavo Barroso, responsável pela edição brasileira de 1936 do documento conspiratório antissemita *Os Protocolos dos Sábios de Sião* (WIAZOVSKI, 2008), e Olímpio Mourão Filho, que formulou o *Plano Cohen*, documento antissemita e anticomunista que justificou o fechamento do regime em 1937 e o Estado Novo.

A segunda onda ocorreu entre 1946-1950, em um contexto em que, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi colocado na ilegalidade e a Polícia Política de São Paulo baseava sua vigilância sobre os judeus na ideia do complô judaico-comunista (Ibidem). Uma terceira onda anticomunista foi a que despontou no contexto do golpe de 1964, em que a figura de João Goulart, e consequentemente seu governo, foi especialmente combatida por meio do uso do discurso anticomunista e do perigo vermelho. Portanto, o anticomunismo, enquanto fenômeno estrutural, atravessou as décadas e, hoje, manifesta-se com veemência. Com base nesses apontamentos, poderíamos nos perguntar, por exemplo, se estaríamos vivendo uma nova – ou quarta – onda anticomunista.

Basta destacar, a título de exemplo, os dois discursos de posse do presidente Jair Bolsonaro¹⁵. Em sua fala para apoiadores, logo após receber a faixa presidencial do ex-presidente Michel Temer, Bolsonaro afirmou: “E me coloco diante de toda a Nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”, completando, no final, com o lema,

¹⁴Consideramos que, como metáfora e elemento explicativo, a ideia de “ondas” anticomunistas pode ser interessante para visualizarmos melhor os períodos de turbulência - principalmente institucional - em que o anticomunismo aparece com maior intensidade. Mas, como bem problematizou Alexandre Busko Valim (2005), não podemos perder de vista que o anticomunismo é parte de um processo e que, portanto, suas manifestações extrapolam “conjunturas estabelecidas por demarcações pautadas em rupturas institucionais” (Ibidem, p.210).

¹⁵Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 22 fev. 2020.

recuperado de outros momentos históricos, de que a bandeira brasileira “jamais será vermelha”. Em seu discurso no Congresso Nacional, ele se referiu à “ideologia de gênero” e fez referência a uma suposta doutrinação política no ensino - uma das bandeiras do Movimento Escola sem Partido (MEP).

É possível assinalar, ainda, mais dois exemplos do grau de penetração do discurso conspiracionista. O primeiro diz respeito a uma das escolhas de Jair Bolsonaro para compor seu grupo de ministros: Ernesto Araújo, nomeado para ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Como vimos no início, Araújo é um árduo defensor da ideia de globalismo - de que há um plano internacional de dominação esquerdista - e crítico da esquerda. Em seu blog na internet, *Metapolítica 17: contra o globalismo*, ecoando uma nova faceta do anticomunismo atual representada pela ideia de marxismo cultural, afirma, por exemplo, que “A esquerda é, fundamentalmente, um programa de dominação e controle social e mental da espécie humana” (ARAÚJO, E., 2018, recurso online). Mais recentemente, em texto no mesmo blog, comentando um livro de Slavoj Žižek, afirmou que “O Coronavírus nos faz despertar novamente para o pesadelo comunista” (ARAÚJO, E., 2020, recurso online) - o “comunavirus” -, além de pontuar que “o globalismo substitui o socialismo como estágio preparatório ao comunismo” (Ibidem, 2020, recurso online).

O segundo exemplo refere-se ao Projeto de Lei 4425/2020, de autoria do deputado federal Eduardo Bolsonaro, enviado à Câmara dos Deputados, que pede a criminalização do comunismo¹⁶. Sempre na chave da equiparação entre nazismo e comunismo, própria do período da Guerra Fria, o projeto pretende alterar, em primeiro lugar, a lei que define os crimes contra a segurança nacional (Lei nº7170), substituindo o que está colocado no artigo 22 por uma condenação às referências a datas, pessoas, organizações e eventos, que estejam ligados ao comunismo e ao nazismo, em ruas, rodovias, praças, instalações, pontes e edifícios, bem como pela definição de que os três Poderes devem se mobilizar para informar a população a respeito dos crimes do comunismo e do nazismo. Além disso, coloca que é proibido “comercializar”, “fabricar”, “distribuir” ou “veicular” símbolos ligados ao comunismo e ao nazismo, sob pena de reclusão de 9 a 15 anos (com agravantes). Em segundo lugar, pretende modificar o artigo 12 da lei que estabelece as diretrizes e bases da educação

¹⁶Além do projeto que citamos, há também outras propostas que visam criminalizar o comunismo, como, por exemplo, o Projeto de Lei 5358/2016, do próprio Eduardo Bolsonaro, e, mais recentemente, o Projeto de Lei 4159/2020, apresentado à Câmara, inicialmente, pela deputada Carla Zambelli, do Partido Social Liberal (PSL). Posteriormente, entraram como coautores os deputados Luiz Phillipe de Orleans e Bragança, Carlos Jordy, Major Fabiana, Bia Kicis, Filipe Barros e Caroline de Toni, todos membros do PSL.

nacional (Lei nº9394), incluindo o inciso XII, que versa, em resumo, sobre a conscientização dos estudantes acerca dos crimes dos “regimes totalitários” comunista e nazista.¹⁷

Nesse contexto, precisamos levar em conta o papel aglutinador que o anticomunismo cumpre. Como observamos, em toda sua história e desenvolvimento, principalmente nos períodos de crise e de maior efervescência política, como o que vivemos agora, a construção mitológica e anticomunista a respeito do comunismo atuou como um elemento da dinâmica social que constrói identidades e que, a partir disso, promove mobilização. Desse modo, para o estudo do contexto atual, é necessário levarmos em conta o fortalecimento do anticomunismo, atentando para suas conexões com o passado, para suas reformulações e para os novos elementos que o compõem, colocando-o enquanto um objeto de estudo que nos ajuda, em parte, a compreender as dinâmicas do tempo presente.

¹⁷Um aspecto que também devemos considerar na utilização do anticomunismo por esses atores se liga à ideia de “indústria do anticomunismo”. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, os atores sociais e políticos da época abarcada por sua pesquisa, em determinados momentos, sabendo que o anticomunismo tinha muito penetração na sociedade, utilizavam e manipulavam o discurso anticomunista para se promoverem e ganharem algumas vantagens. Isso, claro, é apenas uma faceta do anticomunismo. Não podemos concluir, segundo o autor, que o anticomunismo foi apenas mais uma tradição utilizada por determinados atores para enganar a população. Não podemos olhar o anticomunismo apenas sob a ótica da manipulação. Em muitos casos, o medo do comunismo era real. As pessoas sentiam - e sentem - temor do perigo vermelho, “[...] considerado real por setores expressivos, geralmente situados no topo da estrutura social”. (MOTTA, 2000, p.343).

CAPÍTULO 2: O COMUNISMO COMO AMEAÇA

Em um contexto de efervescência política em virtude da votação do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, ocorrida na Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, um indivíduo, em 19 de abril de 2016, criou um abaixo-assinado na plataforma *Change.org*, pedindo, já no título, a criminalização do comunismo no Brasil¹⁸ e pressionando o presidente do Senado à época, Renan Calheiros, e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Na construção de sua petição, o autor/a inseriu uma imagem com líderes de esquerda do continente (Fidel Castro, Raul Castro, o ex-presidente Lula, a então presidenta Dilma Rousseff, Hugo Chávez, Nicolás Maduro, Cristina Kirchner e Evo Morales), seguida de um texto que inicia relacionando o nome dos líderes latino-americanos às palavras “torturadores”, “terroristas” e “déspotas” e se perguntando “até quando” eles seriam reverenciados “por nossos líderes em livros de história?”. O indivíduo, indo além desses questionamentos, alude a uma suposta relação entre o governo brasileiro, o Foro de São Paulo, a “corrupção da América Latina” e os “golpes de estados” alegadamente promovidos pelos líderes esquerdistas. Aprofunda ainda mais sua crítica, afirmando, logo em seguida, que “o comunismo já matou, continua matando e suprime os direitos das pessoas mais que o Nazismo” e que, em função disso, “nós não podemos compactuar com este tipo de postura em nosso país”. Termina o texto da petição afirmando que o comunismo objetiva suprimir as “famílias e os valores”, preferindo “pregar o vício à virtude, a libertinagem à liberdade, e doutrina nossas crianças ao homossexualismo [sic] precoce”. A petição contou com 15 apoios.

A petição acima descrita é um exemplo significativo do que pretendemos demonstrar neste capítulo. Ela engloba, de uma só vez, algumas das temáticas mais recorrentemente mobilizadas pelo discurso anticomunista que examinamos: a associação entre o PT e seus representantes com regimes e líderes latino-americanos considerados comunistas; a ideia de doutrinação comunista no ensino, evidenciada, nesse caso, pela menção aos “livros de história” e a uma suposta doutrinação homossexual de crianças; o anticomunismo moral, que aparece nas ideias de supressão dos valores morais da família, de libertinagem, de vício e também na denúncia da homossexualidade, grafada, na petição, com o sufixo “-ismo”; e, por fim, a equiparação entre comunismo e nazismo e a menção a um caráter sanguinário que seria inerente à ideologia e prática comunistas. Estes elementos constituem a visão

¹⁸Disponível

<https://www.change.org/p/renan-calheiros-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-do-comunismo-no-brasil>. Acesso em: 30 jul. 2019.

em:
Acesso

conspiracionista do anticomunismo, que vê o comunismo e aquilo que é associado à ideologia comunista como ameaças à sociedade.

Neste capítulo, portanto, pretendemos abordar os elementos ligados à ideia *conspiracionista* segundo a qual o Brasil estaria sob ameaça¹⁹. Isso ecoa outras épocas da história do país, em que a ideia de ameaça vermelha era constantemente mobilizada para se reagir a projetos políticos muitas vezes bem distantes de qualquer inspiração marxista. Nesse sentido, basta lembrarmos dos contextos que culminaram no golpe de 1937 e no golpe civil-militar de 1964.

Além disso, é importante ressaltar que, como pontuamos a respeito da petição descrita acima, os elementos anticomunistas que analisaremos aparecem, muitas vezes, misturados no mesmo conteúdo de um abaixo-assinado ou de uma carta ao jornal. Por exemplo, como veremos, a mesma proposta legislativa pode conter aspectos relacionados à ideia de doutrinação comunista e à chamada ideologia de gênero, ao mesmo tempo em que professa o antipetismo. Portanto, decidimos separar cada aspecto apenas como um modo de apresentar mais claramente aqueles mais recorrentes e que julgamos mais relevantes na composição do anticomunismo atual.

Para a construção da análise das fontes, baseamo-nos em questões como: quais os elementos que compõem essa ideia de ameaça comunista? Quais as continuidades e discontinuidades com o anticomunismo de outras épocas? Optamos por desmembrar a temática da ameaça comunista em três grandes categorias que estão associadas a ela, a saber: o antipetismo; a infiltração comunista no ensino; e as pautas morais e o anticomunismo cristão. Vejamos, primeiramente, o antipetismo.

2.1 Antipetismo

Em artigo intitulado “Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil”, de 2019, Rodrigo Patto Sá Motta, procurando contribuir para os estudos do antipetismo, analisa os discursos de Olavo de Carvalho, Diogo Mainardi, Rodrigo Constantino e Reinaldo Azevedo, representantes consolidados da “nova direita”. O autor afirma que eles, em seus escritos, pregam uma recusa integral à esquerda, que, inclusive, gera certos paradoxos: “Tal

¹⁹Como já pontuamos anteriormente, a partir da análise das fontes podemos considerar que a *equiparação* entre ideologia nazista e ideologia comunista se conecta com a ideia *conspiracionista*, fazendo parte da construção mítica em torno do comunismo. Porém, ela será analisada em um capítulo à parte por ser um aspecto importante para o anticomunismo atual.

disposição antiesquerdista e antipetista visceral levou à negação até de iniciativas que poderiam ser positivas desde o ponto de vista dos críticos”. (MOTTA, 2019, p.87). Estes quatro autores mobilizam vários elementos que conjugam anticomunismo e antipetismo. Por exemplo, relacionam URSS, Cuba e Partido dos Trabalhadores (PT), por meio de expressões como “lulocomunismo” e “comunopetismo”. Associam o PT e o Foro de São Paulo às FARC e aos bolivarianos. Criticam o intervencionismo estatal como forma de legitimar um projeto mais liberal no estilo estadunidense (proamericanismo). Tecem críticas às políticas sociais do PT, às políticas de direitos humanos e às minorias. Além disso, acreditam que os petistas tentaram implantar uma ditadura comunista no Brasil, por meio, entre outras coisas, de uma hegemonia esquerdista que, supostamente, tomava conta dos meios de comunicação. E há, claro, a questão da indústria do anticomunismo - já mencionada neste trabalho - e do antipetismo, que cria uma ameaça desproporcional de forma oportunista. Vejamos abaixo como aparecem, nas fontes, alguns desses - e outros - elementos.

No dia 06/05/2017, um indivíduo criou uma petição (“Queremos a suspeição de gilmar mendes, Tófoli e Lewandowski”)²⁰ na plataforma *Change.org* para pressionar a então presidenta do STF, a ministra Carmem Lúcia, a suspender os mandatos de Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski. O argumento mobilizado era o de que os três ministros mencionados:

[...] estão usando do cargo que ocupam junto ao STF para, de forma incompatível com a honra, dignidade e responsabilidade inerentes ao próprio cargo, beneficiar interesses particulares de pessoas e políticos envolvidos no esquema de corrupção que dilapidou o nosso País. Atuam na judicatura contra os nobres interesses do povo brasileiro, causando verdadeiros escândalos e revolta social, violando preceitos éticos e morais, traindo a confiança de toda a Nação e tentando de todas as formas neutralizar a Lava Jato (CHANGE.ORG, 06 mai. 2017, recurso online).

O argumento continua com a acusação de que os membros do STF tinham relação com o PT e eram “ministros bolivarianos”. Os ministros, segundo o criador da petição, colocavam a Operação Lava Jato em perigo por terem relação direta com investigados e, por conta disso, eram uma ameaça à democracia (Ibidem). Termina afirmando que, diante dessas questões, o STF e a democracia brasileira não podiam ficar à mercê da “tríade comunista que se instalou na Segunda Turma, ou seja, Gilmar Mendes, Dias Tófoli e Lewandowski” (Ibidem, recurso online). A petição conseguiu angariar mais de 10.000 assinaturas. Nos

²⁰Disponível

em: <https://www.change.org/p/ministra-carmem-l%C3%BAcia-presidente-do-stf-queremos-a-suspei%C3%A7%C3%A3o-de-gilmar-mendes-t%C3%B3foli-e-lewandowski>. Acesso em: 30 jul. 2019.

comentários²¹, as pessoas, de maneira geral, apoiavam a petição e mobilizavam um argumento fortemente antipetista e anticorrupção.

A ideia de um “perigo vermelho” fica clara em uma petição, que obteve 67 assinaturas, criada em 25/05/2017 para pressionar o Congresso e o Senado, sob o título “Fica Temer e coloca o Brasil nos trilhos” (CHANGE.ORG, 25 mai. 2017, recurso online)²². A autora, após se apresentar e mencionar a Lava Jato, o chamado Mensalão, as manifestações antigoverno e outras temáticas da conjuntura política brasileira, afirma que o então presidente Michel Temer, por ocasião das investigações feitas contra ele, estaria sofrendo uma tentativa de golpe, ainda que ele tivesse “culpa” (Ibidem). Esse golpe tinha como objetivo, segundo a autora, além de retirar Temer do poder e travar as operações da Lava Jato, instalar o comunismo no Brasil. Era preciso, então, evitar que a história se repetisse e que virássemos uma Venezuela. Fala, ainda, sobre as mazelas vividas pelo Brasil e que “[...] a esquerda de Lula e Dilma que nos colocaram nessa situação não estão preocupados com isso” (Ibidem, recurso online). Por fim, afirma que era preciso enfrentar a “conspiração” para tirar Temer do poder:

Michel Temer entrou, em um ano começou a nos tirar do abismo, e quando começamos a reagir, vem essa CONSPIRAÇÃO, sejamos fortes, para enfrentar mais essa dificuldade. Em pouco mais de um ano teremos novo presidente eleito com voto direto, constitucionalmente. Ele poderia responder como todo cidadão brasileiro pelo que tiver de responder. Não cabe condena-lo [sic] os porque mexeu com interesses de outros. As INSTITUIÇÕES estão ruindo e acredite sem MICHEL TEMER vai piorar, em benefício da economia e de sairmos da recessão, vamos seguir em frente. NAO [sic] A CONSPIRAÇÃO (Ibidem, recurso online).

Nos comentários dessa petição²³, há a ideia de que, caso tal conspiração tivesse sucesso, o PT voltaria e implantaria o comunismo. Alguns exemplos: “Melhor opção contra a volta do PT e entrada do comunismo ditador venezuelano. O Golpe não pode dar certo!”; “Temer está sendo combatido porque está afetando interesses de gente poderosa, através das propostas de reformas. Quem quer tirá-lo quer colocar Lula em seu lugar. Não caia nessa armadilha do PT, seus comparsas, Foro de SP, que apenas desejam comunizar o Brasil!”; “Isso é o q [sic] os petralhas e os comunas querem: anarquia e eleições indiretas, para canalhas do Congresso escolherem alguém semelhante a eles”. Era preciso, em suma, defender a

²¹Disponível em: <https://www.change.org/p/ministra-carmem-l%C3%B4cia-presidente-do-stf-queremos-a-suspeito%C3%A7%C3%A3o-de-gilmar-mendes-t%C3%B3foli-e-lewandowski/c>. Acesso em: 30 jul. 2019.

²² Disponível em: <https://www.change.org/p/fica-temer-e-coloca-o-brasil-nos-trilhos>. Acesso em: 30 jul. 2019.

²³Disponível em: <https://www.change.org/p/fica-temer-e-coloca-o-brasil-nos-trilhos/c>. Acesso em: 30 jul. 2019.

permanência de Temer para evitar que o pior – a volta do PT e, com ele, o perigo do comunismo – acontecesse.

Outro indivíduo, no dia 11/05/2018, criou uma petição em apoio à candidatura de Luiz Philippe de Orleans e Bragança ao governo de São Paulo, pressionando o Diretório Nacional do PSL e seu então presidente, Gustavo Bebianno (CHANGE.ORG, 11 mai. 2018, recurso online)²⁴. Os motivos apresentados pelo autor da petição deixam claro seu teor conspiracionista contra o comunismo e o PT. Após fazer menção a “partidos corruptos” que concorrem à eleição para o governo de São Paulo, como o PSDB e o MDB, ele afirma que os outros concorrentes, PT e PSB, são “[...] partidos de extrema-esquerda e obedientes às diretrizes do Foro de São Paulo para a implantação de uma ditadura comunista na América Latina” (Ibidem, recurso online). Diante desse cenário de “hegemonia antidemocrática”, em que reinam partidos de esquerda ou centro-esquerda que pretendem levar o Brasil rumo ao comunismo, ele propõe o apoio ao candidato monarquista, que “[...] é contra o aborto e as drogas, luta contra a corrupção, defende o Estado mínimo, o empreendedorismo individual, descentralização do poder, liberdade individual, propriedade privada, livre iniciativa, princípio [sic] da subsidiariedade” (Ibidem, recurso online). Portanto, aliado ao teor conspiracionista, há a referência a temáticas morais (aborto e drogas), o ideal anticorrupção e um discurso liberal bem claro. Um candidato que reunisse todas essas bandeiras aparece como o candidato ideal. Nos comentários da petição²⁵, as pessoas apoiam a candidatura, e alguns mencionam o suposto caráter socialista e esquerdista dominante no Estado de São Paulo (“Ou varremos o socialismo do nosso Estado, ou continuaremos caminhando ladeira abaixo”; “Quero mudanças urgentes neste país tomado pelo viés de esquerda. Chega!”).

Algumas pessoas aumentaram o tom com relação a uma suposta ameaça comunista ligada ao PT no Brasil, chegando ao ponto de pedir uma intervenção militar. Um indivíduo, no dia 18/01/2018, publicou uma petição - que teve, no fim, 526 assinaturas - com o título “Intervenção Militar” para pressionar as Forças Armadas e o General Villas Boas (CHANGE.ORG, 18 jan. 2018, recurso online)²⁶. Ele argumentava que as instituições democráticas brasileiras não estavam funcionando e estavam “[...] declinando aos interesses

²⁴Disponível em: <https://www.change.org/p/ao-psl-diret%C3%B3rio-nacional-sugest%C3%A3o-da-candidatura-de-luiz-philippe-d-e-orl%C3%A9ans-e-bragan%C3%A7a-ao-governo-paulista>. Acesso em: 30 jul. 2019.

²⁵Disponível em: <https://www.change.org/p/ao-psl-diret%C3%B3rio-nacional-sugest%C3%A3o-da-candidatura-de-luiz-philippe-d-e-orl%C3%A9ans-e-bragan%C3%A7a-ao-governo-paulista/c>. Acesso em: 30 jul. 2019.

²⁶Disponível em: <https://www.change.org/p/for%C3%A7as-armada-brasileira-interven%C3%A7%C3%A3o-militar>. Acesso em: 30 jul. 2019.

Comunistas do Partido dos Trabalhadores e do Foro de São Paulo / Caderno de Teses” (Ibidem, recurso online). Prossegue afirmando que a “organização criminosa” do PT tinha como únicos objetivos a perpetuação no poder e a satisfação dos interesses do Foro de São Paulo. Os personagens que estiveram presentes em 1964 também são acusados de participarem desse complô que atenta contra a Lava Jato e a democracia brasileira, em uma clara referência aos indivíduos de esquerda que se engajaram ativamente naquele contexto. Estende sua crítica aos ministros do STF, que foram indicados pelos petistas e que, portanto, “[...] todos os crimes que o partido dos trabalhadores cometeram serão arquivados, perdoados ou procrastinados, como exemplo dos processos do mensalão conforme os noticiários” (Ibidem, recurso online). Por fim, afirma que a mensagem deve chegar ao então Comandante do Exército Brasileiro, General Villas Boas.

Nos comentários²⁷, apenas pessoas apoiando e se identificando com a petição. Discursos anticorrupção (“Ninguém aguenta mais tanta Falcatrua e de Corrupção sistêmica!”), pedidos de socorro (“Não aguentamos mais esta formadegoverno [sic]. Socorro.”) e contra o comunismo mais diretamente (“Unica [sic] saída do Pais [sic] SEM COMUNISMO!”; “GENERAIS, O COMUNISMO INTERNACIONAL ESTÁ A UM PASSO DE OFICIALIZAR O COMUNISMO NO BRASIL, COM A ELEIÇÃO DE QUALQUER UM DOS CANDIDATOS, NESSA ELEIÇÃO FRAUDULENTA E INCONSTITUCIONAL, JÁ QUE AS URNAS ESTÃO SOB JÚDICE. SALVEM O BRASIL DO COMUNISMO, ANTES QUE O SUSP SEJA UMA REALIDADE!”).

Esse discurso de ameaça comunista também aparece na plataforma *Ideias Legislativas* do site do Senado Federal. Em 02/08/2017, um indivíduo criou uma proposta com o título “Criminalização do Foro de São Paulo” (IDEIA LEGISLATIVA, 02 ago. 2017, recurso online)²⁸. Na petição, que não obteve apoio, o argumento é que o PT, aliado ao Foro de São Paulo, pretendia implantar um “regime castro-comunista” no Brasil, suprimindo a soberania do país. Por esse motivo, era preciso proibir a atuação do Foro de São Paulo, o “[...] aparato unificador do comunismo em toda a América Latina” (Ibidem, recurso online), que, além disso, segundo o autor da petição, tem ligações com o narcotráfico e com a “indústria do sequestros”.

²⁷Disponível em: <https://www.change.org/p/for%C3%A7as-armada-brasileira-interven%C3%A7%C3%A3o-militar/c>. Acesso em: 30 jul. 2019.

²⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=86488>. Acesso em: 30 jul. 2019.

Outra proposta legislativa, em 08/07/2017, também alude a esse perigo do comunismo (IDEIA LEGISLATIVA, 08 jul. 2017, recurso online)²⁹. Pedindo a criminalização de “ideologias que levam ao comunismo”, o autor da proposta afirma: “O comunismo, como vemos aí [sic] ao redor do mundo e em várias épocas, não teve e não tem bons resultados. Aqui no Brasil ideologias que levam a prática do comunismo está cada vez ficando mais natural, porém não tendo boas consequências... universidades, escolas públicas... estão sendo devastada [sic] o tal” (Ibidem, recurso online). O comunismo, que estava se tornando “natural” no Brasil, isto é, estava se infiltrando na sociedade, é relacionado à pobreza (“igualdade superficial”), à Venezuela e à Coreia do Norte. Por fim afirma que os comunistas “manipulam” as pessoas para que elas acreditem que “tudo será lindo” (Ibidem). Esta proposta obteve 4 apoios.

Nas cartas dos leitores aos jornais, a ideia mais presente é a de ameaça mais diretamente ligada ao termo “bolivarianismo” – e a associação deste ao PT. No dia 23 de maio de 2014, a então presidenta Dilma Rousseff instituiu o decreto nº 8243, que tinha, nos termos do próprio documento, o objetivo de instituir a “Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2014, recurso online). A publicação do decreto (que foi posteriormente revogado) gerou repercussão na parte dedicada aos comentários dos leitores. Na *Folha de São Paulo*, muitos viam um perigo bolivariano e, por extensão, socialista no decreto, enquanto outros viam apenas o perigo de uma ditadura de esquerda. Por exemplo, um leitor afirma que o decreto é “um tapa na cara do Congresso” e que ele é um “empurrão para seguirmos na direção do bolivarianismo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 15 jun. 2014, p.A3). Outro leitor afirma que o decreto “bolivariano” é uma afronta à democracia, e conclui dizendo que “o pensamento marxista começa a mostrar sua verdadeira face” (FOLHA DE SÃO PAULO, 16 jun. 2014, p.A3). Outro, referindo-se a um artigo de Luiz Felipe Pondé sobre o tema, em que o filósofo afirma que o governo nos levará para uma “ditadura proletária”, fala em “ameaça de nossa democracia, iniciada há 20 anos e tomada de maior intensidade nos últimos oito anos pelos falsos democratas...” (FOLHA DE SÃO PAULO, 17 jun. 2014, p.A3).

No jornal *O Globo* ocorreu o mesmo. Um indivíduo, no dia 12/06/2014, afirmou: “Felizmente, os presidentes da Câmara e do Senado perceberam a manobra e resolveram enfrentar o PT, solicitando ao governo que suspendesse o decreto que cria conselhos populares, cujo objetivo é a democracia bolivariana, para eternizar o PT no poder”. Segundo

²⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoideia?id=80427>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ele, apenas os políticos poderiam frear “manobras totalitárias” feitas por determinado governo, e era isso o que eles estavam fazendo ao solicitar a suspensão do decreto (O GLOBO, 12 jun. 2014, p.19). Outro, em 07/07/2014, afirma que o Congresso deveria chamar para si a responsabilidade de barrar o “decreto bolivariano”, que tem um “viés ditatorial” porque é um decreto e não um projeto de lei (O GLOBO, 07 jul. 2014, p.13).

Mas as acusações de bolivarianismo ou de uma suposta ameaça à democracia brasileira vão além desse episódio. Por exemplo, por ocasião das manifestações de 01/11/2014, a *Folha* publicou uma carta de um leitor que defendia as manifestações, argumentando que elas tiveram o objetivo de espantar os fantasmas da corrupção, do estelionato eleitoral, do comunismo e do modelo de Estado bolivariano (FOLHA DE SÃO PAULO, 01 jan. 2014, p.A3). Outro leitor afirmou que o Brasil só não vira uma “República bolivariana” porque tem algumas instituições fortes, como a imprensa, o Ministério Público e o STF. Em seguida, critica uma decisão de Fachin, que, segundo o leitor, significava menos uma barreira para a instalação do bolivarianismo (FOLHA DE SÃO PAULO, 10 dez. 2015, p.A3). Por fim, para ficar em apenas mais um exemplo, outro indivíduo, quando da notícia de que o STF deu a palavra final ao Senado sobre o afastamento de Dilma, favorecendo a então presidenta, asseverou: “Acabamos de inaugurar a República Federativa Brasileira Socialista Bolivariana!”. Para ele, isso seria uma intervenção do STF nos poderes da república, favorecendo um governo “incompetente, vil e irresponsável” (FOLHA DE SÃO PAULO, 20 dez. 2015, p.A3).

No *O Globo*, os exemplos também vão além da discussão a respeito do decreto 8243. Em 11 de março de 2015, o jornal publicou uma carta que, discorrendo a respeito do impeachment de Dilma, afirmava que o governo Collor era, “em termos de corrupção e roubalheira”, semelhante ao governo de Dilma. Mas, segundo ele, “Collor foi um aprendiz perto de tudo que foi roubado do erário nos últimos, pelo menos, 10 anos, sem contar as tentativas de cubanização e bolivarianismo da nação brasileira” (O GLOBO, 11 mar. 2015, p.13). Outra carta, publicada em 17 de março de 2015, elogiava as manifestações pelo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff e dizia que tais manifestações eram uma “advertência ao lulopetismo e aos que ainda professam o credo vermelho: o povo brasileiro rejeita sua cubanização e seu alinhamento com o grupo de nações bolivarianas. Queremos sim, um Brasil justo, democrático, com menos corrupção e solidário” (O GLOBO, 17 mar. 2015, p.17). Para ficar apenas em mais um exemplo, em 20/02/2016, uma carta, referindo-se ao episódio em que o ministro Teori Zavascki revogou a prisão de Delcídio do Amaral, afirmava que isso era a prova de que “O aparelhamento petista/bolivariano de nossas

instituições acabará colocando por terra a tentativa de faxina que está sendo feita pelo juiz Sérgio Moro” (O GLOBO, 20 fev. 2016, p.13).

Para além do elemento de novidade representado pela referência ao PT e outros partidos, há, como se viu, a alusão ao Foro de São Paulo, ao bolivarianismo e até mesmo às instituições que supostamente estavam infiltradas de comunistas. Fica clara a homogeneização que o anticomunismo opera: o PT e outros partidos, o STF e seus ministros, todos são comunistas a serviço de um projeto de poder. Como afirma Motta (2019), estes elementos convergem para uma caracterização da esquerda como algo ruim e negativo, de forma a homogeneizar um espectro político muito diverso. Além disso, a referência a Cuba, mesmo que diminuta em relação a outros momentos históricos, também aparece aqui, com pessoas comentando, nos moldes da Guerra Fria, o perigo de "cubanização" do Brasil. O que ocorre, em suma, como afirma Motta é que “[...]a onda ou o giro direitista que temos visto no Brasil desde 2014 alimentou – e foi alimentado por – um movimento de reapropriação da tradição anticomunista, que se mesclou ao emergente antipetismo”. (Ibidem, p.96).

Ademais, tais elementos, que estão ligados também a certa repulsa pela ascensão social de grupos sociais antes marginalizados, fazem parte da vertente do liberalismo-conservador (Ibidem). Como afirma Demétrio Pires Weber Candiota da Rosa (2018), em sua Dissertação de Mestrado, em que ele analisa a caixa de comentários em matérias específicas no site do *GI*, os discursos anticomunistas ligados ao antipetismo analisados:

[...] se contrapõe a iniciativas emancipadoras capazes de afetar a correlação de forças na sociedade, isto é, de alterar, ainda que minimamente, a distribuição de riquezas e de poder que está na base das desigualdades sociais brasileiras. No discurso do ódio, o anticomunismo funciona como desqualificador primário e genérico, capaz de se sobrepôr a outras categorias de discriminação que também dão origem a discursos de ódio. As expressões de anticomunismo em comentários na internet atendem ao objetivo de rebaixar o outro, com a clara intenção de desqualificá-lo, silenciá-lo e eliminá-lo, pelo menos simbolicamente (ROSA, 2018, p.15).

Outro elemento, que perpassa o anticomunismo pela história e que é, portanto, um elemento de continuidade, é o fato de que os discursos muitas vezes fazem menção à defesa da democracia. No contexto que culminou no golpe civil-militar, por exemplo, essa retórica da defesa da democracia aparece com regularidade. Embora existissem atores que de fato defendiam a democracia, essa ideia tinha um sentido muito amplo e genérico (MOTTA, 2000). Como afirma Motta:

Havia, certamente, muitos atores sinceramente democratas atuando naquele “drama”. Mas boa parte dos discursos em defesa da democracia não passava de exercício retórico [...]. A democracia que tão sofregamente se pretendia proteger não tinha conteúdo, seu sentido era vago. Não se tratava de afirmar a participação popular em contraposição ao autoritarismo, mas de opor a ordem à “ameaça revolucionária”. No fundo, democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos (Ibidem, p.63).

Ligada a essa retórica de defesa da democracia está a questão da formulação de identidades. Ela é um elemento constante na dinâmica da prática e dos discursos anticomunistas e foi recorrentemente destacada e trabalhada pela historiografia do anticomunismo. Dois trabalhos interessantes que apontam para essa problemática e que nos fornecem elementos para entender essa questão em diferentes situações são a Dissertação de Mestrado de Rodrigo Santos de Oliveira, intitulada “*Perante o Tribunal da História*”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), de 2004, e a Dissertação de Mestrado de Ianko Bett, intitulada *A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966*, de 2010.

Em seu estudo, Oliveira procura abordar o anticomunismo nos discursos da Ação Integralista Brasileira (AIB), no período de legalidade desse movimento, entre 1932 e 1937, utilizando fontes como jornais, revistas e livros produzidos pela organização. O autor destaca a importância da AIB para a disseminação do anticomunismo no Brasil dos anos 1930, uma retórica que estava baseada, em grande medida, na ideia segundo a qual o comunismo representava o materialismo, ao passo que o movimento integralista se vinculava ao espiritualismo. Para a AIB, o comunismo seria, segundo Oliveira, o inimigo doutrinário, enquanto o liberalismo seria o inimigo teórico. Nesse combate ao inimigo vermelho, que se dava principalmente pela imprensa, se constituiu uma identidade do movimento, a partir da construção do inimigo, do Outro, da contraposição entre “nós” e “eles”. O autor pontua:

Como vimos, os integralistas possuem essa preocupação, pois a definição do “outro” permite definir seus “defeitos” frente às “nossas” virtudes. Assim, a busca dos integralistas em vincular sua imagem em um “nós” coletivo para que todos os brasileiros se identifiquem e, que abarcasse a nação como um todo, servia como uma forma de legitimação. Ao mesmo tempo, nos inimigos são identificados todos os defeitos, são apresentados como algo que causa desagregação e desarmonia, algo que deve ser afastado para a sobrevivência do “coletivo” (OLIVEIRA, R., 2004, p.70).

Outra característica do anticomunismo da AIB, ligada ao elemento anterior, era que ele funcionava como unificador ideológico, formando, como afirma o autor, a base doutrinária do movimento. Isso se dava, em grande medida, porque o anticomunismo era mais “atrativo” para um indivíduo que estivesse pensando em militar na organização. Para o militante de base, o comunismo era o principal inimigo. O autor afirma, então, que o anticomunismo, em certo sentido, tinha um conteúdo manipulatório:

Disso decorre uma segunda interpretação, que a utilização do apelo anticomunista era feito mais por cálculo político do que por uma ameaça real da ação comunista. Não estamos afirmando que esses intelectuais não temessem o comunismo, mas que o discurso anticomunista era utilizado conscientemente para doutrinar e atrair mais militantes para as fileiras integralistas (Ibidem, p.190).

Isso, inclusive, dialoga com o que Rodrigo Patto Sá Motta (2000) observou em sua pesquisa sobre a questão da indústria do anticomunismo. Havia aqueles atores sociais e políticos que se utilizavam da força do anticomunismo para se promover, ganhar privilégios ou poder, mas isso não exclui o fato de que outros indivíduos realmente sentiam medo do perigo comunista que supostamente rondava o Brasil. A partir desse medo, constituem identidades para fazer frente ao perigo comunista.

Trabalhando a temática do anticomunismo católico, Bett, por sua vez, busca, em uma perspectiva comparativa, compreender o discurso anticomunista da grande imprensa de Porto Alegre e de Buenos Aires, na conjuntura dos golpes militares que aconteceram em ambos os países. Mobilizando, portanto, elementos relacionados à Igreja e à Imprensa, e utilizando conceitos como “imaginário social” e “representações”, o autor entende que os católicos, mediante a imprensa, procuraram influir nos rumos políticos da época, lançando mão do discurso anticomunista para estabelecer uma posição concreta, um “nós x eles”, “amigos x inimigos”.

Nas fontes que apresentamos, essa retórica da defesa da democracia tem como questão-chave justamente a ideia “nós” versus “eles”: os comunistas (eles) são antidemocráticos e ditatoriais; os anticomunistas (nós) são democratas e denunciam a ideologia e prática comunistas para lutar contra o autoritarismo (ou, em alguns casos, o totalitarismo). Tal discurso, funcionando como “unificador ideológico”, contribui para a criação de uma identidade entre os anticomunistas, e essa identidade, essa ideia em comum, leva à mobilização: é preciso apoiar (e, talvez, divulgar) esta ou aquela petição que denuncia o comunismo para que este seja criminalizado e, com isso, a democracia seja conservada.

2.2 Doutrinação no ensino

Podemos dizer que a ideia de doutrinação comunista no ensino (o perigo da “subversão” na educação) faz parte da história da constituição do anticomunismo brasileiro. Nos tempos atuais, esse discurso de doutrinação ideológica comunista é parte de um contexto em que posições conservadoras ganharam cada vez mais relevância no debate público - e também no Congresso (MIGUEL, 2016). Um exemplo significativo desse discurso é o “Movimento Escola Sem Partido”, idealizado pelo advogado Miguel Nagib em 2004. A ideia central é que há uma “contaminação” ideológica no ensino básico e no ensino superior. Segundo Luis Felipe Miguel (2016), o MESP:

É o idealizador de projetos de lei que tramitam em todo o Brasil, nas Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, e também no Congresso Nacional. Com o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidente Dilma Rousseff, a proposta do MESP passou a contar com a simpatia do novo ministro da Educação, o administrador e político pernambucano Mendonça Filho (Ibidem, p.595).

Uma das questões colocadas pelo movimento é que apenas a família deve educar os jovens. Segundo Fernando Penna (2018), para o MESP, a escola e os professores “devem se restringir a instruir os alunos com o único objetivo de qualificá-los para o trabalho” de modo que o projeto aparece como “uma iniciativa que busca destruir o caráter educacional da escola e da sala de aula como espaço de debate e aprendizado para a vida” (PENNA, 2018, p.111).

Penna (2018) ainda pontua outro elemento importante: em tempos de crise de legitimidade e representatividade, o nome do movimento foi bem escolhido “para explorar o enorme desprezo que a maioria dos brasileiros sente em relação aos políticos profissionais” (Ibidem, p.110). Aproveitando-se do sentimento generalizado de aversão à política, o MESP atua para “mobilizar o desprezo comum pela política partidária” (Ibidem, p.110).

O movimento, inicialmente, procurava combater o que designava como “doutrinação marxista” no ensino e, posteriormente, procurou atacar uma suposta infiltração da “ideologia de gênero” nas escolas e universidades - há aqui a passagem de uma abordagem mais “política” para uma abordagem “moral” (MIGUEL, 2016). A ideia é combater as discussões em torno principalmente das temáticas de gênero e sexualidade, apelando para o pânico moral - e explorando recorrentemente a figura da criança como forma de sensibilizar o maior número de pessoas possível - segundo o qual alguns professores têm como objetivo subverter

os padrões de gênero, implantar a homossexualidade entre os alunos e, entre outras coisas, ensinar pedofilia (PENNA, 2018).

O MESP mobiliza discursos que encontramos nas fontes investigadas. Um primeiro exemplo é uma petição criada no dia 10/11/2018, no site *Change.org*. A petição, que obteve 4.665 assinaturas, é uma “carta de apoio” a nomeação de Guilherme Schelb, Procurador Regional da República, como ministro de educação no governo (CHANGE.ORG, 10 nov. 2018, recurso online)³⁰. Reproduzindo um discurso próprio do “mito do Salvador”, o criador da petição pede que Jair Bolsonaro indique Schelb para o ministério porque “[...] muitas escolas do nosso País, influenciadas pela ideologia marxista, têm dominado a mente das nossas crianças! Elas têm sofrido uma violência social, emocional e mental, que tem gerado uma confusão na formação da sua identidade!” (Ibidem, recurso online). Schelb, por ser um indivíduo que “[...] tem travado uma árdua batalha contra esta educação, leviana e promíscua, que tenta de todas as formas doutrinar as nossas crianças” (Ibidem, recurso online), é o melhor nome para ocupar um cargo tão importante. A autora da petição apela para a ideia de que esse pedido não é apenas o “pedido de uma mãe, mas de todos os pais brasileiros” (Ibidem, recurso online) que almejam ver seus filhos criados por uma educação que promova, antes de tudo, o caráter – que, na visão dela, não era o objetivo da “doutrinação” que supostamente se pratica no ensino. Posteriormente, em uma primeira atualização do conteúdo da petição, a autora afirma que o governo Bolsonaro estava cogitando o nome do “linha-dura” Schelb, fato que, se consumado, seria o “[...] fim da festa daqueles que transformaram as escolas em aparelhamentos ideológicos de esquerda. Transformaram as escolas em verdadeiras máquinas de emburrecer nossa juventude” (Ibidem, recurso online). Seria o fim, portanto, do “[...] aparelhamento político comunista que está implantado no Brasil pela bandagem petista” (Ibidem, recurso online). Em uma segunda atualização, ela reafirma que Schelb, um “defensor do projeto Escola sem Partido e crítico da chamada ideologia de gênero” (Ibidem, recurso online), continuava cotado pelo núcleo do governo Bolsonaro. Infelizmente para ela, o nomeado foi Ricardo Vélez, notícia que ela apresenta em uma terceira atualização da petição.

Nos diversos comentários da petição³¹, há apenas apoios à nomeação. Muitos discursos envolvendo a temática da defesa da família e das tradições, contra a doutrinação

³⁰Disponível em: <https://www.change.org/p/presidente-da-rep%C3%BAblica-ministro-da-educa%C3%A7%C3%A3o-2019>. Acesso em: 30 jul. 2019.

³¹Disponível em: <https://www.change.org/p/presidente-da-rep%C3%BAblica-ministro-da-educa%C3%A7%C3%A3o-2019/c>. Acesso em: 30 jul. 2019.

ideológica, contra o “ensino sexual” nas escolas, em defesa da pátria. Alguns comentários ilustram bem o que está colocado aqui. Uma pessoa afirma estar apoiando a petição porque “acredito na minha geração e creio em Deus, tenho filhos... não quero pra [sic] eles assim como tá não quero para nenhuma criança esta ideologia que estão querendo empurrar trazendo confusão e destruição aos pequenos e indefesos...Deus abençoe nosso presidente”. Outro indivíduo afirma que Schelb “[...] sempre defendeu a família em suas palestras e nós [sic] alertava sobre os nossos direitos de defender nossos filhos da escola doutrinária, comunista”. Outro argumenta: “Precisamos de decência na educação brasileira! Chega de apologia ao Marxismo e doutrinação ideológica! Não podemos ter conformidade com isso”. Em suma, os comentários são escritos no sentido de apoiar e reafirmar o conteúdo da petição: é preciso acabar com a aparelhagem comunista da educação, iniciada, como diz a autora, pela “banditagem petista”. Schelb, como típico Salvador, aparece como aquele que reorganizará a educação brasileira, retirando-a do caos e da incerteza a que está submetida.

Na mesma plataforma *Change.org*, em 30/05/2016, um indivíduo criou uma petição com o título “Pelo fim da formação de militantes nas escolas e universidades” (CHANGE.ORG, 30 mai. 2016, recurso online)³². O autor da petição, primeiramente, afirma que “Infelizmente, o que estamos vendo atualmente nas universidades e em escolas publicas [sic] são professores formando militantes, muitas vezes em que os próprios alunos nem percebem” (Ibidem, recurso online). Posteriormente, falando de sua experiência pessoal, diz: “Fui estudante de escola publica [sic] e posso afirmar que o conteúdo disponibilizado pelo MEC e as aulas que tive de Artes e Sociologia eram se não [sic] ideológicas, no mínimo, tendenciosas” (Ibidem, recurso online). Afirma, ainda, que sua turma teve que ler o Manifesto Comunista sem que o professor ensinasse outros sistemas políticos, ideológicos e econômicos. Diante disso, mencionando o projeto Escola Sem Partido, afirma querer a imparcialidade do professor. E conclui: “Hoje converso com meus ex colegas [sic] de classe e vejo que a maioria que tem conhecimento raso sobre politica [sic] e economia, defendem o comunismo, com expectativas deturpadas sobre essa ditadura que fere a democracia e as liberdades” (Ibidem, recurso online). A petição contou com apenas sete assinaturas e não recebeu comentários.

Outros exemplos, dessa vez das plataformas ligadas ao site do Senado Federal, ilustram essa ideia de uma suposta penetração da ideologia comunista no ensino brasileiro. A

³²Disponível

em: <https://www.change.org/p/deputados-federais-para-o-fim-da-forma%C3%A7%C3%A3o-de-militantes-nas-universidades>. Acesso em: 30 jul. 2019.

segunda petição que recebeu mais apoio entre todas que analisamos versa sobre essa temática. Publicada em 15/09/2017, sob o título “Revogação da lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (lei 12612)” (IDEIA LEGISLATIVA, 15 set. 2017, recurso online)³³, a proposta apontava que a aplicação de Paulo Freire, “filósofo de esquerda”, nas escolas brasileiras não funcionou, pois “os resultados são catastróficos [sic] e tal método já [sic] demonstrou em todas as avaliações internacionais que é um fracasso retumbante”. O caráter conspiratório do abaixo assinado fica claro quando a autora afirma que o método de Paulo Freire, baseado “na luta de classes, o socio construtivismo [sic]”, significa a “materialização do marxismo cultural”. Por fim, argumentava que essa estratégia educacional culminou no “declínio” da educação brasileira, levando-a “para o buraco” (Ibidem, recurso online).

A petição contou com 21109 apoios, atingindo a marca necessária de 20000 assinaturas em apenas 15 dias, e por isso foi transformada na Sugestão nº47 de 2017, a ser analisada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH)³⁴. Na consulta pública, espaço destinado à votação popular a respeito das petições, o “sim” angariou 24.435 votos e o “não”, 20.573. Apesar disso, a CDH optou por não transformá-la em projeto de lei. No parecer final, de 17 de dezembro de 2017, a Comissão argumentou que era notório “que a sugestão é derivada do processo de fascistização de setores da sociedade brasileira, marcado pela intolerância, pela falta de alteridade e por variadas formas de preconceito, discriminação e opressão”, além de significar uma “ausência de conhecimento” sobre o legado de Paulo Freire.

Outro indivíduo, em 23/11/2016, criou uma proposta legislativa com o título “Acabar com a doutrinação do Coletivo Marxista e Homem Unidimensional da Escola de Frankfurt” (IDEIA LEGISLATIVA, 23 nov. 2016, recurso online)³⁵. O título, por si só, é bem sugestivo. No conteúdo da proposta, o autor pede que Lula seja preso, afirma que o ex-presidente tinha um plano de poder “mesquinho de Estado Despótico” e fala de declínio da educação pública brasileira durante o “desgoverno” do PT (Ibidem). Diante disso, era preciso “Revogar a lei 12.612 que declara Paulo Freire como Patrono da Educação Brasileira qual era a seqüência do Plano de Poder Despótico visando a implementação do “Coletivo Marxista” através do conceito de Teoria Crítica formulado pela Escola de Frankfurt que aqui no Brasil virou a “Pedagogia do Oprimido”[...]” (Ibidem, recurso online). Posteriormente, afirma que Paulo Freire defendia Che Guevara, “deuzinho de carnificina intitulado Socialismo/Comunismo...”

³³Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=90310>. Acesso em 30 jul. 2019.

³⁴Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131196>. Acesso em 30 jul. 2019.

³⁵Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=63950>. Acesso em: 30 jul. 2019.

(Ibidem, recurso online). Defende, ainda, a aplicação de um mecanismo de controle social da atuação do professor em sala de aula (Ibidem). A petição obteve 11 assinaturas.

Em 24/06/2015, uma pessoa criou uma petição, que obteve 9 apoios, com o título “Proibição de doutrinação comunista em escolas públicas” (IDEIA LEGISLATIVA, 24 jun. 2015, recurso online)³⁶. O título, assim como na petição apresentada acima, também é muito sugestivo. Em sua argumentação, o autor da petição assevera: “O comunismo é contrário aos valores prezados pelos cidadãos brasileiros, no entanto, educadores vêm se utilizando do ensino público para doutrinar crianças e adolescentes, sem preocupação em destruir as convicções que estes possuem oriundas de suas famílias e contextos culturais” (Ibidem, recurso online). Depois, afirma que o comunismo deve ser estudado enquanto acontecimento histórico, mas que não se deve aplicar sua metodologia ao ensino (Ibidem). Isso porque o objetivo da educação comunista estaria na instrumentalização do aluno, utilizado como “[...] massa militante em causas políticas estrangeiras a cultura, tradição e costumes brasileiros [...]” (Ibidem, recurso online). Fala, ainda, em “manobras de persuasão” e de “propaganda sentimentalista” como forma de implantar um ideal contrário ao brasileiro (Ibidem). Conclui indicando uma proposta de intervenção: “Deve-se ainda analisar todo o sistema educacional para se identificar onde ainda há contaminação ideológica nos métodos pedagógicos utilizados” (Ibidem, recurso online).

Há, ainda, algumas outras, mais diretas e com conteúdo mais curto. Em 23/07/2017, um indivíduo propôs o “Fim da doutrinação ideológica nas escolas” (IDEIA LEGISLATIVA, 23 jul. 2017, recurso online)³⁷. Ele afirmou: “se for aprovada, não só doutrinas religiosas, como também doutrinas esquerdistas como o socialismo, o comunismo e a ideologia de gênero, passarão a ser proibidas de serem ensinadas em escolas, com o objetivo de doutrina-los [sic] e fazer que as sigam” (Ibidem, recurso online). Outro pediu, em 28/07/2017, a criminalização da “ideologia partidária” nas escolas (IDEIA LEGISLATIVA, 28 jul. 2017, recurso online)³⁸. Era preciso proibir “a ideologia partidária nas escolas e faculdades de todo o país, multando e punindo seriamente professores que fazem campanha a partidos políticos e que fazem doutrinação em sala de aula sobre assuntos como comunismo e socialismo” (Ibidem, recurso online).

O discurso de doutrinação, ainda que de maneira menos recorrente, também aparece na seção dedicada ao leitor nos jornais. Por exemplo: em 05/09/2016, um leitor elogia um

³⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoideia?id=42625>. Acesso em: 30 jul. 2019.

³⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoideia?id=83747>. Acesso em: 30 jul. 2019.

³⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoideia?id=85991>. Acesso em: 30 jul. 2019.

texto de Gustavo Ioschpe em que ele afirma haver doutrinação política e ideológica de viés “filosocialista” nas escolas. O leitor argumenta que, na sua época, não existia essa tentativa de doutrinação política e ideológica por parte dos professores (FOLHA DE SÃO PAULO, 05 set. 2016, p.A3). Outro leitor, sobre o debate em torno da temática da educação, afirma que é “assustador” como professores atuam em sala de aula para “servir de propagadores de ideologias” e argumenta que há mais doutrinação que educação no ensino público (FOLHA DE SÃO PAULO, 19 jul. 2015, p.A3). Outro defende a iniciativa de Miguel Nagib, o Movimento Escola sem Partido (FOLHA DE SÃO PAULO, 19 jul. 2015, p.A3). No *O Globo*, por exemplo, uma pessoa, a respeito da notícia de que o Colégio Pedro II havia abolido a distinção dos uniformes por gênero, afirma que a “filosofia gramsciana, muito utilizada por alguns partidos, está sendo aplicada passo a passo” (O GLOBO, 21 set. 2016, p.21). Reproduzindo o discurso da teoria da conspiração do marxismo cultural, ela pontua que, para o gramscismo, “a tomada de poder não se faz pelas armas, mas pela mudança de costumes, tradições e história de um povo” (Ibidem), e conclui: “Para finalizar, não sou homofóbico, e tenho parentes que optaram por essa sexualidade” (Ibidem).

Os exemplos que apresentamos acima apontam para a mescla que apontamos no início deste subcapítulo, entre uma abordagem “política”, representada pela ideia de “doutrinação marxista”, e uma perspectiva “moral”, ligada à “ideologia de gênero”. O discurso mais ligado à moral, porém, não está vinculado apenas ao campo da educação. Iremos discuti-lo mais a fundo no subcapítulo seguinte.

2.3 Pautas morais e anticomunismo religioso

As pautas morais e o anticomunismo religioso também aparecem de forma patente nas petições analisadas. A concepção de ideologia de gênero, que, como vimos, está muito ligada à ideia de doutrinação comunista no ensino apresentada acima, é destacada pelos anticomunistas como uma prova da corrupção moral dos comunistas e, por extensão, da esquerda. Podemos perceber essa ideia em uma proposta legislativa publicada 06/10/2017, sob o título “Criminalização total e irrestrita da Ideologia de Gênero no Brasil”, que obteve 928 apoios (IDEIA LEGISLATIVA, 06 out. 2017, recurso online)³⁹. Nela, o autor da petição afirma querer a criminalização “[...] total e irrestritamente toda e qualquer forma de tentativa de ensino, divulgação, implementação, defesa, manifestação e/ou quaisquer outras ações que

³⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoideia?id=92505>. Acesso em: 30 jul. 2019.

estejam relacionadas, favoravelmente, à Ideologia de Gênero em todo o território brasileiro” (Ibidem, recurso online). Ele argumenta que a ideologia de gênero seria um “conjunto de ideias (nefastas)” que objetiva destruir “a fundamentação científica [sic] da sexualidade humana”, o que faria ruir a estrutura social baseada na família (Ibidem). Essa destruição seria acompanhada da implantação do “conceito ideológico marxista de ser humano”, que estaria baseado na ideia de construção social da sexualidade humana (Ibidem).

É justamente esta ideia mais geral da petição acima, com o elemento novo da “ideologia de gênero”, que compõe o “anticomunismo moral”. Como demonstra Motta, os anticomunistas, lançando mão muitas vezes de um discurso religioso, acusavam os supostos comunistas de estarem suprimindo a moralidade brasileira. No interior desse discurso, a questão sexual e a questão da estrutura familiar é marcante. Era preciso, segundo os atores anticomunistas, defender a “família tradicional” e a natureza humana, que estava sendo atacada pela ideologia comunista que se espalhava pelo país. Temas como divórcio, libertação da mulher, aborto e educação sexual, que foram colocados em pauta pelos comunistas da União Soviética, eram a prova de que os marxistas procuravam desvirtuar moralmente os brasileiros (MOTTA, 2000).

O anticomunismo moral foi discutido em outros trabalhos. Daniel Trevisan Samways, em Tese de Doutorado intitulada *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do serviço nacional de informações (1970-1973)*, de 2014, procura analisar o anticomunismo do Serviço Nacional de Informações (SNI) por meio, principalmente, de uma publicação (“Comunismo Internacional”) deste aparato institucional. Lançando mão do conceito de imaginário, do método da Análise do Discurso e do conceito de mito de Raoul Girardet, Samways objetiva compreender como o anticomunismo influenciava na percepção do “outro”, na construção de um inimigo e, conseqüentemente, na constituição de uma identidade, o que, segundo ele, “[...] pode nos ajudar a entender melhor a engrenagem autoritária movida no Brasil a partir de 1964”. (SAMWAYS, 2014, p.14). O ponto levantado pelo autor sobre o anticomunismo que denuncia a corrupção moral é particularmente interessante. Ele afirma:

Sustentamos a tese de que o anticomunismo foi um dos mais fortes elementos – não o único – para fomentar a ideia de inimigo na Guerra Fria após 1964, transformando-se e adaptando-se ao contexto das décadas de sessenta e setenta. Se nesse período ele já não mais levantaria a bandeira religiosa com tanto fervor, associando comunistas ao demônio como fizera nas décadas anteriores, ele ainda pregaria um discurso moralizador e de apego às tradições, como a família, propriedade e os costumes. Os tempos eram outros, de mudanças culturais a inovações tecnológicas. O “inimigo”

adquiriu outras características e novas roupagens e, segundo o discurso anticomunista do período, usava cabelo comprido e drogas, pregava o amor livre, a paz e o desarmamento. Táticas pacifistas que, segundo agentes de informações, esconderiam o verdadeiro objetivo dos comunistas: destruir o ocidente e seus valores (Ibidem, p.19-20).

Sobre essa mudança e incorporação de novos elementos, o artigo de Antônio Mauricio Freitas Brito, intitulado “‘Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida’: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura”, de 2019, é relevante. O autor procura investigar as representações anticomunistas heteronormativas sobre a sexualidade e a juventude durante a ditadura militar, a partir da análise das representações feitas sobre uma operação policial que se deu na Universidade de Brasília (UnB), em 1973. Brito aponta que tais representações anticomunistas “[...] reagem às experiências contestatórias ocorridas em escala mundial nos ‘longos anos 1960’ com a revolução dos costumes” (BRITO, 2019, p.4), fato que, por exemplo, mobilizou a criação da disciplina Educação Moral e Cívica em 1968. A ideia era de crise moral, de que existiria uma conspiração transnacional com o objetivo de corromper moralmente os jovens brasileiro. Na mesma linha de Motta (2000), o autor afirma que este “anticomunismo moral” ligava-se ao anticomunismo católico e a interpretações negativas da Revolução Russa. Era, ainda, uma reação aos movimentos de contestação das décadas de 1960 e 1970 e às mudanças ocorridas nessa época, como a chegada da televisão, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a difusão da pílula anticoncepcional, a revolução comportamental, o crescimento dos movimentos feminista e dos homossexuais, o movimento hippie⁴⁰. Todas essas questões, para os anticomunistas, faziam parte de um complô global comunista para destruir as bases da civilização ocidental cristã. O comunismo, portanto, era, ao mesmo tempo, corrupto e corruptor (BRITO, 2019).

Se, como afirma Motta sobre o período compreendido por sua pesquisa, as representações a respeito da questão moral “sofreram poucas alterações ao longo do tempo” (MOTTA, 2000, p.95), percebe-se que, anos depois, influenciadas principalmente pelos movimentos de contestação de maio de 1968, as representações anticomunistas relacionadas à moral ganharam novos elementos. Além disso, a ideia anticomunista destacada por Samways (2014) e por Brito (2019), segundo a qual o comunismo teria como objetivo a destruição dos valores da civilização ocidental, está no cerne da teoria da conspiração do marxismo cultural, muito disseminada hoje em dia. Atualmente, talvez possamos dizer que esses elementos

⁴⁰Para outra abordagem dessas questões, ver: KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*, vol. 9, núm. 18, julho-dezembro, 2016, pp. 467-493. Londrina, Brasil.

novos e antigos, destacados por esses três autores, estejam englobados pela concepção de ideologia de gênero. Por meio dela, por exemplo, mobiliza-se a ideia de que a educação sexual e o questionamento da “natureza humana” fazem parte de uma conspiração global que objetiva implantar o marxismo pelo viés cultural e, com isso, destruir as bases da civilização ocidental.

Como pontuamos acima, a questão moral é influenciada pelo anticomunismo religioso, principalmente o de matriz católica. A Igreja católica foi uma das instituições que mais se mobilizou para combater o inimigo vermelho durante o século XX (MOTTA, 2000). Isso se deu por uma questão central: para a Igreja católica, o comunismo representava um perigo porque colocava em xeque “os fundamentos básicos das instituições religiosas”. (Ibidem, p.38). Assim, os representantes da Igreja mobilizaram uma ofensiva contra os ideais comunistas, uma luta entre o bem (Deus e o catolicismo) e o mal (Satanás e o comunismo). Do ponto de vista mundial, essa ofensiva, como afirma Motta, se deu principalmente na década de 1930, no contexto da Guerra Civil Espanhola e com a Encíclica *Divinis Redemptoris*, postulada pelo Papa Pio XI em 1937. Nela, o pontífice declarava que era preciso não apenas prevenir o comunismo, mas combatê-lo. No Brasil, a ofensiva coincide com a Intentona Comunista de 1935, evento que consolidou vários imaginários a respeito do comunismo e dos comunistas. Dali em diante, principalmente após a década de 1940, a preocupação com a infiltração comunista nas Igrejas também aparece:

No Brasil, tal preocupação em preservar a Igreja da “infiltração comunista” se manifestou em diversas ocasiões, principalmente após a década de 1940. O crescimento eleitoral do PCB após 1945 causou grande ansiedade nas lideranças católicas, temerosas de que o apoio ao partido crescesse entre seus fiéis. E a apreensão foi intensificada pela estratégia adotada pelo Partido Comunista, que procurou dissociar sua imagem do ateísmo visando vencer as resistências do eleitorado católico (Ibidem, p.42).

A Igreja procurou atuar, então, para se contrapor à ideologia e prática comunistas, seja por meio das Cartas Pastorais, seja através da Imprensa, do rádio, da televisão, dos Círculos Operários do período do Estado Novo. Em épocas de eleição, a Igreja católica “empenhou-se em derrotar os comunistas e seus aliados [...], notadamente nas campanhas transcorridas entre 1945 e 1964”. (Ibidem, p.28).

Mais recentemente, temos, por exemplo, a ideia já mencionada de “ideologia de gênero”, que foi construída como forma de denunciar uma suposta influência do marxismo nos estudos de gênero que se desenvolviam no interior dos estudos feministas e que procuravam chamar a atenção para o aspecto social da construção dos gêneros. Essa oposição

sistemática e a criação do termo teve início após a “IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher”, em Beijing, em 1995 (MIGUEL, 2016; SILVA, I., 2018; MISKOLCI, 2018; MACHADO, 2018). Dois anos depois, a católica Dale O’Leary lançou o livro “The Gender Agenda”, em que denunciava o perigo da radicalização - em razão da influência marxista - das discussões que as feministas desenvolviam em torno do conceito de gênero (MACHADO, 2018). Em 1997, o cardeal, que depois viria a ser Papa, Joseph Ratzinger, já aludia a esse perigo. Como afirma Luis Felipe Miguel:

Assim, a construção da doutrina católica contrária ao gênero começou no pontificado do papa Wojtyla (João Paulo II), sob o comando do prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, cardeal Ratzinger, que em 2005 sucederia a Wojtyla no papado, adotando o nome de Bento XVI. A partir dos anos 2000, delineia-se com clareza o adversário a ser combatido: aquilo que no Brasil recebeu o nome de “ideologia de gênero”, mas que na França e na Itália costuma ser chamada de “teoria do gender” (“théorie du gender”, “teoria del gender”), com o uso do inglês como forma de marcar sua origem alienígena (MIGUEL, 2016, p.598).

No Brasil, essa discussão ganhou mais peso quando dos debates em torno do Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse contexto, essa concepção criada pela Igreja Católica se disseminou para as demais lideranças cristãs que estavam representadas no Congresso por grupos como “Frente Parlamentar Evangélica”, “Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana” e “Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família” (SILVA, I., 2018). Assim, em uma espécie de “cruzada moral”, “[...] grupos de interesses diversos uniram-se para reagir ao avanço dos direitos sexuais, em especial para barrar a luta contra a homofobia no ambiente escolar e o reconhecimento da diversidade de gênero”(MISKOLCI, 2018, p.6). Em suma, como se vê, a ideia de ideologia de gênero é essencialmente conspiracionista, porque alude a uma suposta infiltração marxista que radicaliza tais pautas. Esta “contaminação”, em última instância, teria o objetivo de suprimir a ideia de “natureza” do homem e da mulher, contrariando, assim, as concepções baseadas na Bíblia.

Mas este anticomunismo religioso também aparece como denúncia da infiltração comunismo no interior da própria Igreja. Em uma petição (CHANGE.ORG, 04 nov. 2018, recurso online)⁴¹, desta vez da plataforma Change.org, do dia 04/11/2018, sob o título “Comunismo na igreja católica!”, uma pessoa, em uma mistura entre pautas morais e anticomunismo católico, e pressionando as “autoridades católicas do Brasil”, pede o

⁴¹Disponível

em: <https://www.change.org/p/%C3%A0s-autoridades-cat%C3%B3licas-do-brasil-afastamento-da-igreja-cat%C3%B3lica-de-religiosos-comunistas-ou-simpatizantes-aa271253-49f2-46ba-8d81-3726c243cdc2>. Acesso em: 30 jul. 2019.

afastamento de religiosos que apoiam o comunismo porque tal apoio “[...] os faz concordar com a Ideologia de gênero, liberação de drogas, teologia da libertação, zoofilia e aborto, idéias totalmente contrárias aos preceitos cristãos” (Ibidem, recurso online). Para corroborar seu pedido, o criador da petição faz menção à encíclica papal formulada pelo Papa Pio XII, de 1949, em que o pontífice declara a incompatibilidade entre comunismo e cristianismo e determina a excomunhão dos que pregam o ateísmo e o materialismo. A petição, que contou com 26 apoios, recebeu comentários de apoio⁴², e alguns reforçavam o conteúdo da petição: “O comunismo é a antítese do cristianismo e portanto, religiosos que apoiam essa ideologia não podem fazer parte da igreja”; “Concordo completamente, é impossível um cristão genuíno ser comunista e apoiar a esquerda. O comunismo se infiltrou na igreja para destruí-la por dentro e deturpar o evangelho de Jesus Cristo”. Aqui, como se vê, há a junção mais direta entre anticomunismo católico e a ideia de ideologia de gênero e outras pautas compreendidas pelo viés moral.

Uma outra petição, de 27/03/2018, que recebeu 245 assinaturas e muitos comentários, com o título “Pelo fim da “Campanha da Fraternidade” da CNBB”, foi criada justamente para denunciar essa disseminação de ideias comunistas no interior da fé católica (CHANGE.ORG, 27 mar. 2018, recurso online)⁴³. Dessa vez, o alvo foi a Campanha da Fraternidade. O criador da petição pedia, logo no título, o fim da Campanha, e argumentava que, desde seu início, o projeto serviu à “[...]propagação de agendas político-ideológicas, principalmente de cunho marxista/comunista, e causado [sic] enormes estragos na fé dos fiéis” (Ibidem, recurso online). A Campanha da Fraternidade estaria trabalhando contra os princípios da Igreja Católica, por meio da disseminação de “Temas políticos e heréticos” (Ibidem, recurso online). A pessoa cita, como fonte principal dessa denúncia, Bernardo Kuster, conhecido influencer conspiracionista de extrema-direita. Por fim, o autor pede o fim da Campanha “[...] de modo que o povo católico possa, livre de qualquer influência política, retornar ao real sentido proposto pela Igreja para o período da Quaresma” (Ibidem, recurso online).

Os vários comentários da petição⁴⁴ caminham, em geral, no mesmo sentido. Um indivíduo, por exemplo, afirma: “Devido ao fato da CNBB e a Santa Igreja de Cristo estar

⁴²Disponível em: <https://www.change.org/p/%C3%A0s-autoridades-cat%C3%B3licas-do-brasil-afastamento-da-igreja-cat%C3%B3lica-de-religiosos-comunistas-ou-simpatizantes-aa271253-49f2-46ba-8d81-3726c243cdc2/c>. Acesso em 30 jul. 2019.

⁴³Disponível em: <https://www.change.org/p/nunapost-solar-com-br-pelo-fim-da-campanha-da-fraternidade-da-cnbb>. Acesso em: 30 jul. 2019.

⁴⁴Disponível em: <https://www.change.org/p/nunapost-solar-com-br-pelo-fim-da-campanha-da-fraternidade-da-cnbb/c>. Acesso em: 30 jul. 2020.

[sic] infestada de sacerdotes marxistas, está explicado a grande mudança de católicos para Igrejas Protestantes. Lamentável!”. Outra pessoa assevera: “CNBB comunista! Queremos uma nova CNBB Católica para Católicos (as). Excomunhão de todos [sic] Bispos, Padres, Frades e Freiras comunistas infiltrados na Santa Igreja Católica. Exigimos a lista com todos [sic] nomes desses comunistas”. Outro afirma:

Sou católico apostólico romano, e ser católico apostólico romano é incompatível com ser comunista. Os verdadeiros católicos querem ver a Santa Igreja limpa da infiltração comunista. O comunismo é materialista, prega a salvação no plano secular. O comunismo nem sequer cumpre com sua falsa-promessa [sic] de salvação, pois historicamente apenas resultou em sistemas totalitários, genocidas e escravocratas. O comunismo persegue o cristianismo verdadeiro, tanto como pressuposto da tomada de poder; quanto como sua consequência. Chega, nós católicos não queremos mais comunismo infiltrado na Igreja!

Os discursos ligados a um anticomunismo católico, a pautas morais e à ideia de ideologia de gênero são quase escassos na seção de comentários dos jornais. Temos poucos exemplos em que essa temática aparece. Podemos citar, a título de exemplo, que, em 19/06/2015, um leitor criticou a televisão por “denegrir a imagem dos evangélicos”, que, segundo ele, é o grupo de parlamentares que defende a família contra o aborto, a ideologia de gênero, a lei da mordaza, entre outros projetos (FOLHA DE SÃO PAULO, 19 jun. 2015, p.A3). Em outra ocasião, em 22/06/2015, um professor de física, mesclando a ideia de doutrinação à de ideologia de gênero, endossa um artigo de Felipe Aquino sobre a ideologia de gênero “que se pretende implantar nas escolas”. Segundo o leitor, é preciso que a família, e não a escola, aborde esse tema, pois as crianças não têm capacidade crítica para analisar a temática da sexualidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 22 jun. 2015, p.A3).

Ecoando, portanto, um anticomunismo religioso antigo, muito ligado às pautas morais, os anticomunistas criaram petições para denunciar os perigos morais do comunismo e até mesmo uma infiltração comunista na Igreja. A principal novidade em relação a outros momentos históricos foi a mobilização da ideia de ideologia de gênero, cunhada, como vimos, na década de 1990 pela Igreja Católica. A ideologia de gênero é vista como algo imoral, que pretende corromper a “natureza” do homem e da mulher, levando a práticas que escapam àquilo que está inscrito na Bíblia. Diante desse elemento de denúncia, outras pessoas, identificadas com as petições que versavam sobre essa temática, apoiaram-nas. No caso dos jornais, como destacado, a presença desse elemento dentro dos discursos anticomunistas analisados foi menor, mas ainda assim houve aqueles que professaram - e que os jornais publicaram - a ideia de que a ideologia de gênero é nefasta e perigosa.

O elemento de homogeneização, de redução do inimigo a um todo homogêneo, é claro. Para além da própria ideia de ideologia de gênero, que é reducionista em relação a toda a ideia de construção social dos gêneros, a CNBB e a Campanha da Fraternidade, por exemplo, são colocadas por alguns como instituições a serviço do comunismo. Diante disso, é preciso mobilizar-se para fazer frente à contaminação marxista.

2.4 Conclusão

Como pontuamos no início deste capítulo, as três expressões do *conspiracionismo* que apresentamos estão, em alguns casos, intimamente ligadas. É por meio desta conjugação e do jogo entre continuidades e descontinuidades que se vê por vezes a ideia do perigo bolivarianista, associado ao Foro de São Paulo e encarnado no Brasil pelo PT, que reatualiza um discurso próprio de contextos de crise como foi o de 1964, em que Cuba, a Revolução Cubana e seus representantes eram colocados como exemplos do perigo do ímpeto revolucionário que alegadamente se alastrava pelo continente. Além disso, há a associação entre a doutrinação comunista no ensino e os governos do Partido dos Trabalhadores, que, com sua suposta hegemonia cultural construída durante 13 anos, teria subvertido o âmbito educacional com o intuito de implantar os preceitos do educador Paulo Freire, identificado com o marxismo. Ocorre também, como vimos, a ligação entre doutrinação comunista à ideia de corrupção moral das esquerdas - simbolizada principalmente na ideia de “ideologia de gênero” - e desta aos governos petistas. O tema da infiltração vermelha na Igreja, e por consequência a ruína moral dessa instituição, também é por vezes associada a um aparelhamento engendrado pelo PT e seus principais representantes.

Mas há de se destacar que o antipetismo, dentre as categorias apresentadas, nos aparenta ser a que serve como principal catalisador do discurso conspiracionista ligado ao anticomunismo. Apesar de certamente estarem interligadas, entre as categorias de antipetismo, doutrinação no ensino e anticomunismo moral e religioso parece haver uma hierarquia, de modo que a aversão ao PT engloba as outras manifestações do mito político do complô. Nesse sentido, nos discursos que investigamos, o projeto comunista de dominação, que envolve doutrinação, infiltração e perversão moral, aparece em muitos casos como uma maquinação do PT e seus representantes, que, por terem se mantido no governo por 13 anos, conseguiram, até certo ponto, efetivar seu plano maquiavélico de subjugação do povo brasileiro.

Muito embora há, como discutimos, um discurso antigo a respeito das questões morais, é preciso, ademais, levar em conta a possível influência mais recente da teoria da conspiração do marxismo cultural. Esta teoria versa, como já pontuamos anteriormente, sobre um suposto plano de dominação global engendrado pelos comunistas que, abandonando o terreno da luta armada, passaram à tática da dominação cultural, ocupando espaços na sociedade para disseminar ideais que visam demolir as bases da civilização ocidental. Ocorre, portanto, certa atualização do anticomunismo moral, que ganhou novos elementos com o advento da ideia de marxismo cultural.

Relacionando-se a este vai e vem de continuidades e discontinuidades e à interconexão entre elementos distintos, temos aqui uma superestimação do inimigo, que é, como nota Girardet (1987), próprio da dinâmica interna do “mito do Complô”: o inimigo está em todo lugar, a todo momento; ele consegue articular engenhosamente todos os mecanismos que engendram sua hegemonia ou dominação. O PT, em muitos casos, é o grupo que simboliza esse mal, essa ameaça. Alguns indivíduos - como Paulo Freire, Lula, Dilma ou até mesmo líderes de outros países, como Che Guevara e Fidel Castro, Hugo Chávez e Nicolás Maduro - personificam, mais diretamente e visivelmente, o perigo da ideologia comunista, estendida a todo o espectro político da esquerda. Por outro lado, ilustrando o “mito do Salvador” destacado por Girardet (1987), outros personagens aparecem como salvadores que, combatendo os inimigos, conseguem restaurar alguma ordem perdida ou manter aquilo que está ameaçado. Vimos, em alguns casos apresentados, como o ex-presidente Michel Temer, as Forças Armadas e o Procurador da República, Guilherme Schelb, despontam como mantenedores ou restauradores de um âmbito específico da sociedade (a área educacional, por exemplo) ou dela como um todo, de modo que, a partir da atuação destes indivíduos, “o ‘depois’ não será como o ‘antes’” (Ibidem, p.81).

Por fim, aliada a essa potencialização exagerada, que é parte do discurso conspiratório, conferida ao comunismo e seus ideais, constrói-se uma rejeição ao diferente, agora tornado inimigo, homogeneizando-o e reduzindo-o a uma unidade mais ou menos coesa. Ao mesmo tempo, constitui-se uma identidade entre os que professam o discurso conspiratório, perceptível, principalmente, nos comentários positivos e nos apoios que corroboram e reforçam as diversas petições aqui examinadas. Assim, a realidade, antes caótica, ganha sentido e se esclarece, evidenciando a função explicativa que o mito político carrega.

CAPÍTULO 3: TOTALITARISMO, COMUNISMO E NAZIFASCISMO

No dia 23 de maio de 2016, em uma conjuntura política caótica em que a então presidenta Dilma Rousseff acabara de ser afastada do cargo devido à votação do processo de *impeachment* no Senado, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, do Partido Social Cristão (PSC), apresentou o Projeto de Lei 5358/2016, que pedia a criminalização da apologia ao comunismo. Em sua justificativa, para ficarmos apenas em alguns pontos, de início, ele afirma que, mesmo os regimes comunistas tendo vitimado mais de 100 milhões de pessoas, há pessoas que apoiam essa ideologia. Em nome da “pseudo intenção da busca pela justiça social”, os defensores da ideologia comunista, de forma “velada”, “subliminar” ou “ostensiva”, penetraram na sociedade através, por exemplo, da doutrinação escolar, da mídia ou de “falsas expressões culturais”. Os comunistas, “canalhas travestidos de idealistas do bem comum”, cujo “oxigênio” é a “mentira”, segundo ele, tentaram implantar a “ditadura do proletariado” no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, mas foram neutralizados por agentes do Estado brasileiro. Tendo esses e outros elementos em vista, ele conclui: “É hora de dar um basta. O Comunismo é tão nefasto quanto o Nazismo e, se já reconhecemos em nosso ordenamento jurídico a objeção ao segundo, devemos também fazê-lo em relação ao primeiro”.

Este projeto de lei apresenta, em uma de suas justificativas fundamentais, o elemento principal que iremos abordar no presente capítulo: a equiparação entre ideologia nazista e ideologia comunista - e, atrelada a ela, a utilização do termo “totalitarismo” ou “totalitário”. Este capítulo, portanto, tem como objetivo atentar para três elementos: a utilização do termo “totalitarismo”; a equiparação entre nazismo e comunismo; e a relação entre ambos. O caminho para essa construção nos foi dado pela observação das fontes, principalmente das petições públicas. Ela nos mostraram a recorrência da equiparação entre as duas ideologias⁴⁵ e, em alguns casos, da utilização do adjetivo “totalitário” e do substantivo “totalitarismo”⁴⁶. Tendo isso em vista, formulamos algumas questões que nos guiaram conforme líamos e relíamos as fontes investigadas e que norteiam a construção desse capítulo: nos discursos anticomunistas que analisamos, existe a correlação entre nazismo e comunismo? Há a utilização dos termos “totalitarismo” ou “totalitário” para caracterizar a associação que se faz entre as duas ideologias? Há casos em que os termos são utilizados apenas para caracterizarem o comunismo, sem estar ligado à equiparação entre nazismo e comunismo?

⁴⁵Esta concepção está presente em cerca de 28,5% das petições que analisamos.

⁴⁶Estes termos aparecem em cerca de 7% dos abaixo assinados investigados.

Qual a relação entre o uso destes conceitos e o discurso anticomunista? Se esta relação existe, trata-se, no caso brasileiro, de uma continuidade ou de um elemento de novidade em relação a outros momentos históricos? Há a presença de elementos conspiracionistas nestes discursos? Procuraremos em grande medida elucidar estas questões à luz da história do conceito de totalitarismo e das fontes que investigamos.

3.1 A história e o debate em torno do termo “totalitarismo”

De acordo com alguns pesquisadores que estudaram mais a fundo a temática, a despeito da complexidade inerente ao tema, para fins explicativos é possível dividir a história dos termos “totalitarismo” e “totalitário” em algumas fases. Enzo Traverso (2005), por exemplo, aponta que existem duas “grandes fases”. Assim, de maneira geral, temos uma primeira grande fase que vai desde a criação do adjetivo “totalitário”, no início dos anos 1920, até o fim da Segunda Guerra Mundial e uma segunda grande fase que coincide com o período da Guerra Fria. No interior de cada uma delas é possível distinguir alguns períodos importantes, marcados por inflexões que ocorreram na história do termo. Vejamos um pouco da história do conceito e algumas das obras mais influentes que conformaram a ideia de totalitarismo para, posteriormente, entendermos melhor sua utilização nas fontes e nos dias atuais, com o intuito de refletirmos sobre sua apropriação pela retórica anticomunista.

O termo nasce em um contexto marcado fundamentalmente pela Primeira Guerra Mundial, que significou um duro golpe na ideia de progresso ininterrupto que envolvia a Europa ocidental do pré-guerra. A mobilização de grandes contingentes humanos e recursos materiais e a prática do extermínio planejado e racional do inimigo com o auxílio da tecnologia moderna fizeram da Primeira Guerra uma “guerra total” e um dos eventos fundantes do século XX (TRAVERSO, 2001).

A palavra foi cunhada no início dos anos 1920, como uma forma de adjetivar - “totalitário” - o governo de Mussolini na Itália fascista. Nesse momento, era utilizado por críticos e analistas do regime do líder italiano, de modo a caracterizá-lo como algo novo, um governo que tinha como objetivo dominar toda a vida político-administrativa (FORTI, 2008, kindle). Estes primeiros usos da palavra eram feitos por indivíduos das mais diversas vertentes político-ideológicas, desde liberais, passando por católicos, até os socialistas. A expressão, porém, não era muito difundida. A mais utilizada à época para qualificar o regime fascista era, na verdade, “tirania” (TRAVERSO, 2001). Apenas posteriormente o termo será fortemente disseminado na cultura ocidental. Além disso, muito embora o termo começasse a

vir à tona, ele era também pouco utilizado na comparação entre o fascismo italiano e o socialismo soviético.

Ainda nos anos 1920, em uma primeira mudança relevante, o termo, que até então era utilizado apenas como adjetivo, passou a ser utilizado como substantivo - “totalitarismo”. Esta variação indicava o nascimento de uma forma de governo totalmente inédita, inteiramente diferente, uma nova ordem profundamente original (FORTI, 2008, kindle).

Mas a primeira inflexão mais significativa no uso do conceito se deu quando os fascistas italianos trataram de adotar o adjetivo e o substantivo para seu movimento, utilizando-o como uma forma de autorrepresentação (FUENTES, 2006). O líder fascista Benito Mussolini e Giovanni Gentile, principal teórico do movimento, passaram a utilizá-lo, canonizando-o em 1932, no verbete “Fascismo”, da *Enciclopédia Italiana*, escrito por ambos. Segundo Simona Forti: “A partir de ese momento, la apologética de Estado trata de arrebatar el monopolio del adjetivo y del sustantivo a la oposición y se empeña en otorgar a los vocablos de nuevo cuño su propia dignidad teórica” (FORTI, 2008, p.41, kindle).

O acontecimento que marca a passagem de um primeiro período para o seguinte na história do termo é a chegada de Hitler ao poder na Alemanha, em 1933. Com esse movimento de ascensão dos nazistas⁴⁷ ao poder, a utilização do termo se fixou plenamente no vocabulário antifascista. Segundo Enzo Traverso, “[...] este término, todavía vago e impreciso, se instalaba así en el seno del campo político opuesto a aquel en el que había nacido. El totalitarismo se tornó definitivamente indisociable de su antítesis: el antitotalitarismo” (TRAVERSO, 2001, p.45). Além disso, a essa altura o conceito começa a ser utilizado por alguns críticos de uma esquerda antistalinista. O teórico marxista e um dos líderes da Revolução Russa de 1917, Leon Trotsky, por exemplo, lançava mão do termo e estabelecia comparações entre o stalinismo e o nazifascismo. Apesar da condenação do regime de Stálin, ele reiterava o caráter socialista da Revolução de 1917 e da União Soviética de então. O ponto aqui é que, para o revolucionário russo, havia uma descontinuidade entre Lenin e Stalin, de modo que Stalin teria “traído” a Revolução, levando-a à degeneração com a instalação do regime totalitário.

Nas agitações provocadas pelo advento da Segunda Guerra Mundial, o termo ainda era utilizado por uma variedade extensa de analistas e teóricos. Nesse contexto, o conceito de totalitarismo “se convertía así [...] en una palabra clave del vocabulario político cuyo uso estaba compartido por liberales, por antifascistas cristianos, por una minoria de marxistas y

⁴⁷Os nazistas não aprovavam o termo, e, portanto, não adotaram-no para representar seu movimento, como fez Mussolini.

por algún ex comunista en rebelión contra el estalinismo” (TRAVERSO, 2001, p.64). Com o pacto germano-soviético (Ribbentrop-Molotov) de 1939, as comparações entre o regime soviético e principalmente o regime nazista ganharam mais força. Para os contemporâneos, a aliança entre Hitler e Stalin e a invasão da Polônia por parte de ambos eram provas de que os dois regimes tinham muito em comum no que dizia respeito aos seus objetivos e às suas motivações. A identificação que já havia aparecido em um período anterior agora se mostrava mais sólida do que nunca.

Porém, com o fim do pacto de não-agressão entre Stalin e Hitler, a invasão da União Soviética pela Alemanha nazista e a aliança entre a URSS e os países aliados, o termo perde um pouco de força no que diz respeito a seu conteúdo comparatista. Nos Estados Unidos, por exemplo, passou a se focar não nas semelhanças, mas nas diferenças entre os regimes soviético e nazista, de modo a dar maior apoio à aliança entre URSS, Estados Unidos e Grã-Bretanha (ADLER; PATERSON, 1970). Observando os artigos do *The New York Times* do período, por exemplo, Juan Francisco Fuentes (2006) demonstra que, até o fim da guerra, em 1945, houve uma “trégua conceitual” em que o termo passou a ser menos associado aos então aliados soviéticos (FUENTES, 2006).

A despeito disso, uma obra importante para a história do termo foi publicada justamente nesse período, em 1944: *O caminho da servidão*, do economista e filósofo austríaco Friedrich von Hayek. Neste livro, o objetivo de Hayek é, entre outros, fazer uma intervenção contra o caminho que a Inglaterra (país em que ele residia à época) estava tomando - o caminho do totalitarismo. Para ele, esse processo de conversão de um país liberal e democrático em um país totalitário se dava, essencialmente, pela planificação da economia, que levaria a uma supressão da liberdade econômica baseada na propriedade privada e, conseqüentemente, à eliminação de todas as liberdades. Segundo sua argumentação, esse processo podia ser visualizado no clima ideológico que ele identificava na Inglaterra da época: intelectuais e políticos defendendo o estatismo, a intervenção do Estado na economia, com uma hostilidade ao mercado e à concorrência como reguladores das relações sociais (HAYEK, 2010).

Em algumas passagens de seu livro, ele constrói uma visão idealizada do processo de desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo. Tal desenvolvimento parece ser movido apenas por concepções ideais, como o individualismo, que brotaram na cabeça de alguns teóricos gregos e romanos e do cristianismo e, posteriormente, por meio do comércio, se disseminaram por todo o globo. Hayek aponta que esses valores, formulados há muito tempo e que constituem a base da civilização ocidental, estariam se perdendo com o advento do

pensamento coletivista e socialista. Ligado a estes, o totalitarismo seria, enfim, a negação mais contundente das ideias mais fundamentais sobre as quais se erguera a civilização ocidental, negação consumada por um abandono da liberdade econômica sem a qual as liberdades política e social jamais existiriam; seria, em suma, a negação da democracia liberal (Ibidem).

Os principais movimentos de contestação da democracia liberal do século XX, segundo Hayek, seriam, dessa maneira, o socialismo e o nazismo. Formulando uma hipótese hoje em dia comum nos grupos anticomunistas, Hayek aponta as similaridades entre nazismo e socialismo - sendo a mais fundamental o fato de que ambos são coletivistas -, indo, contudo, mais além: para ele, socialismo e nazismo não são apenas semelhantes, mas o primeiro estaria na raiz do segundo. O nazismo possuiria uma essência socialista, o que o leva falar, antecipando a formulação “nazismo de esquerda”, em “socialistas de direita” e “socialismo conservador” na Alemanha do contexto de ascensão de Hitler ao poder - movimentos que, de acordo com Hayek, destruíram tudo o que havia de liberal, preparando, assim, o terreno para a ascensão dos nazistas (Ibidem).

Na história do termo, podemos dizer que este livro seja talvez uma exceção em um momento de certo arrefecimento no uso da palavra. Apesar disso, é possível ver em Hayek um tema que será recorrente sobretudo no decorrer da Guerra Fria: a apologia da ordem liberal-ocidental, através, notadamente, da ideia de que o liberalismo e o capitalismo, frutos da civilização ocidental, são sinônimos de liberdade.

Essa “segunda grande fase”, marcada pela irrupção da Guerra Fria, caracteriza-se sobretudo pelo estabelecimento de uma oposição entre o “mundo livre” liberal e o mundo “totalitário” comunista. Como pontua Domenico Losurdo (2003), a polissemia característica do termo tendeu a se diluir, de modo que o totalitarismo passou a ser associado mais recorrentemente apenas à URSS e à Alemanha nazista (LOSURDO, 2003). Além disso, nesse período pós-Segunda Guerra Mundial - que marca, para Traverso (2005), o fim da primeira “grande fase” da história do termo -, o conceito já está plenamente arraigado na cultura ocidental, com suas diversas interpretações, que o tornaram, em muitos sentidos, vago e ambíguo.

O que ocorria, então, era uma mutação identificada por Traverso (2001): a expressão, antes utilizada, em grande medida, como uma forma de crítica aos regimes ditatoriais nazifascista e stalinista, agora passa a ser manuseada com uma função “apologética” da ordem ocidental. Constrói-se uma visão maniqueísta do mundo, em que o comunismo é o inimigo totalitário a ser combatido. Para Traverso, ao mesmo tempo em que ocorria uma mudança

geográfica (da Europa para os EUA), política (do antifascismo para a crítica liberal) e linguística (do alemão para o inglês) do termo, inaugurava-se mais significativamente uma combinação entre antitotalitarismo e anticomunismo. Dessa maneira, temos, no período da Guerra Fria, um uso indiscriminado do termo, principalmente no âmbito da política, fazendo com que qualquer país que não seguisse a ordem liberal-ocidental fosse considerado totalitário ou potencialmente totalitário⁴⁸ (FORTI, 2008, kindle).

Nos Estados Unidos, principal potência que fazia frente à União Soviética durante a Guerra Fria, era um momento em que novamente o termo fora alçado a um patamar elevado de explicação da realidade. Como sintetizado por Abbott Gleason:

Totalitarianism was the great mobilizing and unifying concept of the Cold War. It described the unparalleled threat that faced the European and American democracies from a new kind of insatiably aggressive and invasive state; it provided a typology of that state, based centrally on Nazi Germany and the Soviet Union; and it channeled the anti-Nazi energy of the wartime period into the postwar struggle with the Soviet Union. Above all, it provided a plausible and frightening vision of a Manichaeian, radically bifurcated world in which the leaders of the free world would have to struggle (until victory was won) or perish. The history of the Cold War cannot be well understood without taking account of this vital idea (GLEASON, 1995, p.3).

O mesmo vale, em certo sentido, para o contexto brasileiro do período da Guerra Fria. Organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), por exemplo, lançaram mão desse termo para, por um lado, condenar a ideologia comunista ao igualá-la ao nazifascismo, e, por outro, colocarem-se como defensores da democracia, como demonstra Ricardo Antonio Souza Mendes (2004):

Um primeiro fator que deve ser abordado no anticomunismo destes institutos é a continua associação entre comunismo e totalitarismo. Para os ipesianos não existiam diferenças significativas entre nazismo, fascismo e comunismo. Todos estas manifestações de totalitarismo seriam caracterizadas pela existência do “Etat providence que encontrou no fascismo de Mussolini e no nazismo de Hitler, por um lado, e no comunismo de Nikita (e subordinados)

⁴⁸É curioso notar que Arendt - uma das principais formuladoras do conceito de totalitarismo -, em um prefácio de 1966 à terceira parte de sua obra *Origens do totalitarismo*, aponta essa questão, do risco de se utilizar o termo indiscriminadamente e que isso estaria ligado a um viés anticomunista. Discorrendo sobre a China maoísta, ela afirma: “A essas incertezas, inerentes à situação, acrescentamos infelizmente nossos próprios preconceitos. Pois o fato de haveremos herdado do período da guerra fria uma “contraideologia” oficial — o anticomunismo — não facilita as coisas, nem na teoria nem na prática; e esse anticomunismo tende também a tornar-se global em sua aspiração, e nos leva a construir uma ficção nossa de sorte que nos recusamos, em princípio, a distinguir entre as várias ditaduras unipartidárias comunistas, com as quais nos defrontamos na realidade, e o autêntico governo totalitário que possa vir a surgir, mesmo sob formas diferentes, na China” (ARENDR, 2012, p.419-420).

ou de Mao, por outro, sua mais perfeita realização histórica”. Eram governos mantidos pela força das armas e submetendo a sociedade a uma ditadura [...] (Ibidem, p.82).

Para os membros de IPES e IBAD, o comunismo, por meio do totalitarismo que lhe é inerente, acabaria com a liberdade em todos os sentidos, sendo, portanto, a antítese da democracia que eles procuravam defender - muito embora essa defesa tenha ocorrido de maneira tão virulenta que ambos os institutos colaboraram para um golpe civil-militar que pôs fim à democracia pretensamente defendida. Era preciso, então, combatê-lo, principalmente porque o totalitarismo comunista estaria se disseminando pela sociedade brasileira da época com apoio do governo federal de João Goulart (Ibidem).

Algumas temáticas tratadas por Hayek (2010) em seu trabalho - como a relativização da “verdade” e a criação de uma nova linguagem - podem ser encontradas no famoso livro de George Orwell, *1984*, de 1949. Esta obra de Orwell é um dos marcos do início da “segunda grande fase” na história do termo. O livro conta a história de Winston Smith, um membro do Partido que, na figura do Grande Irmão, exerce um controle absoluto sobre a região da Oceânia. Nesse território submetido, não há lei, mas apenas um dever: respeitar e seguir as diretrizes do Partido, tanto no pensamento como na ação. Ele procura se rebelar contra este domínio total, e a história se desenrola com o encontro entre Winston e Julia, uma membra do Partido Exterior que se une a ele na tentativa de subverter o poder totalitário exercido pelo Grande Irmão. Ambos procuram por um membro do Núcleo do Partido, O’Brien, no intuito de expandir sua rede de resistência frente ao domínio absoluto, mas acabam sendo traídos por ele. São capturados, presos e torturados, sucumbindo, no fim, ao Grande Irmão (ORWELL, 2009).

Este livro foi amplamente utilizado como denúncia do poder totalitário e, mais especificamente, do que poderia vir a ser um regime comunista. Nos Estados Unidos, país que polarizou a Guerra Fria juntamente à União Soviética, o livro foi usado com essa finalidade por muitos intelectuais conservadores. No Brasil, uma das principais entidades que disseminaram o anticomunismo e prepararam o terreno para a irrupção do golpe civil-militar de 1964, o IPES, tinha, em sua lista de livros a serem editados e distribuídos, a obra de Orwell (GONÇALVES, 2010). O objetivo era disseminá-lo como uma representação negativa do que ocorria na União Soviética e do que poderia acontecer - repressão, fome, miséria, poder absoluto nas mãos do Estado - com o Brasil caso o inimigo vermelho tomasse o poder.

É importante pontuar aqui que, apesar de ter sido usado como ferramenta política por variados grupos, o objetivo principal do livro, segundo o próprio autor, não era atacar o

socialismo, mas alertar para a opressão e miséria decorrentes do domínio totalitário em qualquer sociedade - principalmente na experiência histórica do stalinismo. Seja como for, porém, a obra foi manuseada como uma arma ideológica na Guerra Fria. O objetivo era demarcar a distância entre uma URSS dominada pelo poder absoluto de um Partido e os países do Ocidente capitalista que viviam em plena liberdade. *1984* deu a dimensão visual do perigo totalitário (GLEASON, 1995).

Na academia, começam a aparecer alguns estudos que visavam estabelecer uma teoria mais bem acabada do fenômeno totalitário. A canonização acadêmica do termo começa neste período, com os livros *Origens do totalitarismo*, de Hannah Arendt, de 1951, e *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*, de Zbigniew Brzezinski e Carl Friedrich, de 1956, duas das obras mais influentes na conformação e na afirmação da ideia e da teoria do totalitarismo.

A obra de Arendt foi, para alguns autores (FORTI, 2008; LOSURDO, 2003), um divisor de águas no estudo e nas formulações a respeito do totalitarismo. Conjugando alguns elementos já abordados em momentos anteriores com novas interpretações, a autora elaborou seu trabalho buscando elucidar, como fica claro no próprio nome do livro, as origens do totalitarismo nazista e soviético. O objetivo era, em suma, como ela afirma no “Prefácio” à terceira parte do livro, entender o que, como e por que estes fenômenos haviam acontecido - “perguntas com as quais a minha geração havia sido obrigada a viver a maior parte da sua vida adulta” (ARENDRT, 2012, p.415). Assim, ela buscou os antecedentes históricos deste fenômeno no antissemitismo e no imperialismo do século XIX, evidenciando um desenrolar histórico que culmina nas experiências totalitárias por excelência - o nazismo e o stalinismo.⁴⁹

Em um prefácio de 1966 à terceira parte do livro, a autora considerava que a União Soviética de então não poderia mais ser considerada um regime totalitário - processo de “destotalitarização” que começou com a morte de Stalin. Apesar disso, sua obra influenciou amplamente o clima cultural em que foi publicada. Mesmo se concordarmos com a afirmação de Enzo Traverso (2001), de que o livro de Arendt se insere em uma vertente antitotalitária de esquerda e que, na verdade, foi mal interpretado, fato é que o uso que se fez dele contribuiu para a associação entre comunismo, totalitarismo e nazismo em uma chave de leitura anticomunista.

O livro de Brzezinski e Carl Friedrich vai por um caminho menos filosófico e mais descritivo. Os autores definem basicamente algumas ideias gerais. Primeiramente, eles

⁴⁹Esta questão fundamental da conexão entre os três elementos foi inclusive contestada. Havia a crítica, por exemplo, de que Arendt aparentava conhecer muito mais a Alemanha nazista que a Rússia soviética, de modo que as ligações feitas entre os dois países pareciam mecanicamente construídas para colocar ambos os regimes lado a lado (GLEASON, 1995, p.112).

consideram, assim como Arendt e outros autores, que o fenômeno totalitário é algo novo, sem precedentes na história, cujo objetivo é controlar o homem de maneira absoluta e total. Em segundo lugar, parte do pressuposto de que as ditaduras fascistas e comunistas são *basicamente* iguais, mas não *integralmente*, de modo que consideram que há distinções, muito embora essas diferenças, para eles, e por algum motivo não esclarecido, não sejam tão definidoras quanto as semelhanças que de fato apresentam. Em terceiro lugar, ambos veem seis características centrais que definem um país totalitário: uma ideologia, um partido único comandado por um líder, uma polícia terrorista, o monopólio das comunicações, o monopólio das armas e da força e uma economia dirigida centralmente⁵⁰. Por meio principalmente destes seis elementos, como aponta Simona Forti (2008, kindle), é possível estabelecer um “grau de totalitarismo” de determinado país. Aliando isso ao fato de considerar que esta análise julgava que o fim da URSS só poderia ocorrer em função de fatores externos ao país, Enzo Traverso vê o livro de Brzezinski e Carl Friedrich como um legitimador da política externa norte-americana, “de la que constituía la versión científica para uso de los círculos intelectuales” (TRAVERSO, 2001, p.106).

Como representantes mais influentes na elaboração da teoria do totalitarismo, as obras de Arendt e Friedrich e Brzezinski receberam várias críticas. Na linha de raciocínio crítica sobretudo ao conceito formulado no contexto da Guerra Fria⁵¹, mais recentemente temos, além dos autores mencionados ao longo deste texto, os filósofos Slavoj Zizek (2013) e Domenico Losurdo (2003). Logo na “Introdução” de seu livro (ZIZEK, 2013, kindle), Zizek critica Hannah Arendt, denunciando “a elevação da mesma a autoridade intocável, ou seja, a referência” (Ibidem, p.9, kindle) nas universidades de todo o mundo. Fala explicitamente que, se utilizamos a teoria do totalitarismo, entramos “firmemente no horizonte liberal-democrático” (Ibidem, p.10, kindle), e afirma, em um tom talvez demasiado generalizante:

Em toda sua existência, o “totalitarismo” foi uma noção ideológica que amparou a complexa operação de “controle de radicais livres”, de garantia da hegemonia liberal-democrática, rejeitando a crítica de esquerda de que a

⁵⁰Sobre essas características gerais, é importante pontuar que, na crítica - que abordaremos abaixo - de Losurdo ao livro dos autores mencionados, elas são, ao nosso ver, mal interpretadas. Em sua crítica, o filósofo italiano cita um exemplo diferente para cada característica isolada, procurando argumentar que tais elementos podem ser atribuídos a outros países que não à URSS ou à Alemanha nazista. Ocorre que, logo no começo do livro de Friedrich e Brzezinski, ambos chamam a atenção para o fato de que tais elementos não devem ser entendidos isoladamente, mas em conexão (BRZEZINSKI; FRIEDRICH, 1956).

⁵¹Ainda que seja a acepção mais influente e a que mais se disseminou, é necessário frisar que, do ponto de vista da discussão mais teórica e acadêmica, ela se trata de apenas *uma* dentre as várias interpretações acerca do fenômeno totalitário.

democracia liberal seria o anverso, a “irmã gêmea”, da ditadura fascista de direita (Ibidem, p.10, kindle).

Zizek aponta que a ideia de totalitarismo, nesse sentido, “longe de ser um conceito teórico efetivo, é um tipo de tapa-buraco: em vez de possibilitar nosso pensamento, forçando-nos a adquirir uma nova visão sobre a realidade histórica que ela descreve, ela nos desobriga de pensar, ou nos impede ativamente de pensar” (Ibidem, p.10, kindle).

Por caminhos distintos, Losurdo (2003) desenvolve basicamente a mesma tese. Segundo ele, com o desenrolar da Guerra Fria, o conceito passou a ser, tanto na teoria (ele analisa mais detidamente os livros de Arendt e Brzezinski e Friedrich) como na prática política, uma arma ideológica do ocidente liberal. Losurdo pontua que é possível estabelecer analogias entre ambos os regimes, mas que é “um salto assustador” criar uma categoria que explique os dois regimes - e o século XX - a partir dessas comparações descritivas. Nesse sentido, como exemplo, ele argumenta que, se utilizássemos outro parâmetro de definição do nazismo, como a questão racial - que parece ser, segundo ele, uma questão mais definidora do nazismo do que as características apontadas pela teoria do totalitarismo -, teríamos que abandonar as comparações entre a Alemanha nazista e a Rússia soviética e passar a definir paralelos, por exemplo, entre a ideologia nazista e o racismo presente nos Estados Unidos.

de modo sub-reptício as analogias que subsistem entre URSS e Terceiro Reich quanto à ditadura do partido único são consideradas decisivas, ao passo que são ignoradas e removidas as analogias no plano da política eugênica e racial, que permitiriam instituir conexões bem diferentes (LOSURDO, 2003, p.76).

Mais uma crítica de Losurdo à Arendt caminha nesse mesmo sentido. Segundo ele, a terceira parte do livro da filósofa, em que ela trata dos fenômenos totalitários, estaria “contaminada” pelo início da Guerra Fria. Recorrendo a uma resenha publicada à época, o filósofo italiano afirma que há um descompasso entre as duas primeiras partes - sobre o antissemitismo e o imperialismo - e a última - sobre o totalitarismo. A continuidade, por exemplo, entre os massacres coloniais do século XIX e os crimes de Hitler contra as “raças inferiores” é negligenciada pela autora na terceira parte de seu livro. Para Losurdo, isso ocorre justamente porque, enquanto escrevia as primeiras duas partes, Arendt estava influenciada pela luta contra o nazismo; quando desenvolvia a terceira, ela se encontrava imersa na disputa ideológica da Guerra Fria, que opunha “mundo livre” e “totalitarismo”.

Após um período de ouro em sua história, o termo conheceu certo declínio, especialmente durante as décadas de 1970 e 1980. Contestado até mesmo por autores

identificados com a direita do espectro político (FORTI, 2008), o conceito foi considerado muito ambíguo, polissêmico e “contaminado” pelos embates da Guerra Fria e seu valor explicativo e de apreensão da realidade foi colocado em xeque.

Porém, com a queda do Muro de Berlim em 1989, a derrocada da União Soviética e a vitória do Ocidente liberal no chamado “fim da história”, o termo recuperou algo de sua antiga vitalidade. Passou a ser utilizado como uma maneira de interpretar o século XX e de legitimar o triunfo do “mundo livre” sobre o “mundo totalitário” (TRAVERSO, 2001). Nessa época, por exemplo, vieram à tona os livros *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX*, de François Furet, de 1995, e *O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão*, encabeçado por Stephanie Courtois, de 1997, que, de certa maneira, reacenderam o debate em torno do fenômeno totalitário e dos regimes socialistas do século XX.

Este último livro em particular é relevante porque ele parece ser uma das bases para as afirmações de que a ideologia comunista teria ceifado a vida de aproximadamente 100 milhões de pessoas, o que, no universo mítico criado em torno do comunismo, tem relações com o fato de o comunismo ser associado à fome, à miséria, ao caos e, no limite, à morte e ao assassinato. Nas fontes, esta questão é recorrente, e os números que aparecem às vezes destoam entre si, com alguns discursos que fazem menção a 150 milhões de mortos, enquanto outros que falam em mais de 200 milhões de vidas perdidas em função da aplicação da ideologia comunista.

Em tempos mais recentes, o termo demonstrou novamente o caráter negativo que empresta àquilo que adjetiva. Após os atentados às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, a expressão passou a ser utilizada também para caracterizar o islamismo, sob o termo “totalitarismo islâmico” ou “totalitarismo muçulmano”, que aparecia então como uma das principais ameaças ao “mundo livre” (FUENTES, 2006; LOSURDO; 2003; TRAVERSO; 2005). Aqui, assim como ocorreu na Guerra Fria, nota-se claramente um uso essencialmente político da palavra, manuseada conforme se queira demonizar o suposto “inimigo” do momento⁵².

⁵²Embora o uso a que estamos no referindo não tenha necessariamente uma faceta anticomunista, é curioso notar que em algumas das fontes que levantamos existe a associação entre anticomunismo e antiislamismo. O muçulmano aparece como uma ameaça estrangeira que, além de importar a religião islâmica, traria consigo a ideologia comunista. Ver, por exemplo: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=83564> e <https://www.change.org/p/c%C3%A2mara-municipal-de-s%C3%A3o-paulo-contras-as-pretens%C3%B5es-do-d%C3%B3ria-jr-em-islamizar-a-cidade-de-s%C3%A3o-paulo>.

3.2 Totalitarismo, nazifascismo e comunismo no Brasil contemporâneo

No dia 07/07/2017, uma proposição, sob o título “Tornar crime a apologia e divulgação do Comunismo”⁵³ e que obteve 117 assinaturas, alegava que a ideologia comunista deveria ser criminalizada no Brasil pois faz vítimas há anos e representa uma “política incompetente, representa uma ameaça a [sic] segurança nacional” (IDEIA LEGISLATIVA, 07 jul. 2017, recurso online). Afirmava, ainda, que o comunismo é um regime totalitário que suprime a “democracia legítima”. Por fim, argumenta que 7 dos 196 países do mundo adotam o comunismo, “e o estado da população desses 7 países representam sua ineficácia” (Ibidem, recurso online). Diante disso, assevera que era preciso “Tornar crime: - A fabricação, comercialização, distribuição ou veiculação de símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a foice e o martelo, para fins de divulgação do comunismo”.

Vejamos outro exemplo. No site *Change.org*, sob o título “Queremos ordem e progresso! Não desordem e comunismo... Fora PT.. Fora Dilma!!!!”⁵⁴, uma petição que contou com 9 apoios argumentava que o PT, “uma facção de esquerda”, tinha o objetivo de dominar o país principalmente pela via da educação, através da qual o partido estava “adentrando com sua forma de governo totalitária, criminosa, e esquerdista” e “colocando preceitos marxista [sic] em grade escolar” (CHANGE.ORG, 12 jan. 2016, recurso online). Caso o objetivo fosse alcançado, o “partido vermelho deturpado” instalaria um “controle massivo” e uma “falta de ORDEM E PROGRESSO” na sociedade brasileira (Ibidem, recurso online). Diante disso, era preciso se mobilizar para expulsar a “ditadora” Dilma Rousseff e o partido que ela representava.

Para além da utilização de expressões para caracterizar negativamente o comunismo (“ineficácia”, “política incompetente”, “ameaça a segurança nacional”, “desordem”, “criminosa”), nas propostas acima é perceptível até mesmo um caráter conspiratório, já analisado anteriormente. No primeiro caso, o autor menciona uma possível “ameaça a [sic] segurança nacional” representada pela ideologia e prática comunistas e, no segundo caso, o criador da petição aponta para uma infiltração marxista através da educação. Além disso, há, nessas propostas, uma concepção que associa o comunismo à supressão da democracia, através da utilização do adjetivo “totalitário”.

⁵³Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=80287>. Acesso em: 30 jul. 2020.

⁵⁴Disponível em: <https://www.change.org/p/donos-empresas-universitarios-democratas-maconaria-cidadoes-comerciantes-brasileiros-queremos-ordem-e-progresso-na-C3%A3o-desordem-e-comunismo-fora-pt-fora-dilma>. Acesso em: 30 jul. 2019.

Esta concepção constitui uma continuidade na história do anticomunismo brasileiro. A questão foi apontada, por exemplo, por Maristel Pereira Nogueira, em sua Dissertação de Mestrado intitulada *O anticomunismo nos jornais: Correio do povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*, de 2009. Neste trabalho, Nogueira procura analisar os discursos anticomunistas de três jornais por meio da cobertura que estes periódicos fizeram de três eventos importantes: a invasão da Baía dos Porcos, o Movimento pela Legalidade e a Crise dos Mísseis. A partir desta análise das fontes, e lançando mão do conceito de imaginário social, da Teoria do Agendamento e das reflexões do sociólogo Pierre Bourdieu, ela argumenta, em síntese, que:

O comunista é simbolizado como um ser que se infiltra sem ser percebido e destrói tudo que toca. Esta representação foi perceptível nas entrelinhas dos jornais. Referências à traição, ao esfacelamento da família, desrespeito as religiões, desejo de guerra foram alguns dos aspectos identificados ao longo das leituras. Mesmo não havendo no seio da sociedade um inimigo a ser acusado, a simples existência de uma potência, cujo regime é o comunismo, bastou para que os jornais explorassem os medos, os fantasmas da população em relação ao comunismo (NOGUEIRA, 2009, p.282).

Sobre a questão que queremos ressaltar aqui, a autora pontua que a associação entre comunismo e totalitarismo está presente nos discursos da imprensa. Ela resalta essa relação inserindo-a na categoria, definida por ela, “Comunismo x Democracia”. Os jornais, ao redigirem suas notícias sobre os acontecimentos, mobilizaram este conceito para caracterizar o comunismo como mau, opressor, cruel, uma ideologia e um regime nos quais a liberdade e a democracia são suprimidas.

Vejam os outros dois exemplos, dos anos de 2016 e 2017 respectivamente. O primeiro, uma proposta legislativa do dia 06/05/2016 que pedia a criminalização da apologia ao comunismo⁵⁵. “Como um regime que matou centenas de milhões de inocentes a mais que o nazismo não é proibido sua apologia no Brasil, em quanto [sic] o nazismo o é? A apologia ao comunismo deve ser proibida semelhante a apologia ao nazismo” (IDEIA LEGISLATIVA, 06 maio 2016, recurso online). Assim argumentava o autor da petição. No corpo da petição, que contou com 3676 apoios, ele cita a URSS e a fome na Ucrânia, o revolucionário chinês Mao Tse Tung, a Revolução Cubana, Pol Pot e Camboja, “ditadores comunistas africanos” e a Coreia do Norte para asseverar que a ideologia e a prática comunistas devem ser suprimidas. Tendo pontuado estes elementos, o autor da petição pede uma alteração na lei que criminaliza o nazismo: “Basta uma adição a essa lei, tornando também a divulgação do Comunismo e o

⁵⁵Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaoideia?id=49729>. Acesso em: 30 jul. 2020.

uso de símbolos e propaganda desse regime tirano crime assim como o nazismo” (Ibidem, recurso online).

O segundo exemplo trata-se da proposta mais apoiada entre as que analisamos, criada no dia 09/06/2017⁵⁶. O argumento é fundamentalmente o mesmo da anterior. A petição, intitulada “Criminalização da apologia ao comunismo” (IDEIA LEGISLATIVA, 09 jun. 2017), pedia que o comunismo fosse incorporado à lei que proíbe a ideologia nazista, juntamente à “foice e martelo” e “demais símbolos”. A premissa, como já fica claro, é que, se o nazismo é proibido, o comunismo também deveria ser, já que, em toda sua história, esta ideologia “genocida causou males muito piores à Humanidade, massacrando mais de 100 milhões de inocentes!” (Ibidem, recurso online).

Tal petição angariou vasto apoio, chegando à marca de 21889 assinaturas, o que a levou a ser transformada na Sugestão nº24 de 2017, a ser analisada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH)⁵⁷. Na consulta pública, o “sim” pela aprovação recebeu 176.711 votos e o “não”, 175.373. Houve mobilização no Twitter, através da hashtag “SUG24_2017”, com pessoas contrárias e a favor da proposta compartilhando a consulta para que mais votos fossem computados.

A Comissão de Direitos Humanos decidiu não aprovar a proposta, argumentando que a ideologia comunista, diferentemente do nazismo, não afronta a dignidade humana, devendo se fazer uma diferenciação entre a ideologia e as experiências socialistas do século XX. Portanto, pontua o parecer da Comissão, “não se pode [...] proibir uma ideia ou ideologia simplesmente por discordar do seu conteúdo, mas apenas se ela, na própria essência, afrontar a dignidade humana ou outros preceitos constitucionalmente protegidos”. Seja como for, fato é que tal petição, com toda sua argumentação, recebeu notoriedade e considerável apoio. O próprio fato de ter sido publicada nesses termos já é significativo.

Fica claro, nas duas petições que apresentamos acima, um dos argumentos fundamentais que as sustenta: a *equiparação* entre ideologia e prática nazistas e comunistas, associando, por extensão, o comunismo a tirania, genocídio, fome e miséria. Não se trata apenas de *comparar* alguns regimes distintos e, a partir desse procedimento, tirar algum elemento explicativo. Até mesmo críticos da comparação, por exemplo, entre os regimes stalinista e nazista não veem problemas nesse método (LOSURDO, 2003). O que ocorre, porém, é que o comunismo é apresentado como essencialmente *igual* ao nazismo. Este

⁵⁶Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=76334>. Acesso em: 30 jul. 2020.

⁵⁷Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129761>. Acesso em: 30 jul. 2020.

processo inclui a homogeneização de uma corrente teórico-política ampla, diversa e complexa como a do comunismo, que é reduzida a algumas experiências históricas, notadamente o stalinismo.

A partir da análise acima, percebe-se que temos aqui duas situações: a primeira se refere à utilização do termo “totalitário” e seus derivados para caracterizar o comunismo como uma ideologia que ameaça a democracia; a segunda diz respeito à equiparação entre ideologia nazista e ideologia comunista, com o argumento central de que, se o nazismo é proibido, o comunismo, por ser *essencialmente* igual, também deveria ser criminalizado por lei.

Mas as fontes nos permitem acrescentar uma outra camada às reflexões feitas acima, de modo a aprofundá-las e complexificá-las. Uma petição, em 28/07/2017, intitulada “Criminalizar: comunismo, socialismo, fascismo e nazismo”⁵⁸ e que contou com 4 apoios, afirmava que era preciso “Tornar crime qualquer manifestação ou apologia ao Comunismo, socialismo, fascismo, Nazismo, são ideologias totalitárias retrógradas que tiveram seu papel para matar e destruir sociedades inteiras, nada mais” (IDEIA LEGISLATIVA, 28 jul. 2017, recurso online). Assim como as petições acima, portanto, esta proposição pede que o comunismo e o nazifascismo sejam encarados igualmente do ponto de vista criminal. Ademais, é de se supor que o autor, por equiparar as ideologias e afirmar que ambas destroem “sociedades inteiras”, considere o comunismo uma ameaça à normalidade democrática tal como a vivenciamos.

Há, contudo, duas diferenças: a primeira delas é a inserção da ideologia fascista, e não apenas a nazista, como passível de ser igualada ao comunismo e criminalizada; a segunda, mais significativa, é a presença da ideia referente ao adjetivo “totalitárias”, que, no texto, acompanha o termo “ideologias” e une as correntes que o autor menciona - nazismo, fascismo, socialismo, comunismo. Esta última diferença nos leva a uma outra continuidade na história do anticomunismo brasileiro que diz respeito ao uso dos termos “totalitarismo” e “totalitário” como forma de equiparar o nazismo e o comunismo.

Como vimos nas considerações acerca da história do conceito e da teoria do totalitarismo, a expressão nem sempre foi empregada em uma acepção anticomunista. Em certo período, especialmente na década de 1930, o objetivo dos que a utilizavam era traçar elementos em comum entre o socialismo soviético sob a liderança de Stalin, o nazismo alemão de Hitler e o fascismo italiano de Mussolini de uma maneira crítica e como forma de se opor a esses três regimes recém-criados. Até mesmo Hannah Arendt, inserida no contexto

⁵⁸Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=85788>. Acesso em: 30 jul. 2020.

da Guerra Fria, é entendida dessa maneira por Enzo Traverso (2001), um crítico do uso que se fez do termo principalmente durante a Guerra Fria e, em muitos casos, da comparação entre soviéticos e nazistas. Como observamos, segundo ele, a obra de Arendt se inscreve na vertente de um antitotalitarismo de esquerda, mas foi vítima de um “mal-entendido” que a transformou em uma arma ideológica do período, tal como ocorreu com o livro de George Orwell.

É verdade que a utilização do termo antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial já dava sinais de que a expressão era, em muitos casos, mobilizada de acordo com as circunstâncias do momento, sobretudo do ponto de vista político. Como vimos, nos Estados Unidos, por exemplo, o termo perdeu força nesse intervalo de tempo justamente porque os soviéticos passaram de força inimiga a aliado importante no campo de batalha. Entretanto, fato é que a irrupção do embate entre União Soviética e Estados Unidos significou uma mudança na história do termo, que passou a ser atrelado mais recorrentemente ao ex-aliado que agora retornava ao posto de inimigo número um do Ocidente e da principal potência que o representava. Junto a isso, o inimigo derrotado - nazismo - aparecia como forma de negatizar a ideologia comunista, colocando-os em pé de igualdade. Ocorria assim, como pontuado por Traverso (2001), uma conjugação entre anticomunismo e antitotalitarismo.

É a partir fundamentalmente deste contexto da Guerra Fria que devemos compreender os elementos presentes nas fontes que analisamos. Os discursos recuperam enunciados recorrentes naquele período - identificação entre totalitarismo e comunismo, equiparação entre nazismo e comunismo, comunismo como ameaça - e os mobilizam para justificar os pedidos de criminalização da ideologia e da prática comunistas, isto é, do comunismo como um todo.

Outro aspecto próprio desse momento e do desenrolar da história do termo é o arrefecimento da menção à Itália fascista como país totalitário ou como ideologia e regime equiparáveis ao comunismo. Nas fontes, é possível notar essa alusão ao fascismo, mas, se compararmos com a associação entre nazismo e comunismo, os números são reduzidos. Nesse sentido, no conjunto das fontes que separamos para esta investigação, notadamente nos abaixo-assinados, parece haver a reprodução desse movimento mais amplo, que faz parte da história do termo e da teoria do totalitarismo. Como aponta Enzo Traverso (2005), do ponto de vista historiográfico, tal abandono significou um afastamento também em relação às conexões entre fascismo e nazismo, pois o foco passou a ser os regimes socialistas e sua ideologia: “Además, es importante agregar que la focalización “totalitarista” sobre la relación

entre nazismo y comunismo ha puesto entre paréntesis otro nudo historiográfico fundamental: el de la relación entre el fascismo italiano y el nazismo alemán” (Ibidem, p.108).

3.3 Conclusão

Neste capítulo, nosso objetivo foi mostrar como a aplicação do termo totalitarismo e a equiparação entre as ideologias nazifascista e comunista tem conexão com um passado histórico que remonta pelo menos ao período da Guerra Fria. Constituindo assim mais um elemento de continuidade em relação a outras conjunturas históricas, estes elementos foram mobilizados nos discursos que encontramos nas petições para justificar os pedidos de criminalização de tudo o que fosse atrelado à ideologia comunista.

Como vimos, em alguns casos os indivíduos simplesmente usaram este argumento para destacar o caráter antidemocrático que eles julgavam ser inerente ao comunismo. Mas, em outros exemplos, podemos notar que estas questões tiveram íntima ligação com os elementos conspiratórios que investigamos no Capítulo 1. Como apontamos, alguns indivíduos associaram o “totalitarismo comunista” a uma ameaça iminente à sociedade brasileira. Outros, ainda, associaram estes aspectos a uma tentativa de dominação total e absoluta, encabeçada principalmente pelo PT - o que, nesse caso, nos aponta também, é claro, para uma relação com o antipetismo. Há, portanto, intensa relação entre os dois elementos, que devem ser entendidos como partes constituintes da construção mítica em torno da ideologia e da prática comunistas. Como tais, ambos mobilizam os elementos centrais dos mitos políticos destacados por Girardet (1986): sensibilizam indivíduos - que procuram assinar as petições que pedem a criminalização do comunismo -, trazem à tona elementos de mistificação e - a ideia de que o Brasil vive o perigo do totalitarismo comunista disseminado pelo PT - e procuram explicar a realidade por meio destes elementos.

Para além disso, fica clara aqui a homogeneização - um elemento da construção mitológica em torno do comunismo - própria dessa operação. Toda uma corrente teórico-política ampla como o marxismo é reduzida a uma ou outra experiência histórica. Na verdade, este discurso vai além, reduzindo às vezes todo o espectro político mais à esquerda à ideologia comunista. Um elemento recorrente no tempo presente ligado a isso, e que é em certo sentido revelador desse processo, é a alcunha de “comunista” dada por anticomunistas mais fervorosos a alguns indivíduos insuspeitos de manter qualquer ligação com o comunismo.

Apesar de, na apresentação das fontes, termos separado aqueles que utilizaram o termo, os que equipararam as duas ideologias e os que recorreram a ambos os discursos, pensamos que os três casos devem ser entendidos em interconexão. Explicitamente anticomunistas, os discursos que abordamos têm ligação especialmente com o período da Guerra Fria, em que, no caso do Brasil, como pontuamos anteriormente, alguns atores políticos relevantes - como o complexo IPES/IBAD - lançaram mão de um discurso equivalente.

O mesmo ocorre, aliás, na atual conjuntura brasileira. Como indicamos, tais elementos aparecem em projetos de lei apresentados por congressistas no âmbito da Câmara dos Deputados. Além disso, eles fazem parte do discurso de grupos influentes da nova direita no Brasil. Um dos principais sites que disseminam o pensamento ultraliberal, o Instituto Mises Brasil, utiliza este termo para criticar e equiparar o comunismo ao nazismo⁵⁹. A leitura que fazem é muito similar à que Hayek desenvolveu, opondo “liberdade” e “totalitarismo”, de modo que chegam a afirmar que totalitarismo é socialismo⁶⁰. O termo é usado até mesmo para contestar o *lockdown* e as medidas de distanciamento social durante a pandemia do vírus da COVID-19, que são chamados de “nova ideologia totalitária”⁶¹, em um indício do uso indiscriminado do termo.

⁵⁹Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=98>.

⁶⁰Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3187/o-atalho-para-o-totalitarismo--por-que-nao-se-deve-brincar-com-a-ideia-d-e-controle-de-precos>.

⁶¹Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3298/lockdown-a-nova-ideologia-totalitaria>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, procuramos abordar o vai e vem de elementos de continuidade e descontinuidade que constituem o anticomunismo do tempo presente, entendendo-o como um *processo*. Quais os principais aspectos originais, próprios da conjuntura que analisamos? Quais os traços que, por outro lado, remetem ao passado histórico do anticomunismo? Analisando a seção da carta dos leitores dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* e as petições públicas no site *Change.org* e na plataforma *Ideia Legislativa* do site do Senado Federal, entre os anos de 2013 e 2018, notamos dois discursos mais recorrentes: o *conspiracionista* e o da *equiparação* entre ideologia nazista e ideologia comunista, ligado ao uso do termo “totalitarismo” e “totalitário” e presente em sua maioria nos abaixo assinados que pedem a criminalização do comunismo. Por si sós, estas categorias são uma continuidade em relação a outros momentos históricos, mas, em alguns de seus aspectos específicos, é possível encontrar elementos de descontinuidade, como a ideia de ideologia de gênero e o antipetismo.

Em relação à visão *conspiracionista*, buscamos demonstrar as três principais temáticas que estão associadas a ela e que se relacionam entre si. Temos o tema da doutrinação ideológica no ensino, mobilizado nas fontes como forma de fazer frente a uma suposta infiltração comunista, velada ou aberta, no âmbito escolar. Vimos, nas fontes que apresentamos, como o “mito do Salvador”, na figura de um indivíduo como Guilherme Schelb, opera: percebendo os problemas na educação brasileira - que de fato existem -, e associando-os à doutrinação comunista, as pessoas apelam para um indivíduo que pode vir a garantir a reorganização do âmbito educacional, um quase herói que vem para solucionar as adversidades. Além disso, a ideia de marxismo cultural e seus derivados - como o “gramscismo” - perpassam esses discursos mesmo quando não citados diretamente. A concepção de ideologia de gênero, muito ligada à anterior, também marca essa temática, com denúncias da manipulação comunista e seus objetivos, como, por exemplo, a perversão da natureza da mulher e do homem - e, em consequência, da natureza humana.

A temática da ideologia de gênero perpassa também os outros elementos que observamos, a saber, as pautas morais e o anticomunismo religioso. Indicamos como o anticomunismo moral é uma continuidade em relação ao passado histórico. Os anticomunistas mobilizam o discurso da moralidade na tentativa de argumentar que os comunistas - e, em função da homogeneização, a esquerda no geral - é desprovida de senso moral. A questão sexual e a referência à família é marcante neste discurso. A ideia geral que está presente aqui

é a de os comunistas pretendem, por meio da disseminação da imoralidade principalmente no espaço cultural, destruir as bases do Ocidente - ideia que é o cerne da teoria do marxismo cultural. A luta aqui é civilizacional, na defesa do que entendem ser os alicerces da civilização ocidental.

O anticomunismo religioso - uma importante continuidade na história do anticomunismo brasileiro -, notadamente o católico, como observamos, está diretamente ligado à concepção explicitada acima. Mas, como vimos nas fontes, ele também se manifesta na ideia de infiltração no interior da própria Igreja. A Campanha da Fraternidade e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como mostramos, foram acusadas de facilitar e até mesmo incentivar a penetração da ideologia marxista nos espaços religiosos.

Além das temáticas da doutrinação ideológica e das pautas morais e anticomunismo religioso, analisamos o antipetismo, que, como apontamos, parece ser, dentre as três categorias, a mais fundamental e mais significativa para a constituição do anticomunismo no tempo presente. Ela, ao nosso ver, engloba as outras duas, de modo que o PT e seus representantes muitas vezes são colocados como culpados e disseminadores do credo vermelho e do bolivarianismo na educação, na Igreja, na imprensa, em suma, na sociedade como um todo. Esta temática é o principal mobilizador do discurso conspiracionista. Fica patente a função explicativa da realidade que o mito político carrega: o Brasil vive o caos porque, depois de 13 anos no poder, os petistas, dentre outras coisas, contribuíram e incentivaram a infiltração comunista nos mais diversos espaços da sociedade brasileira.

Quanto à *equiparação* entre ideologia nazista e ideologia comunista, procuramos indicar, por meio da análise principalmente das petições públicas, como o anticomunismo por vezes mobiliza este discurso para denunciar e combater o comunismo, associando-o ao caos, à morte, à desagregação, ao assassinato. Apontamos ainda a utilização dos termos “totalitário” e “totalitarismo” nessa operação, destacando, à luz da história do conceito de totalitarismo, como sua utilização em uma chave anticomunista se trata de uma continuidade em relação a outros momentos da história brasileira, especialmente o período da Guerra Fria. Nesse contexto, o termo era manuseado de maneira indiscriminada. Caracterizava, a um só tempo, a URSS e os movimentos comunistas e grupos insuspeitos de relação com o marxismo, que, apesar disso, eram entendidos sob a ótica do perigo vermelho. Estes eram o mal encarnado, em contraposição ao mundo liberal-ocidental, que representava, na figura dos Estados Unidos, o mundo não-totalitário e, portanto, o bem.

Nesta pesquisa, entendemos que estas duas concepções - a *conspiracionista* e a da *equiparação* - devem ser entendidas em conexão, pois, muitas vezes, a associação entre

comunismo, nazismo e totalitarismo aparece conectada à ideia de ameaça ou conspiração comunista. A história do termo totalitarismo, por exemplo, nos mostra como ele pautou os discursos anticomunistas do perigo vermelho durante a Guerra Fria. No tempo presente, observamos a mesma relação. Nesse sentido, relacionando-se ao “mito do Complô” e ao “mito do Salvador” examinados por Raoul Girardet (1987), ambas se inserem na construção mitológica feita pelo anticomunismo sobre a ideologia e a prática comunistas. Entendidas em relação, elas, com seus elementos de ilusão e homogeneização, conferem uma explicação da realidade em crise, sensibilizando e mobilizando os indivíduos para a luta contra o comunismo.

Por fim, um de nossos intuitos foi contribuir para o entendimento do período 2013-2018. Acreditamos que a compreensão da conjuntura que se inicia em 2013 com as Jornadas de Junho e culmina na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, e que tem como marca essencial o fortalecimento e a consolidação da chamada “nova direita”, passa pelo entendimento do anticomunismo, um elemento estrutural das dinâmicas políticas e sociais brasileiras e, portanto, um importante objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ADÃO, Rafael. *Anticomunismo e suas construções mitológicas na imprensa político-religiosa de Cuiabá*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1402/1/DISS_2017_Rafael%20Adão.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.
- ADLER, Les K.; PATERSON, Thomas G. Red Fascism: the merger of Nazi Germany and Soviet Russia in the American image of Totalitarianism, 1930's-1950's. In: *The American Historical Review*, 1970, vol.75, n.4, p.1046-1064.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano et al (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.27-32.
- ARAÚJO, Ernesto. Chegou o Comunavírus. In: ARAÚJO, Ernesto. *Metapolítica 17: contra o globalismo*. 2020. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-o-comunavírus>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- _____. A esquerda: de Robespierre ao PT. In: ARAÚJO, Ernesto. *Metapolítica 17: contra o globalismo*. 2018. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/post/a-esquerda-de-robepierre-ao-pt>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- ARAÚJO, Nelton Silva. *O traidor vermelho: O Jornal e o discurso anticomunista - 1935-1937*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/13061/1/Nelton%20Araujo%20Dissertacao.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-6YCH3R/1/disserta_o_de_ros_ngela_pereira_de_abreu_assun_o.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

- BEGHETTO, Lorena. *O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: o anticomunismo nas revistas Seleções do Reader's Digest (1946-1960)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24965>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- BETT, Ianko. *A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966*. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Unisinos, Porto Alegre, 2010. Disponível em: www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1877. Acesso em: 13 abr. 2019.
- BRITO, Antonio Mauricio Freitas. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. *Anos 90*, Porto Alegre, v.26, p.1-22, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/90662>. Acesso em: 10 de abr. 2020.
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n.2, p. 4-17, 2015. Disponível em: <https://dial.uclouvain.be/pr/boreal/object/boreal:172074>. Acesso em: 29 de ago. 2020.
- BULGARELLI, Lucas. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In: GALLEGO, Esther Solano et al (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.97-102.
- CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano et al (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.41-46.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CÊPEDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações*, Londrina, v. 23, nº. 2, p. 75-122, 2018. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801. Acesso em: 31 de out. 2020.
- CHALOUB, J.; PERLATTO, F.. Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-42, 2016. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/>.

- CHANGE.ORG. *Change.org*: o site para você mudar o que quiser. Página inicial. Disponível em: <https://www.change.org/?lang=pt-BR>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- COSTA, Iná Camargo. *Dialética do marxismo cultural*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- DOWNEY, John; FENTON, Natalie. New media, counter publicity and the public sphere. *New Media & Society*, Londres, v.5, p.185-202, 2003.
- FERNANDES, Sabrina. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- FERRARA, Emilio; VAROL, Onur; DAVIS, Clayton; MENCZER, Filippo; FLAMMINI, Alessandro. The Rise of Social Bots. *Communications of the ACM*, v. 59, n. 7, jul.2016.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Democracia genocida. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Org.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, p.63-82.
- FORTI, Simona. *El Totalitarismo: trayectoria de una idea límite*. Barcelona: Herder, 2008.
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, n.25/26, p. 56–80, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/466240>. Acesso em: 25 de set. 2020.
- FUENTES, Juan Francisco. Totalitarismo: origen y evolución de un concepto clave. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n.134, p.195-218, 2006.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GLEASON, Abbott. *Totalitarianism: the inner history of the Cold War*. New York: Oxford University Press, 1995.
- GONÇALVES, Martina Spohr. *Páginas golpistas: democracia e anticomunismo através do projeto editorial do IPES (1961-1964)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1364.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- GROPPO, Célia Maria. *Ordem no céu, ordem na terra: a revista “A Ordem” e o ideário anticomunista das elites católicas (1930-1937)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12984>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane et al (Org.). *A onda*

conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016, p.77-91.

KAMINSKI, Leon Frederico. O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970. *Antíteses*. Londrina, v.9, n.18, p.467-493, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1933/193349764019.pdf>. Acesso em: 09 de abr. 2020.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEIRIAS, Daniela Araújo. “*Louvado seja o santíssimo sacramento*”: o anticomunismo católico e a formação da identidade e da espacialidade norte-rio-grandense (1934-1937). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/21905/1/DanielaAraujoLeirias_DISSERT.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. Tradução de Maryse Farhi. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 17, p. 51-79, 2003. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-losurdo.pdf. Acesso em: 04 de set. 2020.

LOWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwxKBBcNqHyKkckfW6Qn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 de set. 2020.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.26, n.2, p.1-18, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/pywfVLVSDYnH8nzJV3MmQk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de abr. 2020.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270690. Acesso em: 13 abr. 2019.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, p. 79-97, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano et al (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.17-26.

_____. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, v.7, n.15, p.590-621, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>. Acesso em: 14 de abr. 2020.

MINNICINO, Michael. *The new dark age: the Frankfurt School and “Political Correctness”*. *Fidelio*. Washington, DC, v.1, n.1, p.04-27, 1992.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.53, p.1-14, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653409>. Acesso em: 14 de abr. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá . *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane et al (Org.). *Pensar as direitas na América Latina*. São Paulo: Alameda, 2019, p.75-98.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: FAPESP, 2002. Resenha de: VALIM, Alexandre Busko. Das grandes ondas aos grandes diques. *Tempo*, n.19, p.207-210, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/xBRsDhbWtRSfhDvfvh8vFRd/?lang=pt>. Acesso em: 30 de jan. 2021.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. *O anticomunismo nos jornais: Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2317/1/417685.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. “*Perante o Tribunal da História*”: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000020.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. *A cruzada antivermelha - democracia, deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de*

1960. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp091658.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGO, Esther Solano et al (Org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.109-113.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*. Paraná, v.23, n.53, p.121-145, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/JTjrcP3pkM385sr68W5WKzd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

_____; VISCARDI, Cláudia. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano (vol.5). O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

POPOLIN, Guilherme. *Memes de discussão pública: o mito político do comunismo no Facebook*. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/2018_Mestrado_Guilherme_Me_Popolin.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA . *Decreto nº8243*. 23/05/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 22 set. 2019.

RAAD, Lenita Jacira Farias. “... denunciando os males do comunismo”: o anticomunismo na revista Seleções Reader’s Digest (1950-1960). 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103016/214254.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 abr. 2019.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/publico/2018_CamilaRocha_VOrig.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____; MEDEIROS, Jonas. “Vão todos tomar no...”: a política de choque e a esfera pública. *Horizontes ao Sul*, 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/VAO-TODOS-TOMAR-NO-A-POLITICA-DO-CHOQUE-E-A-ESFERA-PUBLICA>.

RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/77822>. Acesso em: 13 abr. 2019.

ROSA, Demétrio Pires Weber Candiota da. *O ódio como ideologia: expressões do anticomunismo no século XXI*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência) - UNIEURO, Brasília, 2018.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do serviço nacional de informações (1970-1973)*. 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36464>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SENADO FEDERAL. *Ideia Legislativa*. Página inicial. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalideia>. Acesso em: 30 jul. 2019.

SILVA, Ivanderson Pereira da. Em busca de significados para a expressão “ideologia de gênero”. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.34, p.1-30, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/mdtzSGnQGMJTrNDk5LZSx9M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 de abr. 2020.

SILVA, Leonardo Nóbrega da. O mercado editorial e a nova direita brasileira. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, n.2, v.13, dez. 2018, p.73-84. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12430>. Acesso em: 10 de jun. 2021.

SILVA, Rodrigo Pereira da. *Os informantes da polícia política e o anticomunismo durante a ditadura civil-militar (Paraná, 1964-1985)*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em: repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/4622/2/RODRIGO%20PEREIRA%20DA%20SILVA.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

TEITELBAUM, Benjamin R. *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Tradução de Cynthia Costa. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TRAVERSO, Enzo. *El totalitarismo: historia de un debate*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

_____. El totalitarismo. Usos y abusos de un concepto. In: *Las escalas del pasado: IV Congreso de Historia Local de Aragón* (Barbastro, 3-5 de julio de 2003). Instituto de Estudios Altoaragoneses, 2005, p. 99-110.

VEJA. Leia a íntegra dos dois primeiros discursos do presidente Jair Bolsonaro. **Veja**. 01 de jan. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>.

WARNER, Michael. Publics and Counterpublics. *Public Culture*, Durham, v.14, n.1, p.49-90, 2002.

WIAZOVSKI, Taciana. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. *Alguém disse totalitarismo?: cinco intervenções no (mau) uso de uma noção*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.